



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 15 - TERÇA-FEIRA, 7 DE FEVEREIRO DE 2006 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21		BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp		LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella		LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾
EXPEDIENTE			
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial		Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

CONGRESSO NACIONAL

ATO CONVOCATÓRIO ADITAMENTO (4)

O Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição da República Federativa do Brasil, resolvem **ADITAR**, à pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional para o período de 16 de dezembro de 2005 a 14 de fevereiro de 2006, as seguintes matérias:

I – Matéria em tramitação na Câmara dos Deputados:

1. Projeto de Lei nº 6.370, de 2005, do Poder Executivo, que “*Dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Porto Seco, altera a legislação aduaneira e dá outras providências*”.

II – Matérias em tramitação no Senado Federal:

1. Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2003, do Deputado Fábio Feldmann, que “*Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências*”; e

2. Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2005, do Poder Executivo, que “*Autoriza o Poder Executivo a doar 5 (cinco) aeronaves C-91A à Força Aérea Equatoriana*”.

Congresso Nacional, 6 de fevereiro de 2006. – Deputado **Aldo Rebelo**, Presidente da Câmara dos Deputados – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 17ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE FEVEREIRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 168/2006, de 2 do corrente, encaminhando a Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2003 (nº 199/2003, na Câmara dos Deputados), que altera a redação da alínea **b** e acrescenta a alínea **c** ao inciso XXIII do **caput** do art. 21, e altera a redação do inciso V do **caput** do art. 177 da Constituição Federal para excluir do monopólio da União a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos de meia-vida curta, para usos médicos, agrícolas e industriais..... 03171

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se quarta-feira, dia 8 do corrente, às 12 horas, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 49..... 03171

1.2.3 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera o **caput** do art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para estender aos titulares do Benefício de Prestação Continuada a prerrogativa de contratar empréstimo consignado em folha de pagamento.. 03171

Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2006, de autoria do Senador Ney Suassuna, que acrescenta art. 4º-A à Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, para dispor sobre a liberação seletiva de controle de preços de medicamentos que pertençam a categorias que estejam inseridas em condições favoráveis de competição. 03172

Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2006, de autoria do Senador Ney Suassuna, que acrescenta inciso VIII ao art. 16 da Lei nº 6.360, de 1976, para dispor sobre a inclusão de requisito a ser observado na concessão de registro sanitário de medicamento ou de princípio ativo..... 03174

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 103, de 2006, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Srs. Senadores, solicitando voto de lembrança pela passagem dos dez anos

de falecimento do ex-Senador Nelson Carneiro e ex-Presidente desta Casa, ocorrido no dia 6 de fevereiro de 1996. **Aprovado**, após usar da palavra o Sr. Ney Suassuna. 03176

Nº 104, de 2006, de autoria do Senador José Jorge, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona..... 03178

1.2.5 – Pareceres

– Nºs 84 a 99, de 2006, da Mesa do Senado Federal, sobre os Requerimentos nºs 1.154, 1.341, 1.365, 1.386, 1.387, 1.404, 1.413, 1.414, 1.450, 1.451, 1.495, 1.502 e 1.503, de 2005; e 1, 21 (*O Parecer nº 98, de 2006, conclui, também, pela apresentação do Requerimento nº 21-A, de 2006*), e 22, de 2006, respectivamente, de informações a Ministros de Estado. 03178

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Aprovação, pela Mesa do Senado Federal, em reunião realizada em 1º de fevereiro do corrente ano, dos Requerimentos nºs 1.154, 1.341, 1.365, 1.386, 1.387, 1.404, 1.413, 1.414, 1.450, 1.451, 1.495, 1.502 e 1.503, de 2005; e 1, 21 e 22, de 2006, que solicitam informações a Ministros de Estado, cujos pareceres foram lidos anteriormente. Informa, ainda, que, em conclusão ao relatório oferecido ao Requerimento nº 21, de 2006, foi apresentado o Requerimento nº 21-A, de 2006, endereçado ao Ministro de Estado da Fazenda. 03188

1.2.7 – Ofícios

S/nº, de 3 do corrente, do Senador Rodolpho Tourinho, solicitando seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado do Meio Ambiente, através do Requerimento nº 1.173, de 2005..... 03189

S/nº, de 6 do corrente, do Senador Papaléo Paes, solicitando seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, através do Requerimento nº 1.251, de 2005..... 03189

Nº 38/2006, de 2 do corrente, da Liderança do PMDB e da Maioria no Senado Federal, de substituição de membro na CPMI dos Correios..... 03189

Nº 39/2006, de 6 do corrente, da Liderança do PMDB e da Maioria no Senado Federal, comunicando o remanejamento do Senador Ney Suas-

suná, na Comissão de Assuntos Econômicos, para ocupar a titularidade, bem como, informando a nova composição da suplência. 03189

Nº 40/2006, de 6 do corrente, da Liderança do PMDB e da Maioria no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 03189

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR NEY SUASSUNA – Seca enfrentada pelos agricultores do Nordeste e a importância de classificação dos municípios como inseridos ou não no semi-árido. 03190

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Necessidade de se repensar o pacto federativo diante da situação em que se encontram os municípios brasileiros. 03192

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Justificação de encaminhamento de requerimento de pesar pelo falecimento do jornalista Tales Alvarenga, da revista **Veja**. 03193

1.2.9 – Leitura de requerimentos

Nº 105, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Tales Alvarenga, da revista **Veja**. 03195

Nº 106, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do artista plástico Aldemir Martins. 03195

Nº 107, de 2006, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado do Banco Central do Brasil as informações que menciona. ... 03195

1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR GILVAM BORGES – Registro das festividades pela passagem dos 248 anos de fundação da Vila de São José de Macapá, hoje a cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá. . 03196

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Solicitação de registro, nos Anais do Senado, de entrevista do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso à **IstoÉ**, intitulada “FHC atira primeiro”. 03197

SENADOR PAPALÉO PAES – Aniversário de 248 anos de fundação da cidade de Macapá, capital do Amapá. 03199

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro da matéria “Partido desviou 400.000 de dinheiro público para pagar dívida de empresa privada”, publicada pela revista **Veja** desta semana. Artigo do jornalista Fernando Rodrigues, publicado no **Folha de S.Paulo**, sobre a lista de Furnas. 03200

SENADOR TIÃO VIANA – Registro de reunião havida entre integrantes do Governo com dirigentes municipais do Estado do Acre para tratar de educação, salientando que o Estado agora dispõe de curso superior em todos os municípios. 03211

SENADOR JOSÉ JORGE – Análise de pesquisa realizada pelo **Datafolha** para a próxima eleição presidencial. 03216

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Registro de realizações do governo do Estado na educação superior, no Programa Luz para Todos e na construção de casas populares. Violência contra a Mulher e o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco. 03217

1.2.11 – Leitura de requerimentos

Nº 108, de 2006, de autoria do Senador José Jorge, solicitando voto de pesar pelo falecimento do artista plástico Aldemir Martins. 03220

Nº 109, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2004, seja encaminhado também à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, além da Comissão constante do despacho inicial. 03220

1.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – como Líder – Análise do comentário do presidente do PT, Ricardo Berzoini, sobre declarações do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Corrupção no Governo atual. 03221

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Comentário sobre as seguintes reportagens exibidas no programa Fantástico: a fome dos cortadores de cana e as pessoas picadas por mosquitos transmissores da malária. Dificuldade de adoção de crianças no Brasil. 03227

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Manifestação em defesa das atribuições investigatórias do Ministério Público em ações penais. 03229

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Comentário sobre decisão do Governo de realizar concurso para a Transpetro e o número de cargos oferecidos. 03231

SENADOR PAULO PAIM – Realização da Assembleia Continental dos Povos Indígenas, em São Gabriel, no Rio Grande do Sul. Celebração amanhã dos 250 anos da morte do índio Sepé Tiaraju, um mártir indígena. 03233

1.2.13 – Leitura de requerimentos

Nº 110, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando voto de pesar pelo falecimento do médico baiano Militão César Oliveira Neto. 03234

Nº 111, de 2006, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando ao Ministro de Estado da Educação as informações que menciona. 03235

1.2.14 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ALBERTO SILVA – Anúncio de que o Aeroporto Internacional de Parnaíba receberá, no próximo dia 20, seu primeiro voo internacional, partindo de Roma. Seca que vem assolando a região Nordeste do País. 03235

SENADOR ALVARO DIAS – Manifestação sobre a eclosão do fenômeno da banalização da corrupção, que se está vivendo no Brasil..... 03237

SENADOR MÃO SANTA – Presença do PMDB no cenário nacional..... 03237

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Considerações sobre a apreciação de matérias durante a Convocação Extraordinária do Congresso Nacional..... 03239

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Comentário sobre a reportagem “Lula tira microcrédito do papel com R\$100 milhões em 2006”, publicada pela **Agência Estado**..... 03244

SENADORA HELOÍSA HELENA – Registro de que o P-Sol apresentou requerimentos à CPMI dos Correios no sentido de apurar denúncias de corrupção, seja no Governo Lula, seja no Governo FHC ou em qualquer outro governo 03246

1.2.15 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR REGINALDO DUARTE – Comentários sobre a matéria intitulada ‘*Empresários criticam aperto fiscal*’, publicada no **Jornal do Brasil**, edição de 1º de fevereiro corrente..... 03247

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “*Lula já não encanta militantes*”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 30 de janeiro último. 03249

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada “*Palocci irreconhecível*”, publicada pela revista **Veja**, edição de 1º de fevereiro corrente..... 03250

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Registro do editorial intitulado “*Opção custosa*”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 31 de janeiro último. 03251

1.2.16 – Comunicação da Presidência

Lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã,

terça-feira, dia 7, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 03252

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Senador Alvaro Dias, proferidos nas sessões dos dias 16 de janeiro e 2 de fevereiro de 2006..... 03253

3 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

N^{os} 40 e 41, de 2006. 03257

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

N^{os} 231 a 245, de 2006. 03258

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 17ª Sessão Não Deliberativa, em 6 de fevereiro de 2006

5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

*Presidência do Sr. Tião Viana, da Sra. Serys Slhessarenko, dos Srs. Papaléo Paes,
Alvaro Dias, Paulo Paim, Mão Santa e Garibaldi Alves Filho*

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

OFÍCIO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

– Nº 168/2006, de 2 do corrente, encaminhando, para os fins previstos no § 3º do art. 60 da Constituição Federal, a Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2003 (nº 199/2003, na Câmara dos Deputados), que *altera a redação da alínea b e acrescenta a alínea c ao inciso XXIII do caput do art. 21 e altera a redação do inciso V do caput do art. 177 da Constituição Federal para excluir do monopólio da União a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos de meia-vida curta, para usos médicos, agrícolas e industriais.*

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência convoca sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se quarta-feira, dia 8 do corrente, às 12 horas, destinada à promulgação da Emenda à Constituição nº 49.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2006

Altera o caput do art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para estender aos titulares do Benefício de Prestação Continuada a prerrogativa de con-

tratar empréstimo consignado em folha de pagamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social e os titulares de Benefício de Prestação Continuada poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a proceder aos descontos referidos no art. 1º desta Lei, bem como autorizar, de forma irrevogável e irretratável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS.

.....(NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Desde a edição da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, os trabalhadores, aposentados e pensionistas contam com a possibilidade de autorizar o desconto em folha de pagamento dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil, o conhecido “empréstimo consignado”. O objetivo da autorização legal ao empréstimo consignado é proporcionar, aos assalariados e beneficiários da Previdência Social, acesso a operações de crédito a taxas de juros mais baixas, decorrentes da redução do risco do financiador, ao qual beneficiam a irrevogabilidade e a irretratabilidade previstas na lei para a autorização do desconto em folha. Trata-se de uma

medida salutar, que traz ao mercado de consumo pessoas dele alijadas em razão da falta de recursos e de acesso ao crédito.

Essa modalidade de financiamento, desde sua implementação, tem obtido sucesso em atrair tanto instituições financeiras quanto aposentados e pensionistas interessados em tomar empréstimos. Segundo dados da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV), já foram liberados, até dezembro de 2005, 11,5 bilhões de reais, a 4,6 milhões dos 19 milhões de aposentados e pensionistas do INSS.

No entanto, não vemos justificativa para excluir dos proveitos trazidos pelo instituto do empréstimo consignado os titulares do Benefício de Prestação Continuada (BPC), prestação assistencial devida aos idosos e aos deficientes carentes, conforme previsto no art. 203, V, da Constituição, e no art. 20 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993).

O BPC, embora não seja de grande monta, sem dúvida representa importante fonte de recursos a seus beneficiários, haja vista tratar-se de pessoas muito pobres (renda familiar inferior a ¼ de salário mínimo per capita). No entanto, seu baixo valor não justifica a exclusão de seus titulares dos proveitos advindos da consignação em folha, mesmo porque boa parte dos segurados da Previdência Social recebe benefícios correspondentes a um salário mínimo, o mesmo valor do BPC. Além disso, a limitação da consignação a 30% do valor do benefício, de forma semelhante à prevista para os aposentados e pensionistas, seria suficiente para evitar que os titulares do BPC comprometessem parte substancial da sua já minguada renda mensal.

Acreditamos que a extensão do empréstimo consignado aos titulares do BPC lhes proporcionará acesso a taxas de juros mais justas e, conseqüentemente, lhes trará uma vida mais confortável. Ao mesmo tempo, estaremos fomentando a economia brasileira, ao admitir ao mercado consumidor, principalmente o de bens duráveis, pessoas cujos parcos rendimentos e baixa capacidade de poupança prejudicam qualquer possibilidade de ingresso.

Por essas razões, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste Projeto, que virá melhorar a vida dos idosos e deficientes carentes do Brasil.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

.....
V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993

Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

LEI Nº 10.820, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
§ 6º Poderá ser prevista nos acordos referidos nos §§ 1º e 2º deste artigo, ou em acordo específico entre a instituição consignatária e o empregador, a absorção dos custos referidos no § 2º do art. 3º pela instituição consignatária.

.....
(*Às Comissões de Assuntos Econômicos, e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, DE 2006

Acrescenta art. 4º-A. à Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, para dispor sobre a liberação seletiva de controle de preços

de medicamentos que pertençam a categorias que estejam inseridas em condições favoráveis de competição.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º-A:

“Art. 4º—A Os medicamentos pertencentes a categorias consideradas como de alta competitividade não estão sujeitos aos controles de preços definidos no art. 4º.

§ 1º Como medicamentos em categorias de alta competitividade entendidos aqueles que atendam a, pelo menos, uma das seguintes situações:

I – não requerer prescrição médica ou odontológica para sua dispensação e aquisição;

II – estar em uma classe terapêutica onde haja disponibilidade de medicamento genérico;

III – estar em uma classe com baixa concentração de mercado e conseqüente alta disponibilidade de competidores.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, fica definida como classe com baixa concentração de mercado toda aquela que apresente Índice Herfindahl–Hirschman menor ou igual a 1.800.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto de lei tem a finalidade de promover a liberação seletiva do controle de preços dos medicamentos que se enquadrem em situações onde já existam condições que favoreçam a competição entre os diversos fabricantes. Para esses produtos, a livre competição no mercado protege o consumidor.

Ao mesmo tempo em que desonera o Governo de controles rígidos sobre a indústria farmacêutica, o projeto não coloca em risco o interesse do consumidor, uma vez que se subentende a existência de condições favoráveis à competição direta das empresas atuando nas classes desses medicamentos.

Condições de competitividade, ou seja, aquelas que favoreçam a concorrência direta entre os fabricantes, existem quando pelo menos uma das seguintes condições for atingidas:

a) ser medicamento dispensado de prescrição médica.

Quando um produto não requer prescrição médica, o paciente pode ir ao ponto de venda (farmácia ou drogada) e, por livre escolha, e com o auxílio do farmacêutico, escolher na gôndola o produto que atende a sua necessidade. A influência do prescritor (médico) é bastante limitada nesses casos, e as autoridades responsáveis pela classificação de medicamentos tomam as medidas necessárias para isentar de prescrição somente medicamentos para os quais o consumidor tenha condições de fazer a seleção.

Dessa forma, o consumidor não deve se sentir obrigado a adotar determinada marca, nem desconfortável em substituir o medicamento por um outro com a mesma substância que apresente melhores condições comerciais. Por esse motivo, entendemos que essas empresas estão inseridas em um contexto onde é verificada uma grande competição pela preferência do consumidor, com ofertas dos produtos em condições comerciais mais favoráveis. Em países onde a regulação dá maior liberdade para a venda de produtos isentos de prescrição, como nos Estados Unidos, onde se permite a venda de tais medicamentos em supermercados, essa competitividade no ponto de venda é ainda mais acentuada.

b) estar em uma classe terapêutica onde haja disponibilidade de medicamento genérico.

Os genéricos surgiram como uma forma de promover acesso a medicamentos de baixo custo, tendo ao mesmo tempo condições de bioequivalência e segurança sanitária asseguradas. Por serem medicamentos baseados em patentes expiradas, seus preços são significativamente menores que aqueles dos novos produtos lançados na mesma classe terapêutica. Assim, o consumidor tem preservado seu direito a um medicamento mais barato e seguro, que será sempre uma opção viável aos outros medicamentos de referência da classe.

Desse modo, existindo um genérico que seja substituto aceitável de outros medicamentos em uma classe e seja oferecido a preços menores, não há motivo para controlar o preço dos outros medicamentos da classe. Nesse caso, a competição se dá em dois níveis: o farmacêutico no ponto de venda pode substituir medicamentos de mesmo princípio ativo pelos genéricos e o prescritor tem a opção de utilizar na classe terapêutica princípios ativos com genéricos disponíveis.

c) estar em uma classe com baixa concentração de mercado e conseqüente alta disponibilidade de competidores.

Quando a soma do quadrado das participações percentuais de medicamentos em uma determinada

classe é igual ou inferior a 1.800, existe um número mínimo de competidores atuando naquela classe, e a sua disputa por participação no mercado em ambiente competitivo se reflete em promoções e reduções de preços. Empresas com produtos equivalentes que se distanciem dos demais preços de seu grupo serão diretamente penalizadas com a redução de participação de mercado. Essa competição será tanto maior quanto mais o ambiente regulatório definido pelo Governo garanta a real competição do setor. Essa competição ocorre independentemente do medicamento ser isento ou não de prescrição médica, ou possuir genérico disponível na classe.

Esperamos que a proposição que ora submetemos à apreciação do Senado Federal seja acolhida pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2006. – Senador **Ney Suassuna**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.742, DE 6 DE OUTUBRO DE 2003

Define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2006

Acrescenta inciso VIII ao art. 16 da Lei nº 6.360, de 1976, para dispor sobre a inclusão de requisito a ser observado na concessão de registro sanitário de medicamento ou de princípio ativo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 16 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, na redação dada pelo art. 10 da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

“Art. 16.
.....

VIII – Caso o princípio ativo ou o medicamento a ser registrado seja objeto de patente em vigor, deve o requerente do registro com-

provar que é titular da patente, ou autorizado pelo titular a utilizá-la.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei trata da harmonização da Lei nº 6.360, de 6 de setembro de 1976, com a Constituição Federal e com a Lei da Propriedade Industrial (Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996).

Atualmente, nos termos da legislação vigente, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) compete anuir previamente os pedidos de patente para produtos e processos farmacêuticos depositados perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Em consonância a essa competência, somente são permitidos atos de não-detentores da patente quando destinados exclusivamente à produção de informações, de dados e de resultados de testes. Só quando expirado os prazos de vigência da patente deverá ser solicitado junto à Anvisa o correspondente registro para a comercialização do medicamento.

Note-se, portanto, que à Anvisa é atribuída competência institucional que demarca clara relação e responsabilidade com os direitos de propriedade intelectual.

Subentende-se, portanto, que a legislação brasileira não assegura direitos para que terceiros não-autorizados requeiram e obtenham, perante a Anvisa, registros de comercialização de medicamentos ou de princípios ativos que sejam objeto de proteção patentária.

Contudo, de acordo com o entendimento da Procuradoria da Anvisa, inexistente, nas normas específicas aplicáveis ao registro de medicamentos similares, exigência de comprovação, por parte da empresa solicitante do registro, da titularidade ou de licença de uso da patente do medicamento apontado como referência. A Procuradoria da Anvisa entende, de forma equivocada na nossa compreensão, que a legislação brasileira apenas faz menção à expiração ou renúncia de patente quando da definição legal de medicamento genérico, conforme o art. 3º, XXI, da Lei nº 6.360/76, alterada pela Lei nº 9.787/99 (Lei de Genéricos).

Ademais, enfatize-se que a própria Constituição Federal inclui, em suas garantias fundamentais, o reconhecimento do direito do inventor como garantia de direito individual e como forma de propiciar e estimular o desenvolvimento tecnológico e econômico do País, **verbis**:

Art. 5º

XXIX – a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

A concessão temporária do privilégio de exploração das criações industriais, apesar de gerar contravérsias, possui um inegável viés de interesse público, mormente quando se trata de invenções farmacêuticas. Isso porque o direito de patente é um estímulo à atividade econômica e aos avanços tecnológicos, o que permite que o público consumidor tenha acesso a novos produtos, melhorando sua qualidade de vida.

Com efeito, a concessão de registro sanitário, para produto ou processo, que viole direitos de patente confraria a prática da maioria dos órgãos de vigilância sanitária internacionais. Esses órgãos vedam o registro de comercialização de produto antes de expirada a patente do medicamento utilizado como referência, salvo se o titular concedeu uma licença para o requerente do registro.

Ademais, sem o sistema de patentes não existe incentivo para a pesquisa, e sem pesquisa não existirão medicamentos inovadores, que tanto beneficiam a população, trazendo curas e alívio para as doenças que desafiam o bem estar da sociedade.

A relevância pública do acesso universal às ações e aos serviços de promoção da saúde, bem como a importância social e econômica do sistema de patentes, afirmadas na Constituição Federal, respectivamente, em seus artigos 196 e 5º, XXIX, justificam nossa presente proposição.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2005. – Senador **Ney Suassuna**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.360, DE 23 DE SETEMBRO DE 1976

Dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO III

Do Registro de Drogas, Medicamentos e Insumos Farmacêuticos.

Art. 16. O registro de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos, dadas as suas características sanitárias, medicamentosas ou profiláticas, curativas, paliativas, ou mesmo para fins de diagnóstico, fica sujeito, além do atendimento das exigências regulamentares próprias, aos seguintes requisitos específicos.

I – Que o produto seja designado por nome que o distinga dos demais do mesmo fabricante e dos da mesma espécie de outros fabricantes.

II – Que o produto, por meio de comprovação científica e de análise, seja reconhecido como seguro e eficaz para o uso a que se propõe, e possua a identidade, atividade, qualidade, pureza e inocuidade necessárias.

III – Tratando-se de produto novo, que sejam oferecidas amplas informações sobre a sua composição e o seu uso, para avaliação de sua natureza e determinação do grau de segurança e eficácia necessários.

IV – Apresentação, quando solicitada, de amostra para análises e experiências que sejam julgadas necessárias pelos órgãos competentes do Ministério da Saúde.

V – Quando houver substância nova na composição do medicamento, entrega de amostra acompanhada dos dados químicos e físico-químicos que a identifiquem.

VI – Quando se trate de droga ou medicamento cuja elaboração necessite de aparelhagem técnica e específica, prova de que o estabelecimento se acha devidamente equipado e mantém pessoal habilitado ao seu manuseio ou contrato com terceiros para essa finalidade.

Parágrafo único. O disposto no item I, não se aplica aos soros e vacinas nem a produtos farmacêuticos contendo uma única substância ativa sobejamente conhecida, a critério do Ministério da Saúde.

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos vão ao exame das Comissões competentes, iniciando-se sua tramitação a partir do dia 15 de fevereiro próximo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

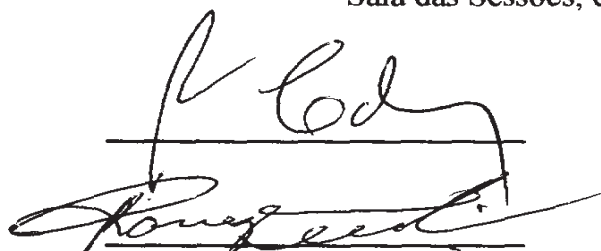
REQUERIMENTO Nº 103, DE 2006

Senhor Presidente,

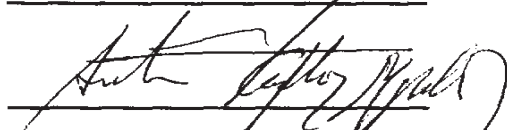
De acordo com as tradições da Casa, requeremos seja registrado, nos Anais do Senado Federal, voto de lembrança pela passagem dos dez anos de falecimento do ex-Senador e ex-Presidente desta Casa **NELSON CARNEIRO**, ocorrido no dia 6 de fevereiro de 1996.

Requeremos, ainda, seja dado conhecimento desta homenagem à família do ex-Senador.

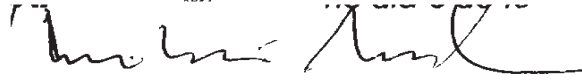
Sala das Sessões, em 6 de fevereiro de 2006



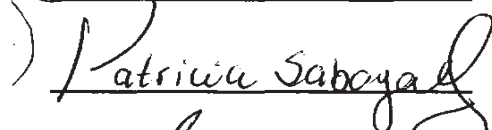


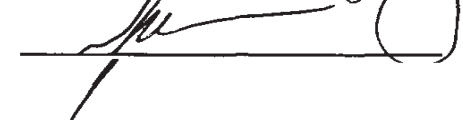


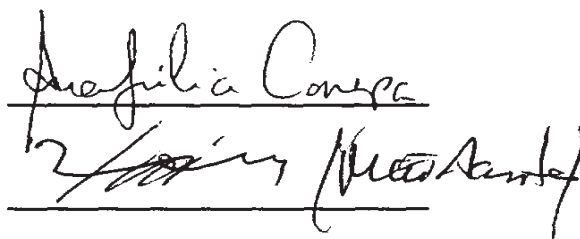






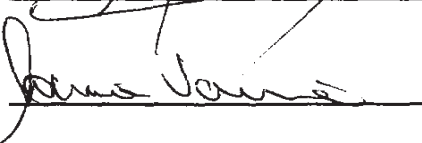




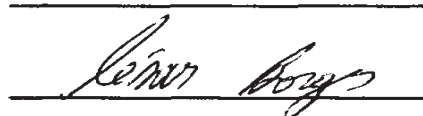








(C. MAGALHÃES)





ALBERTO SILVA

A

ROMULO JUCA!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Senador, Líder do PMDB, Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a honra de conviver aqui com o Senador Nelson Carneiro; tive a honra de ver o trabalho desse Senador pelo Rio de Janeiro, um homem de biografia incrível. Começou sendo Parlamentar pela Bahia e, depois, pelo Rio de Janeiro, onde incitou lutas incríveis, como, por exemplo, a luta pelo divórcio. Virou um verdadeiro ícone nesse assunto.

As suas eleitoras e os seus eleitores eram extremamente fiéis a esse Parlamentar que sempre defendeu as causas nacionais com muito afinco, principalmente as do Nordeste e do Rio de Janeiro.

O Senador Nelson Carneiro é o pai da nossa Deputada Laura Carneiro e, há poucos minutos, vi aqui sua viúva, que sempre foi um esteio na vida dele.

Registro, aqui, não só a minha posição pessoal, mas a do meu Partido em louvar e apoiar este requerimento, que é mais do que justo, de um homem que deixou, ao passar para a outra vida, muitos serviços prestados a esta Nação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria terá o cumprimento da deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 104, DE 2006

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Antônio Palocci, o presente requerimento, para que forneça informações a respeito do pagamento antecipado de parcelas dos empréstimos feitos pelo Fundo Monetário Internacional ao Governo Brasileiro.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

- a) Que parcelas foram antecipadas, qual seu valor de face, qual a data de vencimento e o desconto conseguido em cada parcela?
- b) Qual a justificativa técnica que embasou a opção pela antecipação das parcelas devidas ao Fundo?
- c) Encaminhar estudo técnico que defina a quitação da dívida com o FMI como opção financeiramente mais interessante do que as demais dívidas do Tesouro Nacional.
- d) Relação das dívidas de maior monta, valor de cada uma, data de vencimento e juros que estão sendo praticados em cada parcela.
- e) Há algum estudo comparativo entre a quitação da dívida e o retorno para investimentos em obra de infra-estrutura no País?

Justificação

O governo brasileiro decidiu antecipar em dois anos o pagamento de toda a sua dívida com o Fundo Monetário Nacional, um montante de US\$ 15,5 bilhões. O débito com o Fundo seria quitado em várias parcelas a vencer até o ano de 2007.

Considerando-se a possibilidade de haver outras dívidas em perfil e com juros mais desfavoráveis ao Erário, gostaríamos de consultar ao Ministério da Fazenda sobre que estudos técnicos e que critérios foram utilizados para a tomada da decisão de quitação dos débitos com aquela instituição multilateral de crédito.

De igual modo, gostaríamos de questionar o Ministério sobre o que embasou a decisão de evitar o pagamento da dívida externa, em detrimento ao investimento na sofrida infra-estrutura nacional, em especial as rodovias, ferrovias e outros meios de escoamento da produção, bem como outros investimentos de elevado interesse econômico e social.

Sala das Sessões, em 6 de fevereiro de 2006.—
Senador **José Jorge**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

— O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 84, DE 2006

Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.154, de 2005, que solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda, sobre procedimentos referentes à privatização do Banco do Estado do Ceará (BEC).

Relator: Senador **Antero Paes de Barros**

I – Relatório

A Senadora Heloísa Helena, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou à Mesa o Requerimento nº 1.154, de 2005, no qual solicita ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Fazenda:

— cópias do contrato de prestação de serviços que celebraram o Estado do Ceará e o Banco do Estado do Ceará (BEC), em 28 de fevereiro de 2005, e do aditivo a esse contrato, firmado em 27 de setembro de 2005;

e as seguintes informações e justificativas detalhadas sobre:

— o método de avaliação, critérios e valor total do patrimônio líquido e dos ativos saudáveis do BEC;

— percentual e montante total recuperado pela administração do banco, relacionados com o empréstimo público de R\$954 milhões, realizado há dez anos para sanear-lo;

— cálculo detalhado e justificativa do valor referente ao contrato de prestação de serviços, sendo que o mesmo se manteve inalterado apesar da redução do objeto dessa prestação, com base em decisão do Supremo Tribunal Federal (Adin 3.578).

A Senadora justifica seu requerimento apontando que “segundo informações, os governos estadual e federal aditaram ao contrato de federalização uma cláusula de benefício ao Governo do Estado no valor de R\$100 milhões”. Menciona ainda, que “essa

quantia deverá ser repassada pelo Tesouro Federal, a título de “prestação de serviço” e “administração” da conta única depois do BEC privatizado, mas foi incluído um calote de mais de R\$40 milhões na Cabeceira, a poupança previdenciária privada dos funcionários.”

II – Análise

Nos termos dos arts. 215, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal foi encaminhado à Mesa, requerimento de autoria da Senadora Heloísa Helena, visando a obter informações e documentos relacionados à privatização do Banco do Estado do Ceará.

O requerimento encontra amparo no § 2º do art. 5º da Constituição Federal, sendo adequado seu encaminhamento ao Ministro de Estado da Fazenda, visto que os bancos estaduais estão vinculados a esse Ministério.

As informações requeridas referem-se ao processo de privatização do Banco do Estado do Ceará, quanto à avaliação de seu patrimônio líquido e ativo, à recuperação do banco a partir de empréstimo público realizado há dez anos e ao contrato de prestação de serviços, firmado em 2005, entre o Governo do Estado e o BEC, e o termo aditivo, efetuado com a interveniência do Governo Federal. As informações não envolvem operações financeiras ativas e passivas como definidas na Lei Complementar nº 105, de 2001, e, portanto, não se enquadram entre as sujeitas ao sigilo bancário, disciplinadas na referida lei. Assim, nos termos do art. 215, I, a, o requerimento depende de decisão da Mesa.

O requerimento atende ao art. 216, I, do Risf quanto a sua admissibilidade, visto que a matéria se inclui no que dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, sendo sujeita à competência fiscalizadora do Congresso Nacional. Atende, também, ao inciso II do mesmo artigo do Regimento Interno, pois não contém pedido de providência, consulta sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

Com relação ao mérito da proposição, vislumbra-se o propósito da autora de fazer cumprir o que prescreve o art. 37 da Carta Magna, quanto à obediência aos princípios de legalidade, moralidade, publicidade e eficiência da administração pública direta e indireta dos Poderes da União e dos Estados.

Em suma, o requerimento conforma-se aos dispositivos constitucionais e regimentais que disciplinam os requerimentos de informações a autoridades do Poder Executivo, e atende ao que dispõe o Ato da Mesa nº 1, de 2001, do Senado Federal.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos pelo encaminhamento do Requerimento nº 1.154, de 2005, ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente – **Antero Paes de Barros**, Relator – **João Alberto Souza** – **Álvaro Dias** – **Efraim Morais**.

PARECER Nº 85, DE 2006

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.341, de 2005, que solicita informações ao Ministro de Estado da Justiça sobre moradores e produtores rurais existentes na área da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Relator: Senador **Antero Paes de Barros**

I – Relatório

Nos termos dos arts. 215, inciso I, alínea a e 216, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 1.341, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti, que, com base nas disposições do art. 50, § 2º, da Constituição e do art. 216 do Risf, solicita seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Justiça pedido de informações que permita ao autor da proposta obter a relação dos moradores das vilas e cidades bem como a listagem dos moradores e produtores rurais existentes na área em que foi criada a Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

II – Análise

Os requerimentos ditos de informações estão regulados pelo art. 50, § 2º da Carta Magna, pelo art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamentou os arts. 216 e 217 da norma regimental.

O mencionado dispositivo da Lei Maior confere às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a faculdade de encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. O requerimento em análise encontra fundamento, pois, no art. 50, § 2º da Carta Magna.

O art. 216, **caput** e seus dois primeiros incisos, por seu turno, estabelecem:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito de autoridade a quem se dirija;

No que concerne ao inciso I acima, a fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo é matéria incluída na competência fiscalizadora do Senado Federal, conforme prevê o art. 49, inciso X, da Constituição Federal.

O requerimento em exame respeita igualmente as interdições constantes do inciso II do art. 216 do RISF. De fato, a proposição não contempla pedido de providência, consulta sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se destina.

A proposição guarda conformidade, também, com as disposições do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que estabeleceu o procedimento a ser observado pelo requerimento dito de informações.

Dessa forma, a proposição em exame preenche os requisitos de admissibilidade exigidos pelo art. 50, § 2º, da Constituição Federal, pelo art. 216, incisos I e II, do Regimento Interno e pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

II – Voto

Com base no exposto, opinamos pela aprovação Requerimento nº 1.341, de 2005.

Sala de Reuniões. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Antero Paes de Barros**, Relator – **João Alberto Souza** – **Álvaro Dias** – **Efraim Morais**.

PARECER Nº 86, DE 2006

Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.365, de 2005, que solicita informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobre o endividamento dos produtores rurais.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

O Senador José Maranhão, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou à Mesa o Requerimento nº 1.365, de 2005, no qual solicita, ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento, as seguintes informações:

a) nível de inadimplência nas operações de crédito rural, número de contratos e valor dos débitos segundo as fontes de recursos;

b) nível de inadimplência nas operações de crédito rural, número de contratos e valor

dos débitos, segundo os agentes financeiros;

c) número de contratos renegociados, segundo as fontes de recursos;

d) número de contratos renegociados, segundo os agentes financeiros.

Conforme o teor do requerimento, sua apresentação decorre da escassez de informações sobre o endividamento dos produtores rurais.

III – Análise

Nos termos dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), foi encaminhado à Mesa requerimento de autoria do Senador José Maranhão, visando a obter informações relacionadas ao endividamento dos produtores rurais.

O requerimento encontra amparo no § 2º do art. 50 da Constituição Federal. Ao mesmo tempo, atende ao que estabelece o art. 216, I, do RISF, quanto a sua admissibilidade, visto que a matéria se inclui no que dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, sendo sujeita à competência fiscalizadora do Congresso Nacional. Atende, também, ao inciso II do citado artigo do Regimento Interno, pois não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

Cumprе salientar, ainda, que as informações, de vez que solicitadas em globo, não envolvem operações financeiras ativas e passivas como definidas na Lei Complementar nº 105, de 2001, e, portanto, não se enquadram entre as sujeitas ao sigilo bancário, disciplinadas na referida lei. Assim, nos termos do art. 215, I, a, depende de decisão da Mesa.

No entanto, o requerimento é dirigido ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao passo que as informações solicitadas deverão ser prestadas pelo Banco Central do Brasil, por ser da sua competência o controle do crédito no País, incluindo o crédito rural, bem como a fiscalização das operações das instituições financeiras nacionais.

Sendo assim, e considerando que a Lei nº 11.036, de 22 de dezembro de 2004, concedeu ao Presidente do Banco Central status de Ministro de Estado, é adequado que o requerimento seja a ele endereçado.

Em suma, a proposição conforma-se aos dispositivos constitucionais e regimentais que disciplinam os requerimentos de informações a autoridades do Poder Executivo, e atende ao que dispõe o Ato da Mesa nº 1, de 2001, do Senado Federal, sendo necessário, apenas, mudar a autoridade a quem se dirige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos pelo encaminhamento do Requerimento nº 1.365, de 2005, ao Exmo. Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, nos seguintes termos:

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento interno do Senado Federal, e considerando a escassez de informações sobre o endividamento dos produtores rurais, requeiro sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, as seguintes informações:

- a) Nível de inadimplência nas operações de crédito rural, número de contratos e valor dos débitos, segundo as fontes de recursos
- b) Nível de inadimplência nas operações de crédito rural, número de contratos e valor dos débitos, segundo os agentes financeiros;
- c) Número de contratos renegociados, segundo as fontes de recursos
- d) Número de contratos renegociados, segundo os agentes financeiros.

Sala de Reuniões. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Tião Viana**, Relator – **João Alberto Souza** – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 87, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.386, de 2005, relativo a envio de informações pelo Ministro de Estado da Saúde.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.386, de 2005, no qual solicita o envio de questão ao Ministro de Estado da Saúde.

A informação solicitada diz respeito à existência, em âmbito nacional, de “programas educativos para prevenção da aids entre população negra”.

II – Análise

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Como menciona a própria justificação, o requerimento em tela está, igualmente, amparado no art.

49, inciso X, da Constituição Federal, que dá ao Congresso Nacional a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo.

Quanto ao mérito, manifestamos nossa aquiescência a essa solicitação, vez que são necessários esclarecimentos sobre a atuação daquela pasta para fazer frente a esse novo desafio representado pelo crescimento da incidência de aids entre os negros e os pobres, em nosso País.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.386, de 2005.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente – **Tião Viana**, Relator – **João Alberto Souza** – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 88, DE 2006

Da Mesa Diretora, ao Requerimento nº 1.387, de 2005, que requer nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 2001, combinado com os arts. 215, I, ‘a’, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Justiça sobre conserto de aeronave de propriedade do Sr. João Arcanjo Ribeiro.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

Encontra-se sob exame o Requerimento nº 1.387, de 2005, de autoria do nobre Senador Antero Paes de Barros, que requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 2001, combinado com os arts. 215, I a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Justiça sobre conserto de aeronave de propriedade do Sr. João Arcanjo Ribeiro.

O documento solicita ao Senhor Ministro a informação quanto ao custo para o Ministério da troca de turbina do referido avião, assim como a atual situação do mesmo, e se o custo está sendo cobrado de quem de direito.

Na sua justificação, o ilustre autor da medida argumenta que a imprensa veiculou a notícia de que a aeronave teria sido reformada às custas do Erário, e que a mesma não mais estaria em poder da Administração Pública. Como tal ação representa violação da lei e da ética, é preciso que se apure sua veracidade, pois essa dúvida não pode pairar sobre tão importante autoridade do Governo Federal, e, caso comprovada a

prática, é essencial que esta Casa tome as providências legais cabíveis.

II – Análise

O Requerimento mostra-se afinado com as regras constitucionais e regimentais relativas à questão da fiscalização, por parte das Casas do Poder Legislativo, dos atos do Poder Executivo. A competência fiscalizadora do Congresso Nacional, perante o direito moderno, é tarefa que, pela sua importância, anda em parêntese com a sua função legiferante, inserindo-se no conceito verdadeiro da independência e harmonia entre os poderes, com seus freios e contrapesos, característica que, segundo Montesquieu, constitui a obra prima da legislação.

O citado § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que fundamenta o pedido formulado, concede às Mesas das duas Casas do Congresso a prerrogativa de encaminhar pedidos escritos de informação a Ministro e outras autoridades.

Além de se adequar às exigências constitucionais, o requerimento não afronta nenhuma das proibições contidas no art 216 do Regimento Interno do Senado, atinente aos casos expressos no seu inciso II (vedação de pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija).

III – Voto

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do requerimento nº 1.387 de 2005, dada a sua constitucionalidade e juridicidade, e por atender plenamente às normas regimentais sobre o assunto.

Sala da Comissão. – **Renan Calheiros** Presidente, **Tião Viana** Relator, **João Alberto Souza**, **Álvaro Dias**, **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 89, DE 2005

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.404, de 2005, relativo a envio de informações pelo Ministro de Estado da Educação.

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

I – Relatório

A Comissão de Educação, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, X, do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.404, de 2005, no qual solicita informações do Ministro de Estado da Educação acerca da presença do Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação nas reuniões do Conselho Nacional de Educação.

As informações solicitadas dizem respeito a quantas reuniões do referido Conselho, e em que datas, contaram com a participação do Senhor Nelson Maculan Filho, atual Secretário de Educação Superior, desde sua posse no cargo.

II – Análise

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que disciplinam os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com os requisitos de admissibilidade estabelecidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Especificamente, o Requerimento em tela está amparado no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, que dá ao Congresso Nacional a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, e no § 2º do art. 50 da Carta, segundo o qual a Mesa do Senado pode encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado sobre assunto previamente determinado.

Encontra respaldo, também, no que dispõem os incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno desta Casa, segundo os quais são admissíveis requerimentos de informação para esclarecer qualquer assunto atinente a sua competência fiscalizadora.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.404, de 2005.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **João Alberto Souza** – **Papaléo Paes**.

PARECER Nº 90, DE 2006

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.413, de 2005, que requer informações do Ministro de Estado da Fazenda, relativas à taxa de fiscalização e controle da previdência complementar – TAFIC.

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

I – Relatório

O ilustre Senador Heráclito Fortes, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.413, de 2005.

O Requerimento solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda informações sobre os valores arrecadados pela extinta Superintendência Nacional

de Previdência Complementar (PREVIC), a título de recolhimento da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar (TAFIC), durante a vigência da Medida Provisória nº 233, de 30 de dezembro de 2004.

II – Análise

Em sua justificação, o Senador Heráclito Fortes informa que o prazo de validade da Medida Provisória nº 233 encerrou em 14 de junho de 2005. Como consequência, a Previc foi extinta e todo seu acervo patrimonial, incluindo recursos financeiros e eventuais créditos decorrentes do não pagamento da Tatic por parte das entidades fechadas de previdência complementar, foi vertido à União. Posto isso, o nobre Senador argúi que é indevida a retenção dos recursos arrecadados a título de Tatic, na medida em que esta serviria para custear a estrutura da Previc, o que não se verificou.

Assim, as informações requeridas visam esclarecer acerca do valor total arrecadado durante o período de vigência da Medida Provisória nº 233, bem como sobre sua alocação atual. São, pois, atinentes à responsabilidade desta Casa com relação à fiscalização dos atos do Poder Executivo.

Diante do exposto, conclui-se que o requerimento obedece às normas constitucionais e regimentais concernentes aos pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, além de atender às normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

À luz do exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 1.413, de 2005. Sala da Reunião. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator. – **João Alberto Souza** – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 91 DE 2006

Da Mesa do Senado Federal, Sobre o Requerimento nº 1.414, de 2005.

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.414, de 2005, de autoria do Senador Heráclito Fortes, tem por objetivo solicitar ao Ministro da Previdência Social informações sobre a arrecadação da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar – TAFIC, durante a vigência da Medida Provisória nº 233, de 2004.

A matéria foi enviada à Mesa do Senado Federal para decisão.

II – Análise

Consoante o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, a Mesa do Senado Federal pode encaminhar pedido escrito de informação a Ministro de Estado.

Conforme o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, os requerimentos de informações *serão* admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora.

Assim, é totalmente pertinente o requerimento em pauta uma vez que trata de recursos arrecadados por órgão da União, conforme detalhamento constante do art. 12 da MP nº 233, de 2004, transcrito a seguir:

Art. 12. Fica instituída a Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar – TAFIC, que será cobrada a partir de 10 de abril de 2005, cujo fato gerador é o exercício do poder de polícia legalmente atribuído à PREVIC para fiscalização e supervisão das atividades descritas no art. 2º.

§ 1º São contribuintes da TAFIC as entidades fechadas de previdência complementar constituídas na forma da legislação.

§ 2º A TAFIC é devida trimestralmente, em valores expressos em reais, conforme tabela constante do Anexo III desta Medida Provisória, e seu recolhimento será feito até o dia dez dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano.

Ademais, a proposição atende os requisitos de admissibilidade dispostos no Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.414, de 2005. Sala da Reunião. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **João Alberto Souza** – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 92 DE 2006

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento Nº 1.450, de 2005.

Relator: Senador **Efraim Morais**

I – Relatório

O Requerimento Nº 1.450, de 2005, de autoria do Senador Osmar Dias, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Educação acerca da aplicação de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Sua Excelência requer que o Sr. Ministro de Estado da Educação informe se o MEC dispõe de

algum mecanismo de acompanhamento e de consolidação dos gastos efetuados pela União, Estados e DF na área de educação, bem como se existe, no âmbito do ministério, conhecimento de algum caso de desobediência ao art. 212 da Constituição Federal.

II – Voto

Considerando que o Requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.450, de 2005, de autoria do Senador Osmar Dias. Sala da Reunião. – **Renan Calheiros**, Presidente. – **Efraim Morais**, Relator. – **João Alberto Souza – Alvaro Dias – Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 93, DE 2006

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.451, de 2005.

Relator: Senador **Efraim Morais**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.451, de 2005, de autoria do Senador Osmar Dias, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde acerca da aplicação de recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde.

Sua Excelência requer que o Sr. Ministro de Estado da Saúde informe se o Ministério dispõe de algum mecanismo de acompanhamento e de consolidação dos gastos efetuados pela União, Estados e DF na área de saúde, bem como se existe, no âmbito do Ministério, conhecimento de algum caso de desobediência ao art. 198, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

II – Voto

Considerando que o Requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.451, de 2005, de autoria do Senador Osmar Dias. Sala da Reunião. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Morais**, Relator – **João Alberto Souza – Alvaro Dias – Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 94, DE 2006

Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.495, de 2005, que solicita ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações a respeito da produção e exportação de nióbio no Brasil.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

O Senador Efraim Morais, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.495, de 2005, no qual solicita ao Exmº Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre a produção de nióbio no Brasil, sua participação na produção mundial do produto e o valor das exportações brasileiras. O Senador também deseja saber como vem evoluindo o preço do produto, quais os principais países compradores, e o valor das receitas arrecadadas pelo País a título de royalties, compensação financeira e outros tributos.

II – Análise

O nióbio é um minério nobre, cuja exportação brasileira supre quase toda a demanda mundial. Não obstante, estatísticas nacionais indicam que o País atende somente 40% da demanda mundial e que a receita obtida com o produto é muito inferior ao que seria de se esperar.

Tal discrepância está no cerne das denúncias apresentadas pelo Sr. Ronaldo Schlichtung, membro da Liga da Defesa Nacional, que suspeita de forte subfaturamento das exportações e prejuízo de bilhões de dólares para o País.

De fato, se o produto é de utilização tão nobre e se a produção brasileira é tão significativa para o mundo, é preciso que o Ministério de Minas e Energia explique por que a receita proveniente do nióbio é tão pequena. O Departamento Nacional de Produção Mineral, autarquia vinculada ao Ministério e responsável pela fiscalização das operações de mineração e tributação do nióbio, deverá dirimir toda e qualquer suspeita de subfaturamento no setor.

Tendo em vista que o nióbio tem um papel tão importante, tendo em vista a magnitude dos prejuízos que o Brasil pode estar sofrendo, justifica-se que o Congresso Nacional seja informado das medidas que o governo vem tomando para aperfeiçoar a fiscalização da mineração e da tributação do produto. Como as denúncias são muito graves e é atribuição do Congresso Nacional acompanhar e fiscalizar as

políticas públicas do governo, a solicitação contida no requerimento enquadra-se dentre as competências do Senado Federal.

O pedido está sendo corretamente dirigido ao Ministro de Minas e Energia, pois o órgão responsável pela fiscalização do setor é vinculado àquele Ministério.

O Requerimento nº 1.495, de 2005, encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais que regem os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado. O Requerimento atende, também, às exigências do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 30 de janeiro de 2001, a deliberação do pedido no âmbito desta Comissão Diretora requer que a solicitação de informações não se enquadre no conceito de “informações sigilosas”. Como a informação solicitada no Requerimento em tela não se enquadre entre aquelas de caráter sigiloso e é atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal, o Requerimento atende os preceitos regimentais para sua aprovação.

III – Voto

Do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento de nº 1.495, de 2005.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente – **Tião Viana**, Relator – **João Alberto Souza** – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 95 DE 2006

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.502, de 2005, relativo a envio de informações pelo Ministro de Estado da Saúde.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento de Informações nº 1.502, de 2005, no qual solicita o envio de questões ao Ministro de Estado da Saúde.

As informações solicitadas dizem respeito ao seguinte:

a) O Ministério da Saúde tem conhecimento sobre a realização de pesquisas sobre malária no interior do Amapá?

b) Que providências estão sendo tomadas por essa Pasta para apurar as supostas ilegalidades nessas pesquisas?

c) O Ministério da Saúde concedeu alguma autorização para a realização dessas pesquisas?

d) Em caso afirmativo, a quem foi concedida a referida autorização?

e) O Ministério da Saúde tem informações sobre quem estaria financiando essas pesquisas?

II – Análise

A proposição encontra fundamento no disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal encaminhareм pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

A proposição está, também, em conformidade com o art. 216, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, uma vez que envolve matéria sujeita à competência fiscalizadora exclusiva do Congresso Nacional, prevista no art. 49, inciso X, da Constituição Federal.

A proposição atende, igualmente, aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 1º, § 1º, do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informação.

III – Voto

Pelo exposto, manifestamo-nos pela **aprovação** do Requerimento nº 1.502 de 2005.

Sala de Reuniões, **Renan Calheiros**, Presidente – **Tião Viana**, Relator – **João Alberto Souza** – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 96, DE 2006

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.503, de 2005, relativo a pedido de informações ao Ministro de Estado das Comunicações.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

O Senador Edison Lobão, com fulcro no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), encaminha a esta Mesa o Requerimento nº 1.503, de 2005, no qual solicita sejam remetidas ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações as questões que apresenta.

O objetivo do pedido é obter informações a respeito da substituição do sistema analógico pelo digital no Estado do Maranhão. Nesse sentido, requer seja informada a data em que ocorreu a mencionada subs-

tuição. Caso esta ainda não tenha ocorrido, solicita que sejam expostas as razões que impedem a conclusão do processo.

II – Análise

A proposição em exame solicita seja encaminhado pedido de informações a Ministro de Estado, em conformidade com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal. O tema da solicitação inclui-se na competência fiscalizadora do Senado Federal e bem assim nas atribuições da autoridade destinatária.

Não obstante, alguns ajustes são necessários, a fim de que o expediente possa ser aprovado por esta Mesa. Em primeiro lugar, cumpre ressaltar que a estrita observância dos dispositivos constitucionais e regimentais concernentes aos requerimentos de informação não sustenta a postulação, feita no documento em exame, de que os dados requeridos sejam fornecidos por intermédio da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). A via correta consiste em tão-somente solicitar a informação à autoridade competente, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição. Caberá a esta, se entender pertinente, socorrer-se dos préstimos da citada autarquia para a obtenção das informações solicitadas.

Além disso, o requerimento em tela padece de imprecisão que pode dar margem a erro de interpretação. Menciona o documento apenas a substituição do sistema analógico pelo digital, sem especificar de que sistema se trata. A justificação do requerimento indica tratar-se do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), uma vez que menciona a empresa Telemar, concessionária desse serviço. Dessa forma, há que se corrigir a apontada omissão.

Com as correções que propomos, entendemos que o presente requerimento atenderá aos pressupostos constitucionais e regimentais atinentes à tramitação desses expedientes, estando, portanto, em condições de ser aprovado por esta Mesa Diretora.

III – Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 1.503, de 2005, com a seguinte redação:

“Requeiro, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno, sejam prestadas, pelo Ministro de Estado das Comunicações, as seguintes informações:

1) Quando foi substituído o sistema analógico do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) pelo digital nos municípios do Estado do Maranhão?

2) Se ainda não o foi, quais os problemas que estão impedindo a efetivação da troca, que está sendo prometida desde julho de 2005?”

Sala de Reuniões. – **Renan Calheiros**, Presidente
– **Tião Viana**, Relator – **João Alberto Souza** – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros**.

PARECER Nº 97 DE 2006

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1, de 2006, que requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobre a celebração de convênios com o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE) para prestação de serviços ao Ministério.

Relator: Senador **João Alberto Souza**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 1, de 2006, de autoria da eminente Senadora Heloísa Helena, que requer nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento interno do Senado Federal informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobre a celebração de convênios com o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE) para prestação de serviços ao Ministério.

O Requerimento menciona informações constantes do site do Icone na Internet, segundo o qual “é uma organização independente, sem fins lucrativos, que tem como principal objetivo desenvolver estudos e pesquisas aplicadas que sirvam de suporte às negociações internacionais, principalmente na área do agronegócio, contribuindo para ampliar a integração comercial do Brasil à economia mundial”.

Ainda, segundo o Requerimento, o site informa que entre seus objetivos está o de “apoiar tecnicamente os formuladores de políticas públicas, os negociadores brasileiros e o setor privado na definição de estratégias relacionadas à liberalização e integração comercial”. Por fim, informa que, no biênio 2003-2004, foram produzidos 32 documentos reservados para o Governo.

II – Análise

O art. 50, § 2º, da Constituição Federal confere à Mesa Diretora do Senado Federal a competência para

encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado, como é o caso da proposição em tela.

Por sua vez, o Ato da Mesa nº 1, de 2001, dispõe que o tema de requerimento de informação deve ser atinente a assunto submetido à apreciação do Senado Federal ou à sua competência fiscalizadora, circunstância presente na iniciativa.

Assim, contata-se que o Requerimento nº 1, de 2006, encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento encontra-se dirigido à autoridade ministerial competente, é atinente à sua competência fiscalizadora desta casa e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação Requerimento nº 1, de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente. – **João Alberto Souza**, Relator – **Álvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Papaléo Paes**.

PARECER Nº 98, DE 2006

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 21, de 2006, do Senador Antero Paes de Barros, que propõe solicitar informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre obras realizadas pelo Governo Federal nos Estados do Acre, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Ceará, desde o exercício de 2003, e o valor e destinação das transferências voluntárias da União para os supracitados estados no mesmo período.

Relator: Senador **João Alberto Souza**

I – Relatório

Trata-se do Requerimento nº 21, de 2006, do Senador Antero Paes de Barros, que solicita ao titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre obras realizadas pelo Governo Federal nos Estados do Acre, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Ceará, desde o exercício de 2003, e o valor e destinação das transferências voluntárias da União para os referidos estados no mesmo período.

O autor justifica o pedido destas informações pelo objetivo de analisar o comportamento do Governo Federal em relação a estados governados por diferentes partidos políticos.

II – Análise

O requerimento solicita informações para esclarecer o possível uso político do orçamento público federal, um tema relevante e que está dentro das competências constitucionais do Senado Federal.

O requerimento encontra-se amparado no § 2º do art. 50 da Constituição Federal (CF) e na alínea a do inciso I do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, e está em conformidade com o caput do art. 50 da CF ao ser dirigido a Ministro de Estado. Efetivamente, o inciso X do art. 49 da Constituição Federal estipula que é competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo.

Em relação ao endereçamento do requerimento, a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências, especifica, no inciso XVII do art. 27, que a elaboração, acompanhamento e avaliação do plano plurianual de investimentos e dos orçamentos anuais são áreas da competência do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portanto, o pedido de informações em relação às obras realizadas pelo Governo Federal nos estados do Acre, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Ceará é endereçado de forma correta ao Ministro da referida pasta.

Ainda em relação ao endereçamento do requerimento, o inciso XII do art. 27 da já citada Lei nº 10.683, de 2003, estipula, por sua vez, que a administração financeira e contabilidade pública são áreas da competência do Ministério da Fazenda. Dessa forma, o pedido de informações em relação ao valor das transferências voluntárias para os Estados do Acre, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Ceará deveria ser endereçado ao Ministro de Estado da Fazenda, por meio de outro requerimento.

Em relação ao amparo legal para o requerimento, não cabe mencionar o art. 4º da Lei complementar nº 105, de 2001, pois o mesmo refere-se ao pedido de informações e documentos sigilosos ao Banco Central, à CVM e a instituições financeiras.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 21, de 2006, com a supressão da referência ao art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 2001, e do pedido de informações em relação ao valor das transferências voluntárias aos estados citados. Este segundo pedido de informações deve ser direcionado ao Ministro de Estado da Fazenda por meio de outro requerimento, conforme redação abaixo:

(*) REQUERIMENTO Nº 21-A, DE 2006

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Fazenda, para que este providencie, no estrito termo do prazo constitucional, junto aos órgãos competentes, com os documentos comprobatórios, o valor das transferências voluntárias da União para os Estados do Acre, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Ceará, desde o exercício de 2003, bem como a destinação de cada uma delas.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros, Presidente.** – **João Alberto Souza, Relator** – **Alvaro Dias** – **Antero Paes De Barros** – **Papaléo Paes.**

PARECER Nº 99 de 2006

Da Mesa, sobre o Requerimento nº 22, de 2006, que solicita ao Ministro de Estado dos Transportes informações sobre a chamada “Operação Tapa-Buracos”, executada pelo Governo Federal.

Relator: Senador **João Alberto Souza**

I – Relatório

Apresentado no último dia 17 de janeiro, o Requerimento nº 22, de 2006, pretende que, nos termos dos artigos 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes informações acerca da execução das obras da chamada “Operação Tapa-Buracos”, posta em prática pelo Governo Federal nas rodovias sob sua jurisdição.

Autor da proposição, o Senador Antero Paes de Barros argumenta que as mencionadas obras, a par de serem “tecnicamente questionáveis”, pois realizadas durante o período das chuvas, infringem a Lei de Licitações, Lei nº 8.666, de 1993, ao prescindirem do certame licitatório sob a alegação de urgência para iniciativa “previsível de ocorrer há mais de ano”. Teme Sua Excelência que, “em um ano de disputa eleitoral”, tais obras sejam executadas de forma ilícita. Nesse sentido, busca valer-se da competência fiscalizadora do Senado Federal para obter do Poder Executivo:

1) a relação de todas as empreiteiras que foram, estão ou serão contratadas na chamada “Operação Tapa-Buracos”, atualmente executada pelo Governo Federal;

2) o valor individualizado do pagamento para cada empreiteira citada no item anterior, assim como a rodovia em que a empreiteira realiza a operação;

3) cópia de todos os processos de contratação das empreiteiras supracitadas.

No tocante ao terceiro item de sua solicitação, Sua Excelência admite, alternativamente, que, ante o princípio da economicidade, sejam as cópias requeridas substituídas pela permissão de acesso de um seu representante aos respectivos processos, nas próprias dependências do Ministério dos Transportes.

Lido na Hora do Expediente, o Requerimento veio à Mesa para decisão.

II – Análise

Abrigados no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 216 e 217 do Regimento Interno, os Requerimentos de Informação têm a tramitação regulamentada pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que estabelece os requisitos para a sua apresentação e aprovação. A iniciativa sob exame satisfaz a todas as condições impostas pelo mencionado Ato, uma vez que:

1) é dirigida a Ministro de Estado;

2) as informações solicitadas guardam relação “estreita e direta” com o assunto que se procura esclarecer;

3) não se refere à intenção ou propósito da autoridade a quem se destina; e

4) não contém pedidos referentes a mais de um Ministério.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do Requerimento nº 22 de 2006.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros, Presidente.** – **João Alberto Souza, Relator** – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Papaléo Paes**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado Federal aprovou, em 1º de fevereiro do corrente ano, os seguintes **Requerimentos de Informações**, nos termos de seus relatórios: **nºs 1.154, 1.341, 1.365, 1.386, 1.387, 1.404, 1.413, 1.414, 1.450, 1.451, 1.495,**

(*)Autuado em auto separado.

1.502 e 1.503, de 2005; e 1, 21 e 22, de 2006, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

Informa que, em conclusão ao relatório oferecido ao Requerimento nº 21, de 2006, foi desmembrado em Requerimento nº 21-A, de 2006, endereçado ao Ministro de Estado da Fazenda.

Serão cumpridas as decisões da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

Brasília, 3 de fevereiro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro do Meio Ambiente, através do Requerimento nº 1.173, de 2005

Cordialmente. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

Brasília, 6 de fevereiro de 2006

Senhor Presidente,

Nós termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro das Relações Exteriores, através do Requerimento nº 1.251, de 2005.

Cordialmente. – Senador **Papaléo Paes**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência reiterará as solicitações aos Srs. Ministros de Estado, nos termos dos ofícios que acabam de ser lidos.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Of. GLPMDB nº 38/2006

Brasília, 2 de fevereiro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Gilvam Borges, como membro titular, em substituição à Senadora Íris de Araújo, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Of. GLPMDB nº 39/2006

Brasília, 6 de fevereiro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência o remanejamento do Senador Ney Suassuna na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, para ocupar a titularidade, em substituição ao Senador José Maranhão e a nova composição da suplência:

SUPLENTE

1. Senador Romero Jucá
2. Senador Gilvam Borges
3. Senador Wellington Salgado de Oliveira
4. Senador Pedro Simon
5. Senador Maguito Vilela
6. Senador Gerson Camata
7. Senador Almeida Lima
8. vago

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Of. GLPMDB nº 40/2006

Brasília, 6 de fevereiro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Luiz Otávio, como membro titular, em substituição ao Senador Wellington Salgado, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Será feita a substituição solicitada.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem.) – Solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa inscreve V. Ex^a, intercalando-o com os oradores regularmente inscritos.

Faço, neste momento, a minha inscrição para uma comunicação inadiável, nos termos do inciso VII do art. 14 do Regimento Interno.

Concedo a palavra, como primeiro orador, ao nobre Senador Ney Suassuna.

V. Ex^a dispõe de dez minutos e mais cinco de prorrogação, Senador.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho ido constantemente ao meu Estado. Na última semana, cruzei o Curimataú e o Cariri e fiquei pasmo, Sr. Presidente, ao ver a secura em que estamos. E fiquei pasmo, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao ver o clamor por ações que sejam estruturantes e também por ações de curto prazo, como é caso do carro-pipa.

Já perdi a conta de quantas vezes vim reclamar de carros-pipa, reclamar de um direito que tem o cidadão de ter os serviços públicos funcionando a contento, o que, lamentavelmente, não está ocorrendo.

Estive em São Vicente do Seridó, que está uma secura só. Estive em Pedra Lavrada, onde há um clamor pela distribuição de água. Enfim, assim está toda a área do Cariri. Contudo, não é só o Cariri que está sofrendo, mas o sertão paraibano. Quando falo do Cariri, falo dos correlatos nos Estados vizinhos.

Tenho certeza de que, no Piauí, o Senador Mão Santa deve estar vendo o clamor do seu povo. Há regiões no Piauí que são úmidas, que têm água, mas há outras que têm um semi-árido enorme. Um Estado que também deve estar sofrendo muito é a Bahia, porque tem o maior semi-árido do Nordeste.

A verdade é que precisamos mudar e regularizar essas ações. Não pode ser a toda hora e a todo instante, porque isso virou um jogo. O Prefeito declara calamidade, o Governador demora não sei mais quantos dias para declará-la, e o Governo Federal, outros tantos para fazê-lo. Como a declaração só vale por determinado prazo, quando começam a serem tomadas providências, já acabou a calamidade municipal, e é preciso ainda promulgar o estado de calamidade. É um sacrifício. É uma via-crúcis. Dá pena vermos a situação em que está o agricultor.

Durante esta semana, votaremos o projeto relativo às dívidas dos agricultores. Se eu tinha convicção de que era necessária a aprovação, voltei com muito mais convicção. Realmente, precisamos encontrar uma solução para, inclusive, sanar injustiças. Na legislação

atual, o Município A está inserido na linha do semi-árido, e o Município vizinho, que não tem diferença alguma do Município A, não está inserido. Isso é uma injustiça clamorosa.

Por isso, durante esta semana, deveremos juntar a Bancada nordestina para discutir novas regras, novas linhas que definam o que é Município inserido no semi-árido e Município que não é inserido no semi-árido.

Concedo o aparte ao Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Senador Ney Suassuna, embora eu não seja nordestino de nascimento, como brasileiro, acompanho de perto o Nordeste e já tive oportunidade de viver muito bem, numa fase bonita da minha vida, naquela região. Vivi no sul do Piauí. Não podemos nos conformar com essa situação de sacrifício e de sofrimento por que passam parte dos cidadãos nordestinos, notadamente com a falta de água. Seguramente, a água é uma dádiva divina, da natureza, o insumo mais rico e mais importante que o ser humano precisa ter. Não é possível que ainda convivamos com o carro-pipa. Pior ainda é a falta do carro-pipa.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É o que estamos vivendo hoje.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Não é possível que se deixe o cidadão à mercê da sua própria sorte, sofrendo as maiores dificuldades. Fico imaginando os pais suportando essa situação, vendo seus filhos sentirem a falta d'água. Imagino o grau de sofrimento. V. Ex^a tem razão. Queremos nos somar a esse esforço que precisa ser desenvolvido. Precisamos buscar uma forma definitiva de resolver o problema de água no Nordeste. Se vamos buscar no subsolo, se vamos fazer transposição, integração de bacias, não é importante. Trata-se de uma prioridade nacional, e não mera necessidade regional. Cumprimento V. Ex^a e quero associar-me a esse esforço, que todos nós, brasileiros, devemos fazer para resolver o problema da seca, da falta d'água no Nordeste.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Fico muito grato a V. Ex^a pelas palavras. V. Ex^a tem razão. É preciso haver mais solidariedade entre nós, para que brasileiros não morram de sede.

O pior, Senador, é que, em muitas regiões, o Prefeito, que é quem faz a distribuição, usa um critério político. Isso é ainda mais revoltante. Não se pode politizar uma carência dessa natureza, a carência de água.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a conhece o problema. É um político de inteligência ímpar e de sensibilidade. Como V. Ex^a, conheço o problema. Sei que Lula saiu cedo do Nordeste. Conheço esse problema de seca. Primeiramente, fui

Prefeitinho de uma cidade do Nordeste, de Parnaíba, vivi no Nordeste. Mesmo quando eu era interno no Colégio Cearense, eu era daqueles que se apresentavam para pedir donativos e entregar lá em Caucaia, na Hospedaria Getúlio Vargas, que era um verdadeiro campo de concentração. Quase adolescente, vi aquilo. Para que as pessoas não invadissem Fortaleza, o Governo fez uma hospedaria, e imagino o sofrimento daquela gente. Depois, Deus me permitiu governar o Estado do Piauí, e quero ensinar ao Lula. É o seguinte: a primeira desgraça é que havia um órgão específico para ajudar os Municípios e o Governo, que era a Sudene. Eles tinham **know how** de ver os recursos necessários para ajudá-los e ajudar os Prefeitos e Governadores. Eles tinham **know how**, uma experiência de grande tempo. Lembro-me de Fernando Henrique Cardoso, que não é do meu Partido, mas é um homem que sabe tudo, um artista, que tem sensibilidade política. Presidente Papaléo, atentai bem! Lembro-me de que marquei uma audiência com Fernando Henrique Cardoso numa dessas épocas e de que ele não me atendeu, porque foi uma semana de luto. Morreram o nosso baiano filho de Antonio Carlos Magalhães, Luís Eduardo Magalhães, e Sérgio Motta, e o Presidente não pôde me atender. Mas, com a sua sensibilidade, ele marcou para uma semana após, lá na sua residência, no Palácio da Alvorada. Senador Suassuna, cheguei de tarde, às cinco horas da tarde. Voltei ao Piauí e vi aquelas cenas, como Governador. Deus deu-me essa oportunidade. O povo nordestino, confiando nos seus governos, estava pacato; não havia assalto. Porém, como é penosa e dramática aquela cena de centenas de pessoas com um balde, à espera de um carro-pipa! Como é triste ver. E é urgência, e é emergência. Dizem que não, que não fizeram operação eletiva, que desviaram os recursos, e que desde Pedro II há projetos. Eu quero lhe dizer que voltei, daquele meu jeito, simples, direto e franco. Cheguei ao Palácio, e o Presidente, com simpatia, todo artista, com uma revista **Lifetime**, disse “Ó Mão Santa” – e mostrou a biblioteca. Eu disse: “Presidente, o senhor acredita em Deus?”, porque ele havia dado uma entrevista em que a resposta ficou nas entrelinhas. Ele disse: “Por que, Mão Santa? Claro. Acabei de ir à missa. Estou indo muito a missas de sétimo dia, do Luís Eduardo, do Sérgio Motta. Se eu não acreditasse, eu não iria”. Eu disse: “Pois foi Deus que mandou. Não deu certo a audiência da semana passada, porque houve as mortes, mas eu voltei e quero dramatizar. Presidente Fernando Henrique Cardoso, quero lhe dar um conselho. “Vossa Excelência tardou em atender os queimados de Roraima. Vossa Excelência se lembra? Retardou. Agora, quero dizer-lhe algo”. Naquele tempo, nosso Partido era coligado com o dele – V. Ex^a é testemunha.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu disse: “Presidente Fernando Henrique Cardoso, se Vossa Excelência não se voltar de imediato, ficar só com a inspiração desses técnicos. Trata-se de uma urgência, de uma emergência: água e alimento. Não é caridade, mas necessidade. Vossa Excelência deve socorrer com urgência. E isso se faz através da Sudene”. Eu disse mais – pois havia um técnico lá: “Coloque o sub da Sudene, Leonides Alves Filho, do Piauí, que tem grande experiência”. E ouviu meu relato franco: “Vossa Excelência jamais será reeleito, está sepultado, porque ninguém vai agüentar duas desgraças: o fogo e a falta d’água no Nordeste”. Nossa conversa demorou, demorou. O seguinte a ser atendido perguntou se eu o havia alugado, contando o drama. E surgiram aquelas ajudas, via Sudene: um salário para quem não colheu, para a dignidade. E eu disse: “Presidente, seus técnicos estão todos errados. Esse negócio de frente de trabalho é idiotice. Tirar um homem do campo, Fernando Henrique Cardoso, é destruir o maior patrimônio, que é a família, a dignidade cristã. Vocês estão retirando um homem do campo, da fazenda, localizada a 20 quilômetros, 30 quilômetros do centro urbano, para colocar na cidade, à disposição do prefeito, para varrer rua, construir uma ponte que vai cair, porque ele não é um técnico. Quando ele receber aquele dinheirinho, ele vai largar a mulher velha por uma mulher nova, e Vossa Excelência acaba com o grande patrimônio do Nordeste, que é a família”. E, realmente, Sua Excelência mudou: “Então, deixe ele lá, preparando as terras para o próximo inverno, a semente, o adubo, coletando água, e os governadores de Estado devem dar estrutura, educação, saúde”. A situação é muito pior, eu vi agora. Não tem nada. No Piauí, é desgraça mesmo, porque é a incompetência do PT federal com o estadual, e o povo sofrendo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Ao concluir, Sr. Presidente, registro essa necessidade e minha tristeza de ver que em algumas cidades está sendo utilizada politicamente a distribuição que o Exército faz; em outras, ainda não começaram a atender, e o clamor é geral.

Registro também minha tristeza ao ver meu Estado cada vez mais empobrecido, razão pela qual eu e o Senador José Maranhão conversamos com o Presidente e pedimos que lá seja implantada – já que serão instaladas uma siderúrgica no Ceará e uma refinaria em Pernambuco – uma indústria petroquímica, a fim de que não fiquemos na mão. Estamos lutando por isso. Conversamos também com o Ministro das Minas e Energia, e eu mesmo fui falar com o Presidente da Agência Nacional de Petróleo. Estamos lutando por isso.

Iniciaremos agora uma campanha pela implantação da indústria petroquímica no Estado, pois é necessário haver alguma obra estruturante que transforme o destino da nossa gente. Não podemos ficar eternamente à mercê da estiagem, embora sonhemos todos nós com a transposição, como sonha o Presidente. Li, ainda ontem, no jornal **Folha de S.Paulo**, Sua Excelência firme, dizendo que vai fazer a transposição. Estamos aguardando, mas é uma obra que leva anos para ser concluída: três, quatro anos, no mínimo, cinco anos talvez. Até lá, vamos sofrer, e sofrer muito. Por isso, precisamos não apenas da ajuda do Governo Federal, mas também de obras estruturantes que modifiquem o nosso destino, o nosso futuro, e é a isso que vamos dar início nessa campanha.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Obrigado, Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha.

S. Ex^a terá dez minutos para seu pronunciamento, e cinco de prorrogação, caso necessário.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, andando como tenho andado, como sempre faço, pelo interior do meu Estado, um Estado com dimensões quase continentais, Senador Mão Santa, como o de V. Ex^a, nosso querido Piauí, um Estado muito grande, tenho observado que essas extensões territoriais gigantescas trazem uma dificuldade administrativa muito grande.

Nos municípios, tenho constatado um sofrimento intenso por parte da população que se reflete nas ações dos prefeitos. O Estado de Tocantins é um Estado novo, com pouco mais de 17 anos. Seguramente, ampliamos o número de Municípios a fim de estabelecer uma forma de distribuição de renda, fazendo com que um pouco de dinheiro chegasse aos Municípios mais distantes, mais remotos, onde a população mal via uma parcela ínfima dos recursos dos impostos arrecadados na região. Mas a maioria dos prefeitos está com o pires na mão. Com raríssimas exceções, alguns Municípios que possuem algum sistema produtivo mais eficiente – que produzem petróleo ou que tenham uma fábrica grande, algo que não seja usual de produção – escapam dessa dependência, dessa necessidade do dia-a-dia. Mas a

grande maioria dos prefeitos não consegue atender as demandas e as necessidades de seus munícipes.

O Brasil experimentou um fenômeno social muito forte, ainda em curso, já com menos intensidade, sobre o qual não nos debruçamos o suficiente para fazer uma análise mais profunda, sobretudo de suas conseqüências, que é a questão relacionada ao êxodo rural. O êxodo rural não é um fenômeno brasileiro, é um fenômeno mundial, mas se agravou no Brasil em razão do abandono, da falta de assistência ao homem do campo. O homem do campo, brasileiro com os mesmos direitos, ao perceber que o tratamento que recebia era diferenciado do cidadão que morava na cidade, começou a engrossar as hordas e hordas de pessoas – homens e mulheres de todas as idades, na sua grande maioria sem ter tido a oportunidade de qualificação, sem ter tido a oportunidade de estudar no meio em que vivia, no meio rural –, veio, com seu desconhecimento, acotovelar-se nas periferias das cidades.

Naturalmente, comparando a vida que levava no campo com a vida que o cidadão da cidade leva, ele acreditava que teria vantagens enormes mudando para a cidade. No interior, até a escola era difícil, com um professor para diversas faixas etárias de alunos. Os problemas de saúde eram seriíssimos, pois quem fosse acometido de algum mal ou sofresse algum acidente teria que ser urgentemente transportado para a cidade. Além dos demais confortos que os recursos do desenvolvimento oferecem ao cidadão: na cidade, as pessoas têm luz em casa, luz na porta, rua pavimentada, água tratada e encanada; no quarteirão ao lado, um hospital para atender às demandas de saúde próprias da família; no outro quarteirão, a escola, com melhores condições e melhor qualidade para atender seus filhos. Muito diferente das possibilidades ínfimas do povo que vive no interior. Por isso, nos últimos 50 anos, a população rural brasileira passou, rapidamente, de 70% para 18%. Atualmente, 82% das pessoas moram nas cidades, e muitas delas não tiveram – como já disse – a oportunidade de se preparar para a faina diária nas cidades e disputam o mercado de trabalho com as pessoas que lá se encontravam.

A luta é difícil, é terrível. O subemprego e o desemprego são ainda um fantasma que assombra a grande maioria dos lares brasileiros. E os Municípios pequenos, que experimentaram também essa migração do interior, acumulam um número enorme de pessoas que não têm como, com o seu suor e seu trabalho, ganhar o sustento próprio e o de sua família. É uma tarefa difícil, uma tarefa gigante. E a pressão cresce em cima dos prefeitos.

Há um outro fenômeno interessante, a busca equivocada ainda por terras neste País. Falta de terra

não é problema no Brasil. Com mais de oito milhões de quilômetros quadrados, a tão chamada, tão decantada, tão requerida reforma agrária continua os seus passos de forma equivocada, criando conflitos, gerando crises, confrontos, mortes e uma disputa desajeitada, desigual por um pedaço de terra.

Aliás, hoje, vemos um grande número de pessoas que se acumulam no Movimento dos Sem-Terra, que entendo sejam mais os sem-empregos, que estão se agarrando a uma esperança tênue de encontrar, no programa que o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário desenvolvem, uma forma de sustentar a si e a sua própria família.

Muitos deles, Senador Gilvam, não têm a menor aptidão com a lida da terra, não sabem como extrair da terra o seu sustento próprio, não conhecem os segredos da terra. Às vezes, lançam grãos ao invés de sementes no chão, não sabem discernir o que é melhor, a época adequada de cultivar a terra para fazer com que ela lhe devolva, em resultados positivos, o seu esforço.

Mas a verdade é que, na maioria das vezes, esses assentamentos são feitos sem combinar com os prefeitos. De repente, num Município, assentam-se cinquenta, cem, duzentas, trezentas famílias sem a infraestrutura adequada e necessária. E aí os assentados correm ao prefeito, naturalmente querendo todas as condições ideais, ou as mínimas necessárias para se viver: atendimento escolar para os filhos, atendimento de saúde para a família, transporte coletivo, energia elétrica e água tratada. São exigências básicas para um cidadão viver com dignidade. Acontece, então, a pressão sobre os prefeitos.

Nós vivemos com uma distribuição equivocada dos recursos. Da receita, do bolo distribuído, 62% ficam com o Governo Federal; 24%, com os governos estaduais e 16%, com as prefeituras municipais. E é exatamente nas prefeituras municipais onde os problemas se avolumam e se acumulam mais. Lá os prefeitos são sufocados sem dar conta de resolver os problemas da população.

A população quer as condições mínimas: iluminação residencial, iluminação pública, escolas, hospitais, diversão. Enfim, a população quer tudo o que o cidadão está a exigir para viver condignamente.

Mas eu vejo com muita tristeza o último levantamento feito pelo IBGE, publicado por um dos grandes jornais, em que dos dez Municípios mais pobres do Brasil, cinco estão no Tocantins. Isso nos incita a todos, principalmente a nós tocantinenses, a nos aprofundarmos nas questões que envolvem diretamente o prefeito e o Governador do Estado, objetivando buscar soluções imediatas para acabar com a situa-

ção de pobreza, que se reflete na vida de sofrimento da população.

É preciso que repensemos o pacto federativo, pensemos e re-estudem a redistribuição do bolo arrecadado dos impostos da população e possamos efetivamente oferecer aos prefeitos municipais, que têm uma responsabilidade muito grande e direta, porque é atrás do prefeito que o cidadão vai quando quer resolver seus problemas e atender as suas necessidades.

Sr. Presidente, é preciso que repensemos a situação dos Municípios brasileiros.

Era o que eu desejava registrar nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Leomar Quintanilha.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, como orador inscrito. S. Ex^a tem dez minutos para o seu pronunciamento. (Pausa.)

Por permuta com o Senador José Jorge, concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges, do Estado do Amapá.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminhei à Mesa voto de pesar pelo falecimento desse notável jornalista que é Tales Alvarenga, com um dos mais bonitos currículos e com uma carreira muito sólida dentro da Editora Abril, ocupando todas as posições de mando na revista **Veja** e, ultimamente, como colunista.

Estou aqui com sua última coluna “A maré popularesca”, e com o box, destacado pela revista, “A América Latina só terá uma oportunidade de sair da maré do atraso se abandonar a retórica obsoleta de seus líderes retrógrados”.

Lamento sempre a morte, e lamento mais ainda a morte das pessoas que terminam ganhando a nossa admiração. Mas o Tales Alvarenga era um jornalista excepcional. E eu não me perdoo por não o ter conhecido pessoalmente. Nunca tive contato telefônico, pessoal, político, de forma nenhuma com ele.

Tales Alvarenga, nascido em 1944, falecido em 2006; notável intelectual, cabeça inconformada, cérebro brilhante e inquieto. É alguém que vai fazer muita falta. Digo isso bem do fundo do meu coração.

Portanto, o Senado deve prestar toda a homenagem que merece esse homem de enorme peso qualitativo na vida brasileira, que é este jornalista notável e inesquecível, chamado Tales Alvarenga, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Senador Arthur Virgílio, aguardamos o requerimento de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, e peço que se insiram nos Anais da Casa as últimas palavras, o último artigo de Tales Alvarenga.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TALES ALVARENGA

A maré popularesca

A Bolívia elegeu seu primeiro índio como presidente da República. Muita gente comemorou. A eleição de Evo Morales seria uma vitória da causa popular sobre o domínio elitista na Bolívia. Gente que não tolera a citação da origem étnica das pessoas sob nenhum pretexto, porque isso significa racismo, se congratula abertamente pelo fato de o presidente boliviano ter sangue indígena. Lula também já foi incensado como ex-operário. Sua eleição teria representado o rompimento da tradição brasileira de distribuir o poder apenas entre as classes dominantes. Mas o fato de ter sido operário não dá a Lula e o fato de ser índio não dá a Morales nenhuma sensibilidade superior para lidar com as questões de Estado.

Lula e Morales são exemplos de conquista pessoal. A sagacidade desses dois homens não é um fenômeno trivial. Coisa diferente, no entanto, é imaginar que o exercício da Presidência nos dois casos se beneficiou pelo fato de eles nunca terem passado pela formação dada aos filhos da burguesia.

A esquerda, no entanto, se embriaga com esses mitos popularescos, especialmente quando eles vêm embebidos em ideologia. Por isso fazem tanto sucesso nesse meio a utopia indígena de Evo Morales e a utopia bolivariana de Hugo Chávez, rotas certas para o desastre. A esquerda e seus ídolos não gostam de fórmulas testadas e bem-sucedidas. Desdenham a experiência chilena, que deu certo na prática, mas não foi seguida pelos vizinhos.

O Chile acaba de eleger Michelle Bachelet como presidente. Bachelet, socialista de biografia impecável, não contestou as políticas que todos os governos chilenos, de direita e es-

querda, aplicam infalivelmente. O

Chile segue rigorosa disciplina fiscal, tem a economia privatizada e persegue o aumento da produtividade. Por isso, cresce mais do que os vizinhos.

Com satisfação, a esquerda fala numa “maré vermelha” na América do Sul. Comemora a eleição de tantos socialistas ao mesmo tempo. O que se vê é uma maré de retrocesso que deixará muito desapontamento no ar.

Evo Morales quer implantar na Bolívia um socialismo indígena. Sua ministra da Justiça é índia sindicalista. O ministro das Relações Exteriores também é índio sindicalista. Evo Morales,

chefe da tribo, levará para morar com ele no palácio do governo o vice-presidente da República, o presidente da Câmara e o do Senado. “Socialismo é viver em comunidade e igualdade”, diz Morales. Espera-se que Lula não siga o exemplo carregando José Alencar, Renan Calheiros e Aldo Rebelo para morar com ele e dona Marisa.

No Peru, o candidato a presidente Ollanta Humala quer a nacionalização da economia e democracia direta, falando com o povo sem a intermediação dos parlamentares. É a fórmula usada na Venezuela pelo segundo maior ídolo do exotismo latino-americano, o coronel Hugo Chávez, que pouco a pouco vai tomando o lugar de Fidel Castro como o grande pajé da esquerda no continente.

A América Latina só terá uma oportunidade de sair dessa maré de atraso se abandonar a retórica obsoleta de seus líderes retrógrados e experimentar a convivência com a moderna sociedade capitalista globalizada. Querendo ou não, terá de enfrentar esse desafio, mais cedo ou mais tarde.

**“A América
Latina só terá
uma oportunidade
de sair da maré
do atraso se
abandonar a
retórica obsoleta
de seus líderes
retrógrados”**

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO 105, DE 2006

Requer voto de pesar pelo falecimento do jornalista Tales Alvarenga, um dos mais conceituados analistas da vida pública e do pensamento da sociedade brasileira.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento ocorrido em São Paulo, do jornalista Tales Alvarenga, da revista Veja.

Requeiro, também, a inserção desse Voto de Pesar nos Anais e que seu conteúdo seja levado ao conhecimento da viúva Tina e demais familiares do jornalista, bem como à direção da revista Veja.

Justificação

O jornalista Tales Alvarenga, que o Brasil conhece pela sua presença de valor na revista Veja, morreu precocemente e deixa exemplos de dignidade na profissão. Ele trabalhou até o último momento e sua coluna, que a revista publica esta semana, foi praticamente escrita no leito do hospital. Como essa última coluna, sua nítida visão sobre o País dá bem uma idéia da perda que o Brasil acaba de sofrer. Tales Alvarenga, de 61 anos, integrou os quadros da revista Veja por 28 anos, passando antes pelo jornal **O Estado de S.Paulo**.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO 106, DE 2006

Requeiro voto de pesar pelo falecimento do artista plástico Aldemir Martins ocorrido ontem à noite em São Paulo.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regime Interno, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento ocorrido ontem, dia 5 de fevereiro, em São Paulo, do artista plástico Aldemir Martins.

Requeiro, também, a inserção desse Voto de Pesar nos Anais e que seu conteúdo seja levado ao conhecimento dos familiares do pintor e dos Governos dos Estados do Ceará e de São Paulo.

Justificação

O artista plástico Aldemir Martins foi um dos grandes expoentes das artes no Brasil. Natural de Ingazeiras, no Ceará, passou a viver no Rio no ano de 1945 e, um ano depois, optou em definitivo por São Paulo. Ali ele se tomou conhecido e, além das notáveis produções artísticas, foi também ilustrador do Jornal da Tarde nos anos 70. Aldemir Martins foi pintor, desenhista, gravurista, ceramista e escultor. Sua produção, além de estar presente em grandes galerias e museus, estampa caixas de charutos, papéis de carta, cartões postais, telas de linha, de juta e tecidos e até formas de pizza. Uma forma democrática de popularizar sua arte, reconhecida e notável.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 107, DE 2006

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Sr. Ministro de Estado do Banco Central, para que este providencie, no estrito termo do prazo constitucional e de suas responsabilidades, as seguintes informações, com os documentos comprobatórios:

– Relatório sobre “Avaliação de Conduta para Prevenção de Lavagem de Dinheiro – **Compliance**”, referente aos bancos BMG, Rural e Bank Boston, a partir de 2002;

– Relatório sobre “Classificação de Instituição Financeira – **Rating**”, referente aos bancos supracitados, durante o mesmo período.

Justificação

Os bancos BMG e Rural apareceram como as instituições financeiras diretamente vinculadas ao esquema criado pelo Sr. Marcos Valério para pagar o “Mensalão” que beneficiou o Partido dos Trabalhadores. Tais bancos estão submetidas à fiscalização do Banco Central, portanto recebem acompanhamento regular daquela autarquia. Ora, as informações solicitadas são essenciais para que se possa averiguar a responsabilidade do Banco Central no que diz respeito ao cumprimento de sua missão institucional de verificação do funcionamento legal e operacional do Sistema Financeiro. A inclusão do Bank Boston toma-se também imprescindível pelo fato da mesma ser a responsável pela maioria das contas das pessoas físicas e jurídicas envolvidas no “valerioduto”, portanto os relatórios solicitados dão básicos para o acompanhamento da missão institucional do BCB quanto ao combate à lavagem de dinheiro.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2006. _ Senador **Álvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Com a palavra o Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há 248 anos, no dia 4 de fevereiro de 1758, era fundada a Vila de São José de Macapá, povoado que tornou-se a belíssima cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá, que, com tanta honra, represento nesta Casa.

As festas pelo aniversário da cidade começaram há uma semana, no dia 29 de janeiro, e se estenderam até ontem, dia 5 de fevereiro. O povo macapaense foi brindado com apresentações de diversos artistas, exposições, peças teatrais, shows de danças, lançamentos de livros e CDs, rodas de serestas, missas, solenidades, torneios esportivos, shows pirotécnicos, enfim, uma série de eventos que envolveram a cidade num clima de celebração ao longo de toda a semana.

Sr. Presidente, o povo macapaense tem efetivamente todas as razões do mundo para comemorar. Macapá cresceu e tornou-se uma cidade cheia de vi-

vacidade, amada por seus habitantes e por todos os que a visitam.

Com uma história riquíssima, repleta de belos monumentos e privilegiada por suas incontáveis belezas naturais, Macapá é um desses recantos meio escondidos que merece ser descoberto por todos os brasileiros.

A importância histórica de Macapá está relacionada à posição estratégica da cidade, única capital localizada às margens do rio Amazonas. Macapá foi um dos pontos a partir dos quais os portugueses garantiram o domínio sobre o extremo norte do Brasil, tendo sido determinante, portanto, para a configuração atual da Amazônia brasileira e do Brasil.

A Fortaleza de São José de Macapá é um dos marcos que melhor representam a defesa da Amazônia contra a invasão estrangeira durante o período de formação do Brasil. É um dos principais pontos turísticos de Macapá e ganhou, merecidamente, o **status** de patrimônio histórico nacional em 1950.

Outro importante monumento com que contamos em Macapá é o marco zero do Equador. Nossa capital é a única cortada pela Linha do Equador, fato que levou à construção do marco zero e do obelisco que permite a observação dos equinócios de primavera e de outono, em março e setembro, respectivamente.

Outras importantes obras arquitetônicas e paisagísticas de Macapá são o trapiche Eliézer Levy, construído na década de 30, às margens do Amazonas; a Igreja de São José de Macapá, inaugurada em 1761, o monumento mais antigo da cidade; o Estádio Milton Corrêa, o Zirão, com cada lado do campo em um dos hemisférios; o Museu Sacaca, importante centro de divulgação cultural; a Área de Proteção Ambiental do Curiaú, que preserva a história e a cultura dos remanescentes do Quilombo do Curiaú, e outras tantas atrações que contam um pouco da história do povo amapaense.

O folclore é um dos pontos fortes da cultura macapaense. A principal manifestação folclórica da cidade é, sem dúvida, o Marabaixo, dança tradicional dos negros de origem africana, apresentada em diversas festas realizadas nas comunidades de Mazagão Velho, Maruanum, Curiaú, Ambé e Santo Antonio da Pedreira.

Quem visita a cidade pode também deliciar-se com nossa culinária, cujo forte são os peixes típicos da região. O tucunaré na brasa é um dos pratos mais consumidos na nossa capital. A gurijuba, peixe típico da

nossa região, é a base de mais de 70 pratos oferecidos pelos restaurantes de Macapá. O camarão ao bafo é campeão em pedidos em nossos bares e restaurantes. O açaí, como em outras localidades da região Norte, é largamente consumido em diversas formas e com vários acompanhamentos.

Sr. Presidente, encerro esta breve intervenção com um convite a todos os brasileiros: visitem o Amapá e sua capital, Macapá, linda, bela, altaneira, encravada em frente ao majestoso rio Amazonas. A nossa cidade recebeu homenagens de todos os segmentos da sociedade amapaense. Portanto, não poderia deixar de registrar, desta tribuna, esse dia em que estávamos festejando aniversário tão importante.

Aproveito para comunicar também, Sr. Presidente, que o Estado do Amapá, pela primeira vez, depois de três longos anos de grande luta travada pelo Governador Antonio Waldez Góes da Silva e sua equipe de Governo – que no ano passado esteve em Washington, acompanhado por várias lideranças, para tentar a liberação do primeiro empréstimo para financiamento de projetos de interesse do desenvolvimento do nosso querido Estado do Amapá – o Amapá deverá receber, amanhã, o consentimento para esse primeiro empréstimo, que financiará o desenvolvimento do nosso Estado. É um total de 4 milhões e 800 mil dólares. A Comissão de Assuntos Econômicos estará reunida amanhã, a matéria já está pautada, e faço este apelo em nome do Estado do Amapá para que o Senado Federal possa dar a permissão para que busquemos esses recursos a fim de financiar desenvolvimento nos 16 Municípios que compõem o Estado do Amapá. É uma notícia alvissareira, revitalizadora.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, teremos recursos brevemente, se assim o Senado consentir amanhã. Com mais dois ou três meses, ainda em um processo burocrático, o Bird financiará grande parte de projetos de interesse do desenvolvimento do Amapá. Esse é um grande presente que teremos para aquecer a economia do Estado do Amapá.

Agradeço, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Fica registrado, da tribuna do Senado Federal, os nossos mais sinceros votos de parabéns para Macapá, de parabéns para todo o nosso Estado. Afinal de contas, a nossa capital estava em festa. Lá estava toda a nossa Liderança, nossa Bancada Federal, os nossos Senadores, liderados pelo Presidente Sarney, Senador

Papaléo e todas as figuras públicas do nosso Estado, que participaram ativamente.

Um grande abraço ao Prefeito João Henrique, por ter patrocinado e promovido os grandes eventos nesse dia para todo o povo amapaense.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Pelo critério de oradores inscritos, intercalando uma comunicação inadiável, passamos a palavra ao nobre Senador Papaléo Paes, por cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Encaminho à Mesa para publicação nos **Anais** entrevista do Presidente Fernando Henrique Cardoso à **ISTOÉ**, em que ele ataca o Governo Lula, diz que a ética do PT é corrupta. Mais ainda, diz que Lula é omissos com a corrupção, afirma ser fantástico o PT querer manter sua pureza atolado num lamaçal e vai por aí afora.

Encaminho à Mesa, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FHC ATIRA PRIMEIRO

Ex-presidente ataca o governo Lula, diz que a ética do PT é corrupta e manda tucanos baterem forte para retomar o comando do País

Por **Antonio Carlos Prado e Marco Damiani**

Há diversos relógios na ampla, elegante e sofisticada sede do Instituto Fernando Henrique Cardoso, no Vale do Anhangabaú, centro antigo de São Paulo. Não há a menor discrepância de horários entre eles – e, encostado soberanamente a uma parede, destaca-se um tradicional e austero Maple Cº & Ltd. – London. A cada quarto de hora ele faz ecoar quatro badaladas. Oito Badaladas marcam meia-hora. Dezesesseis, a hora cheia.

DITANDO O RUMO “Lula perdeu a classe média e só fala para desinformados”

É fantástico. O PT quer manter a sua pureza atolado no lamaçal da corrupção

“Lula é omissos com a corrupção”

Na tarde da quinta-feira 2, o ex-presidente Fernando Henrique recebeu ISTOÉ em seu escritório no centro de São Paulo. A seguir, a entrevista:

ISTOÉ – Qual vai ser o grande tema da campanha para presidente?

Fernando Henrique – Eu nunca ouvi falar em tanta corrupção como neste governo. As massas de dinheiro envolvidas são muito altas. Assustadoras. Esse tema vai ser forte.

ISTOÉ – Os tucanos devem bater com muita força?

FHC – Temos de mostrar o que aconteceu. Com força. Não podemos aceitar o que o presidente Lula disse em Paris, que todos são corruptos e, portanto, que a corrupção é normal. Não, não. Primeiro, porque não são todos que praticam corrupção. Segundo, a corrupção neste governo é muito mais grave do que nos outros casos da história.

ISTOÉ – Por quê?

FHC – Porque os outros casos eram individuais, enquanto no governo Lula a corrupção se organizou e teve a chancela do partido do governo. É um fenômeno novo. No governo

Lula, a corrupção tem organicidade, foi arquitetada. É sistêmica.

ISTOÉ – O sr. acredita que o presidente Lula não sabia de nada?

FHC – Se não sabe, é porque está comendo mosca. Aliás, deve ter ficado viciado em comer moscas. Eu acho que o deputado (Osmar) Serraglio (relator da CPI) coloca bem as coisas: Lula tem responsabilidade por omissão. Como não aconteceu nada com o presidente, acho que o Congresso foi omissos ao investigar a responsabilidade dele. Faltou a pergunta: quem é o beneficiário, a quem interessa tudo isso?

ISTOÉ – A quem?

FHC – Ao próprio presidente. O que o Duda Mendonça declarou no depoimento dele? Que recebeu aquele dinheiro ilegalmente, numa conta ilegal, e que com esse dinheiro fez diversas campanhas, inclusive a do próprio Lula. Então, Lula é beneficiário.

ISTOÉ – O impeachment deveria ter sido discutido?

FHC – Sim, mas agora não dá mais. Lula é o símbolo do imigrante operário pobre que chegou a presidente. É um símbolo declinante, uma estrela cadente. Mas o horizonte, agora, é o eleitoral.

ISTOÉ – Para ganhar do PSDB, o PT sempre agitou a bandeira da ética. Agora, os papéis vão se inverter?

FHC – É curioso. O PT sempre procurou se envolver numa aura ética dizendo: “Eu sou puro, os outros não.” Isso se mostrou um perigo, porque levou ao seguinte raciocínio: como eu sou puro, como sou da ética, eu posso, em nome dessa ética que é a revolução, a transformação, sei lá o quê, eu posso cometer deslizos morais. Esses deslizos foram crescendo à medida que o partido começou a tomar mais posições no aparelho do Estado. É paradoxal, mas a ética do PT é roubar. No PT, o militante acredita que está expropriando a burguesia para manter os seus ideais. No fim, para o PT, os fins justificam os meios. Do contrário, como explicar uma pessoa como o Delúbio, que assumiu tudo?

ISTOÉ – O sr. faz idéia?

FHC – Na história, um caso como o do Delúbio só tem paralelo naqueles processos de Moscou, na década de 1930, sob (Josef) Stalin. Os grandes heróis da revolução, lá, assumiram coisas que não tinham feito. No PT, todos os que foram à CPI disseram: “Eu não fui, foi o Delúbio.” Delúbio ficou calado porque acredita estar agindo em nome dessa ética partidária que permite pegar dinheiro público em nome

do partido e para o partido. Delúbio, assim, virou uma Geni feliz.

ISTOÉ – Mas os petistas continuam agitando a bandeira da ética.

FHC – Isso é fantástico do ponto de vista sociológico. É como se o PT quisesse manter a sua pureza atolado num lamaçal formado por seus aliados. Só que isso é uma loucura, porque quem entra nesse lamaçal está tão enlameado quanto quem está vivendo dele. O PT obteve lealdades em troca de dinheiro. Isso é grave. Uma coisa, e não estou defendendo isso, é o caixa 2 de campanhas eleitorais. Outra coisa, bem mais grave, é manter o apoio ao governo à custa de dinheiro público. O mensalão.

ISTOÉ – O PT alega que boa parte do dinheiro em questão servia para pagar dívidas do partido.

FHC – Isso só agrava as coisas. Mostra que esse partido não é democrático, que não faz diferença entre a *res publica* (a

coisa pública, em latim) e o interesse privado. Recentemente, o PT comprou 5,6 mil computadores. Como? Com dinheiro do Banco do Brasil, dando como garantia os próprios computadores, o que é uma aberração. Imagine se essa transferência indireta de dinheiro público para uma organização privada acontecesse no meu tempo de presidente... Iriam me crucificar.

ISTOÉ – Mas, ainda assim, Lula pode ganhar a reeleição.

FHC – Não acredito, mas pode. E, nesse caso, vai fazer um governo ainda pior do que o atual, porque as condições políticas são piores. Houve uma mudança de sentimento da classe média em relação ao presidente. Ele percebeu e virou o discurso para a massa de não-informados. Tudo bem, mas ele vai governar com quem? A reeleição seria muito ruim. Vai ficar tudo frouxo, sem sabermos para onde a Nação está indo. Lula pode ganhar como pessoa, mas será guiado pelo mercado e pelo pior da política. Se Lula for reeleito, o seu ato seguinte será o de pedir a anistia dos petistas cassados ao Congresso.

ISTOÉ – Quem é o melhor candidato tucano para dizer essas coisas em campanha, Geraldo Alckmin ou José Serra?

FHC – Seja um, seja outro, terá de entrar nesses temas, com uma palavra muito forte. De crítica a isso tudo, e de confiança de que vai ser diferente. Qual deles será, ainda não sabemos. Vamos escolher quem tiver mais chances de derrotar Lula, mas a decisão de concorrer é pessoal. Para Alckmin está mais fácil, seu mandato está terminando. Serra teria de enfrentar um buraco negro entre abandonar a prefeitura e vencer as eleições. Será que ele vai querer correr esse risco?

– Como o sr. se sente com essa implacável marcação do tempo?

– Eu sinto angústia com as quatro badaladas, um pouco mais com as oito e mais um pouquinho com as 16.

A angústia crescente de Fernando Henrique com o caminhar dos ponteiros tem motivo: pressa. Uma pressa objetiva, de quem não vê a hora de derrotar o PT. O discurso para resgatar o poder para os tucanos ele já traz na afiada ponta da língua. Trata-se de demolir o que restou do patrimônio ético do partido, que, no

passado, fazia passeatas sob o lema “Fora FHC”. De sublinhar na campanha deste ano que Lula abandonou a classe média, vive solitário com opositores em seu próprio partido e aliado ao que há de pior na política nacional. “Uma estrela cadente”, no resumo do ex-presidente.

Com essa idéia fixa, Fernando Henrique cumpriu nos últimos dias uma agenda de candidato. Mal desembarcou de Madri, última escala européia do seu mais recente tour de palestras internacionais, já recebeu para almoço os tucanaços Tasso Jereissati e Aécio Neves. Baixou ali, em sua posição de fiel da balança do partido, as regras para a escolha do candidato a presidente. “Haverá consultas informais, temos tempo”, adianta. Na segunda-feira 30, disse na reinauguração do Instituto Social Demo-

crata que “ladrão, nunca mais”. Na noite seguinte, envergando smoking na festa de 20 anos da BM&F, contou a amigos

DE DOIS, UM O coração de FHC bate por Serra, mas Alckmin começa a seduzi-lo

que o partido estava fazendo pesquisas para descobrir qual é, entre o governador Geraldo Alckmin e o prefeito José Serra, o homem mais adequado para apelar Lula do poder. No dia seguinte, ganhou o título de sócio honorário do tradicional Clube dos Ingleses. Mais de dez repórteres o esperavam à saída, mas o carro de FHC passou batido. Ele parecia saber que seria alvejado com perguntas sobre sua preferência pessoal. O coração dele, todos sabem, bate por Serra, mas visto de perto Fernando Henrique está cada vez mais convencido da alternativa que aponta para o governador de São Paulo. “Ele está numa situação mais confortável para concorrer, enquanto Serra teria de enfrentar um buraco negro entre a saída da prefeitura e a eleição.” O certo é que o ex-presidente quer jogar o jogo e influir decisivamente, aos 74 anos, nos rumos do País. Que fique claro: com seus termos modernos, saúde de ferro e ouvidos atentos às badaladas dos relógios, o político FHC está no auge da forma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Senador Papaléo Paes, a Mesa dará o devido desconto a V. Ex^a pelo tempo que já havia marcado. V. Ex^a tem o direito à palavra por cinco minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tenho a honra de suceder o Senador Gilvam no uso da tribuna, e o assunto do meu pronunciamento é o mesmo, o grande evento que tivemos no sábado, dia 4 de fevereiro, quando foi comemorado o aniversário de fundação da cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá. Várias atividades se realizaram desde o dia 29 em diversos pontos da cidade que serviram para homenagear os 248 anos de Macapá e envolver toda a população nos festejos.

Gostaria de lembrar que o nome Macapá é de origem tupi, com a variação de macapaba, que quer dizer lugar de muitas bacabas, um fruto de palmeira nativa da região que seria chamado por nós naquele Estado de o nosso açaí branco. A população brasileira hoje já consegue identificar o açaí como sendo lá do extremo norte. A bacaba seria um fruto de aparência

semelhante a esse açaí de coloração escura, mas de cor clara; então, é a nossa bacaba.

Antes de Macapá, o primeiro nome dado oficialmente àquelas terras foi Adelantado de Nueva Andaluza, em 1544, por Carlos V, então Rei da Espanha, numa concessão a Francisco Aurellana, navegador espanhol que lá esteve.

As terras foram transformadas em Vila de São José de Macapá, pelo Governador do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 4 de fevereiro de 1758. Eis a razão de se festejar, na presente data, o aniversário de fundação da cidade.

Sempre faço questão de lembrar que Macapá é a única cidade brasileira que está na margem esquerda do rio Amazonas e que é cortada pela linha imaginária do Equador, o que possibilita, com facilidade, mudar-se do hemisfério norte para o hemisfério sul, e vice-versa, na hora em que se quiser.

A vocação maior de Macapá é o comércio, pois a sua posição geográfica, como capital do Estado, facilita as relações comerciais com a América Central, com a América do Norte e com a Europa.

Outra vocação importante da cidade de Macapá é o turismo, da qual podemos destacar a Fortaleza de São José de Macapá, tombada pelo Iphan como pa-

trâmônio histórico; o Parque do Meio do Mundo, onde ficam localizados o Marco Zero do Equador e o Estádio Zerão, onde um time joga no hemisfério norte e o outro, no hemisfério sul; e o belo Teatro das Bacabeiras.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a honra de ser prefeito de Macapá e, com poucos recursos, a nossa administração procurou transformar o potencial da cidade em realidade. Asfaltei dois grandes cinturões, abri novos bairros, implantei escoamentos profundos para águas pluviais e construí o Complexo Beira Rio, que até hoje é um dos pontos turísticos mais bonitos da cidade.

Senador Mão Santa, em Macapá, não tínhamos a cultura da drenagem profunda. A drenagem era feita de maneira superficial. Os conselheiros imediatistas sempre diziam que não deveríamos nos preocupar com a drenagem profunda porque, eleitoralmente, ela não traz votos. Ninguém enxerga o que há embaixo da terra. Como médico, sei da importância desse tipo de trabalho. Por isso, mandei enterrar muita tubulação, que lá está cumprindo a sua função e levando para os Prefeitos que me sucederam a cultura nova da drenagem profunda.

Macapá é uma cidade banhada pelo rio Amazonas, e não tínhamos uma janela digna para apreciar esse grande rio. Então, fizemos o Complexo Beira Rio com seis quilômetros de via asfaltada. Hoje temos o prazer de apresentar aquela bela via aos nossos visitantes.

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de parabenizar toda a população da cidade de Macapá, os servidores municipais na pessoa do prefeito, os vereadores e os representantes e todas as instituições sediadas em Macapá, desejando sempre uma convivência sadia e fraterna.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pois não.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – O Presidente estava concedendo cinco minutos de prorrogação a todos; então, V. Ex^a também tem direito a mais cinco minutos. Pedi o aparte apenas para afirmar sua posição de resolver fazer o que tinha de ser feito: a drenagem pluvial e sanitária fechada. As pessoas não a pediam porque não sabiam a vantagem dela. A drenagem profunda diminui a praga, a doença, a verminose. A mortalidade infantil cai de forma assombrosa quando se faz a drenagem fechada de águas pluviais e esgoto. V. Ex^a, como médico e humanista, fez o que tinha de ser feito. O povo de Macapá, agora, está exigindo que seja feito o correto. Tenho certeza de que V. Ex^a foi um Prefeito excelente e, por isso, está nesta Casa. V. Ex^a é um médico humilde, trabalhador, que vai à casa das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero lembrar-lhe, Senador Augusto Botelho, que,

nas comunicações inadiáveis, temos apenas cinco minutos mais dois. Como S. Ex^a teve parte do tempo prejudicado pela questão de ordem do Senador Arthur Virgílio, vou conceder-lhe mais dois minutos.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Como V. Ex^a estava concedendo dez minutos mais cinco a todo mundo, pensei que seria da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas, nas comunicações inadiáveis, são cinco minutos mais dois. O orador inscrito tem dez minutos mais cinco.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – S. Ex^a está falando como Líder. Desculpe-me, Senador. Muito obrigado, Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Eu é que lhe agradeço, Senador Augusto Botelho.

Quero dizer a V. Ex^a que nossa condição de médico nos proporciona sensibilidade para essas obras importantes, que trazem benefícios à saúde da população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns, Macapá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio por permuta com o Senador Alvaro Dias. Como orador inscrito, S. Ex^a dispõe de dez minutos mais cinco. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Tião Viana, para uma comunicação inadiável.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diferentemente do que tem acontecido no Governo, com o Governo, no PT e com o PT, gosto das coisas muito claras. A revista **Veja**, por exemplo, traz nesta semana mais uma matéria – cada dia vai ficando mais banal, ninguém liga mais.

A última do PT

Partido desviou R\$400.000 de dinheiro público para pagar dívida de empresa privada.

Aqui diz que três petistas, João Machado Borges Neto, Rui Falcão e José Américo Dias, os dois últimos auxiliares de Marta Suplicy na Prefeitura de São Paulo – Rui Falcão, como Secretário de Governo, – pegaram dinheiro do contribuinte que estava no Fundo Partidário e receberam 400 mil para quitar empréstimo de uma empresa deles. A partir de um débito que um ex-funcionário da editora gerou para eles. O Sr. Paulo Mauro Soldano entrou na Justiça com uma reclamação trabalhista, alegando que havia sido caloteado por essa gente.

Então, dinheiro público vira agora uma forma de o PT pagar empréstimos de empresas privadas.

Como, na verdade, o comportamento é diferente, volto à tal lista de Furnas. Não tem por que não falar. Não tem por que silenciar. Não tem por que fingir que não vi. Meu filho de 14 anos é muito irônico. Então, eu disse-lhe: meu filho, onde está aquele DVD que ficamos de ver, a última pessoa que o viu foi você. Onde está o DVD, que havia sumido da minha casa? Ele respondeu: “Papai, estou que nem o Presidente Lula, não vi, não sei, não conheço”. Enfim, não sabe de nada. Mas, eu sei.

O jornalista Fernando Rodrigues, conhecido pela sua acidez, embora cordial e educado no trato pessoal, no dia 4 último, publicou artigo na **Folha de S.Paulo** que é simplesmente arrasador, em relação a essa fraude que é a lista de Furnas.

Diz ele:

...é cheio de erros factuais, tem inconsistências técnicas (mesmo para uma fotocópia) e só poderá ter a sua veracidade avaliada um dia se o original aparecer – o que hoje é uma aposta incerta.”

Mais adiante, diz Fernando Rodrigues:

São supostamente fotocópias de uma fotocópia que havia sido tirada e autenticada em cartório, no Rio de Janeiro, a partir de um documento original. Está à disposição na Internet desde o final do ano passado, em *sites* de pessoas que são simpatizantes do PT.

Continua Fernando Rodrigues, mais adiante:

Dimas já emitiu nota e nega o conteúdo e a autoria do documento – sua assinatura está no papel, com a autenticação “por semelhança” obtida em cartório. Embora o papel seja de 2002, a autenticação que consta para a assinatura do ex-diretor de Furnas foi obtida num cartório do Rio só em 5 de agosto do ano passado.

Então, o documento é supostamente de 2000 com autenticação apenas de 2005.

Ainda diz Fernando Rodrigues:

As fotocópias disponíveis na Internet são derivadas parcialmente de uma iniciativa do professor aposentado Luiz Fernando Carceroni, 58, de Minas Gerais. Ele é filiado ao PT desde 1980, quando ajudou a fundar a seção mineira da sigla.

Isso está me cheirando a dossiê Caymann, com PT pelo meio, com Parlamentares do PT pelo meio! Isso aqui vai acabar dando Comissão de Ética e cassação de gente sem caráter!

Fernando Rodrigues continua:

Segundo o petista, que vive em Belo Horizonte, o deputado Rogério Correia” – outro petista – “teria recebido a fotocópia de Nilton Monteiro, um lobista que seria o detentor do suposto documento original. Monteiro não admite em público ter esse papel em seu poder.

Rogério Correia, 47, segundo vice-presidente da Assembléia mineira, confirma a história. “Vi o original em novembro. O Nilton me mostrou”, diz. Qual era a cor da suposta assinatura de Djalma Toledo no original? “Difícil lembrar”, responde o Deputado.

Ao ver o papel dito original, foi possível notar se a assinatura estava escrita a caneta, deixando marcas no papel, ou se poderia ter sido impressa eletronicamente? “Não posso afirmar nada sobre isso também. Seria necessário periciar”, responde Correia. Onde está o original?

Aí responde o fofoqueiro lá do PT:

O Nilton diz que não tem mais. Diz que deu para um advogado que já morreu”.

Quer dizer, o original não aparece porque o advogado morreu, lobista pelo meio... uma nojeira! Uma nojeira verdadeira!

Depois, diz ainda Fernando Rodrigues:

Nesta semana, começou a circular na Internet uma versão da primeira página da “lista de Furnas”, diferente da que vinha sendo divulgada. O nome de um dos políticos foi substituído. Em seu lugar, aparece escrito “Tio Patinhas”.

Em sendo feito por essa gente, deveriam escrever “Curinga”, aquele do Batman, o personagem de história de revista em quadrinhos.

Diz Fernando Rodrigues com muita sabedoria, com muito equilíbrio, mostrando a sua maturidade, a maturidade que atingiu:

Com os recursos disponíveis em informática, é possível alterar totalmente os papéis e imprimir novas cópias. Como são fotocópias, não há como provar qual foi o primeiro a ser montado.

Mesmo que exista um original que tenha dado origem à autenticidade das fotocópias – até porque um cartório no Rio atestou nesta semana ser verdadeiro o selo que está na cópia –, nada impede que o original também tenha sido montado.

Mais adiante diz Fernando Rodrigues:

Como o original não está disponível, não é possível dizer se a assinatura ali impressa

é fruto de uma montagem, ou se foi mesmo produzida pela mão de Toledo.

Uma coisa terrível:

O Corregedor da Câmara, Ciro Nogueira (PP-PI), está na “lista de Furnas”. Nega ter recebido dinheiro do suposto esquema.

Ele é colocado lá pelos fraudadores como Deputado de Pernambuco e ele é Deputado do Piauí.

Muito bem. Peço que os constem dos Anais essas peças que honram o jornalismo, do jornalista Fernando Rodrigues.

Cito também o jornal **Estado de Minas**. Jornalista que conhece bem a questão mineira sabe lá quem é chantagista, sabe quem é honesto. Os jornalistas de lá sabem quem presta e quem não presta.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Ex^a permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sem dúvida.

O Sr. José Jorge (PFL-PE) – Senador Arthur Virgílio, também gostaria de me solidarizar com V. Ex^a. Na verdade, essa lista está eivada de erros, inclusive usa expressões que na época nem se usava.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É verdade.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Era essa tal expressão de contabilidade, “recursos não-contabilizados”, que foi inventada por Delúbio. Essa lista, teoricamente, seria uma lista anterior ao Sr. Delúbio, ou às denúncias do Sr. Delúbio. Essa é uma maneira de fazer uma manobra diversionista para realmente tirar as CPIs, tirar a mídia, tirar a Oposição do trabalho de descobrir aquilo que está comprovadamente errado. Então, não devemos dar atenção a essa lista, assim como a mídia praticamente não está dando atenção a ela. Devemos investigar, como tudo, mas já sabendo que é uma lista falsa, feita para tirar benefícios políticos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a.

Acrescento ao seu aparte artigo de hoje do Sr. Batista Chagas de Almeida, do jornal **Estado de Minas**, dizendo: o que eles tentam é “puxar todo mundo para a vala comum da corrupção, tendo ou não culpa no cartório. É uma operação de guerra que passa da teoria à prática no próprio Palácio do Planalto”.

Vai virando senso comum. É Dossiê Cayman, só que com gente do Palácio dentro. E continua:

E o mais grave é que partiu do Palácio do Planalto a determinação para a Polícia Federal investigar, correr atrás, caçar a qualquer custo o original da tal lista.

Ai já é o Presidente Lula, desesperado, com essa mania dele, histórica, de reeleição.

No jornal o **Correio Braziliense** de hoje – e peço que tudo vá para os Anais, Sr^a Presidente –, Nilton Monteiro, diz assim: “Processo de estelionato, falsificação, perfil de um falsário. E aí traça o currículo do rapaz.

Depois, temos a revista **Época** também dizendo que há vários indícios de que a lista seja uma falsificação.

Muito bem, Senador José Jorge, no papel aparece a expressão “recursos não-contabilizados”, o pessoal falava “caixa dois” antes. Essa expressão é o Delúbio, cheio de **habeas corpus**; **habeas corpus** de um lado, **habeas corpus** de outro, sentado em **habeas corpus**, um outro na cabeça, com o maior medo de falar a verdade, mafioso, que não queria entregar as pessoas verdadeiramente culpadas por esses problemas todos. E lá estava o bochechudo cheio de **habeas corpus**. Ele é que inventou isso. Então, o Sr. Delúbio devia estar no meio ou gente próxima dele ou gente acima dele. Não sei bem.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tenho mais cinco minutos, Sr^a Presidente. Tenho mais cinco minutos, este um minuto e mais cinco.

Quero louvar aqui a jornalista Tereza Cruvinel porque, contrariando alguns outros jornalistas, uns poucos, ela hoje não fala, depois não falou no assunto e quando falou no assunto falou para condenar a seriedade da lista, dizer que não acreditava na lista.

Louvo também o jornalista Irimar Franco, que foi o primeiro a noticiar essa tal lista, mas depois não tocou mais no assunto. Não tocou porque ele não acredita mesmo na veracidade da lista. Talvez fizesse melhor se desmentisse, dizendo assim: olha, realmente me passaram gato por lebre.

Quero pedir que vá para os Anais ainda “Política do Lixo”, de Antônio Machado, um jornalista econômico do melhor nível do **Correio Braziliense**, que diz mais – este é um aviso aos navegantes:

Suposta “lista de Furnas”, com doações de empresas a políticos, pode virar-se contra quem quer beneficiar.

Aí diz uma coisa com que concordo. Ela não registra uma única alma do PT e digo que eu não acredito em lista de corrupção hoje em dia que não tenha PT no meio. O PT já estava eleito, a voracidade era goeluda, era uma bocarra, uma fome pantagruélica por dinheiro público. Como é que o Sr. Dimas, se ele é interesseiro, se ele quer ficar em Furnas, se ele ficou em Furnas, se o Lula já estava eleito, como é então que não tem ninguém do PT nessa tal lista?

Mas, muito bem! Eu quero registrar ainda que o Sr. Veloso Lucas nem candidato foi. Aqui no **Correio Braziliense** consta um outro cidadão que nem candidato

foi. Colocaram nomes de pessoas já com o cargo que o sujeito supostamente ocuparia hoje e na época não. Era uma coisa e a colocaram com o nome de outra.

Em outras palavras, temos que começar a traçar diferenças para não cair nessa vala comum de que é todo mundo igual mesmo, de que está todo mundo ali, ou seja, essa história do não viu, não soube, não fez, não é com a gente, não.

Voltei ao assunto e volto ainda hoje se for preciso e voltarei ao assunto mil vezes, até que isso se desmoralize completamente, porque o que quero já não é ficar provando a mentira dessa lista; não quero seguir provando a fraude em relação a essa lista. Quero prender os fraudadores, quero punir os fraudadores se eles tiverem cúmplices Parlamentares, quero cassar o mandato dos Parlamentares que possam ter dos seus gabinetes – e parece que isso houve – expedido essa lista para fazer uma tentativa de difamação de adversários seus.

É por isso que eu estou voltando ao assunto. Volto ao assunto como quem acredita piamente que há alternativas: ou essa lista seria verdadeira – e seria uma monstruosidade verdadeira, à altura da república delubiana que Lula implantou no País –, ou essa lista é monstruosamente falsa e nós não vamos nos dar por satisfeitos de, meramente, desmoralizarmos a lista. Nós vamos querer a punição de todos aqueles que se portaram de maneira delinqüente. Delinqüente tem que ser punido! Delinqüente tem que ser posto na cadeia, e se o delinqüente é Parlamentar, tem que ser processado e cassado no Conselho de Ética. Não dá para se conviver com isso! Não vamos aceitar o Plano Cohen, que serviu para Getúlio Vargas implantar uma ditadura no País. Não vamos aceitar um novo Dossiê Cayman! Nós queremos a verdade, pura e simplesmente.

Estou estranhando o silêncio do Ministro Márcio Thomaz Bastos. O Ministro Thomaz Bastos até agora não falou nada. Ele não vai fazer da Polícia Federal uma polícia política. Não vai virar Tonton Macoutes do Presidente Lula a Polícia Federal, que é feita para proteger o Estado brasileiro. Não é polícia tipo Tonton Macoutes para proteger os dois ditadores, o velho, Papa Doc, e seu filho Baby Doc, do Haiti de antes. Não é! Não é polícia política a Polícia Federal do Presidente Lula. Este é um regime democrático e nós não toleraremos isso.

Estou aguardando o pronunciamento altaneiro do Sr. Márcio Thomaz Bastos. Que ele saiba que nós estamos de olho em tudo que se refira às atividades da Polícia Federal, em tudo que se refira às ordens passada à Polícia Federal. Não instalarão neste País um regime policialesco e não tentarão convencer, pela teoria – para usar uma linguagem que deve ser bem a linguagem do Palácio – do “ninguém prestamos” – não sou eu que estou dizendo. Não vão convencer a

sociedade de que não vale a pena se fazer investidas em mudanças, porque pura e simplesmente ninguém mereceria, ninguém teria merecimento.

Volto à tribuna mais tarde como Líder, e penso em voltar tratando desse assunto mais, porque até para mostrar que, enquanto os outros fingem, o Presidente Lula põe chapéu, planta bananeira para não responder às acusações de corrupção que sofre o seu Governo.

Venho aqui para dizer que tenho insistência em ver esse caso esclarecido mesmo. Essa já é uma grande diferença para todo mundo que acha que tudo é farinha do mesmo saco. Não é não! São farinhas de sacos bem diferentes, e uma sem o joio. Queremos deixar isso muito claro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Arthur Virgílio, também gostaria de me solidarizar com V. Ex^a. Na verdade, essa lista está eivada de erros, inclusive usa expressões que na época nem se usava.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É verdade.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Era essa tal expressão de contabilidade, “recursos não-contabilizados”, que foi inventada por Delúbio. Essa lista, teoricamente, seria uma lista anterior ao Sr. Delúbio, ou às denúncias do Sr. Delúbio. Essa é uma maneira de fazer uma manobra diversionista para realmente tirar as CPLs, tirar a mídia, tirar a Oposição do trabalho de descobrir aquilo que está comprovadamente errado. Então, não devemos dar atenção a essa lista, assim como a mídia praticamente não está dando atenção a ela. Devemos investigar, como tudo, mas já sabendo que é uma lista falsa, feita para tirar benefícios políticos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a.

Acrescento ao seu aparte artigo de hoje do Sr. Baptista Chagas de Almeida, do jornal **Estado de Minas**, dizendo: “Puxar todo mundo para a vala comum da corrupção, tendo ou não culpa no cartório, é uma operação de guerra que passa da teoria à prática no próprio Palácio do Planalto”.

Vai virando senso comum. É Dossiê Cayman, só que com gente do Palácio dentro. E continua o jornalista: “E o mais grave é que partiu do Palácio do Planalto a determinação para a Polícia Federal investigar, correr atrás, caçar a qualquer custo o original da tal lista” – aí já é o Presidente Lula desesperado, com essa mania dele, histérica, de reeleição.

No jornal **Correio Braziliense** de hoje – e peço que tudo vá para os **Anais**, Sr^a Presidente –, há um retrato de Nilton Monteiro com a seguinte legenda: “Nilton Monteiro: Processos de estelionato e falsificação”. Abaixo da

figura, matéria do **Correio Braziliense** intitulada: “Perfil de um falsário”. E aí se traça o currículo do rapaz.

Depois, temos a revista **Época**, também dizendo que “há vários indícios de que a lista seja uma falsificação”.

Muito bem, Senador José Jorge, no papel aparece a expressão “recursos não-contabilizados”, o pessoal falava “caixa dois” antes. Essa expressão é o Delúbio, cheio de **habeas corpus**; **habeas corpus** de um lado, **habeas corpus** de outro, sentado em cima de **habeas corpus**, um outro na cabeça, com o maior medo de falar a verdade, mafioso, que não queria entregar as pessoas verdadeiramente culpadas por esses problemas todos. E lá estava o bochechudo cheio de **habeas corpus**. Ele é que inventou isso. Então, o Sr. Delúbio devia estar no meio, ou gente próxima dele, ou gente acima dele. Não sei bem.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tenho mais cinco minutos, Srª Presidente? (Pausa.) Tenho seis minutos.

Então, quero louvar aqui a jornalista Tereza Cruvinel, porque, contrariando alguns outros jornalistas, uns poucos, ela depois não falou no assunto, e, quando falou no assunto, falou para condenar a seriedade da lista, para dizer que não acreditava na lista.

Louvo também o jornalista Irimar Franco, que foi o primeiro a noticiar essa tal lista, mas depois não tocou mais no assunto. Então, se não tocou mais no assunto, é porque ele não acredita mesmo na veracidade da lista. Talvez fizesse melhor se desmentisse, dizendo assim: “Olha, realmente me passaram gato por lebre”.

Quero pedir que vá para os **Anais** ainda “Política do Lixo”, de Antônio Machado, jornalista econômico do melhor nível do **Correio Braziliense**, que diz mais – este é um aviso aos navegantes: “Suposta ‘lista de Furnas’, com doações de empresas a políticos, pode virar-se contra quem quer beneficiar”. Aí diz uma coisa com que concordo: “Ela não registra uma única alma do PT” – e eu digo que eu não acredito em lista de corrupção hoje em dia que não tenha PT no meio. O PT já estava eleito, a voracidade era “goeluda”, era uma bocarra, uma fome pantagruélica por dinheiros públicos. Como é que o Sr. Dimas, se ele é interesseiro, se ele quer ficar em Furnas, se ele ficou em Furnas, se o Lula já estava eleito, como é então que não tem ninguém do PT nessa tal lista?

Mas muito bem! Eu quero registrar ainda que o Sr. Veloso Lucas nem candidato foi. Aqui, no **Correio Braziliense**, consta um outro cidadão que nem candidato foi. Colocaram nomes de pessoas já com o cargo que o sujeito supostamente ocuparia hoje, e na época não era. Era uma coisa e colocaram com o nome de outra.

Em outras palavras, temos que começar a traçar diferenças para não cair nessa vala comum de que é todo mundo igual mesmo, de que está todo mundo ali, ou seja, essa história do “não viu, não soube, não fez, não é com a gente não”.

Voltei ao assunto e volto ao assunto ainda hoje, se for preciso, e voltarei ao assunto mil vezes, até se desmoralizar completamente, porque o que eu quero não é mais ficar provando a mentira dessa lista; não quero mais ficar provando a fraude em relação a essa lista. Eu quero prender os fraudadores. Eu quero punir os fraudadores se eles tiverem cúmplices Parlamentares. Eu quero cassar o mandato dos Parlamentares que possam ter dos seus gabinetes – e parece que isso houve – expedido essa lista para fazer uma tentativa de difamação de adversários seus!

É por isso que eu estou voltando ao assunto. Volto ao assunto como quem acredita piamente que há duas opções: ou essa lista seria verdadeira – e seria uma monstrosidade verdadeira, à altura da república delubiana que Lula implantou no País –, ou essa lista é monstrosamente falsa, e nós não vamos nos dar por satisfeitos de meramente desmoralizarmos a lista: nós vamos querer a punição de todos aqueles que se portaram de maneira delinqüente. Delinqüente tem que ser punido! Delinqüente tem que ser posto na cadeia, e, se o delinqüente é Parlamentar, tem que ser processado e cassado no Conselho de Ética!

Não dá para se conviver com isso! Não vamos aceitar o Plano Cohen, que serviu para Getúlio Vargas implantar uma ditadura no País. Não vamos aceitar um novo Dossiê Cayman! Nós queremos a verdade, pura e simplesmente.

Estou estranhando o silêncio do Ministro Márcio Thomaz Bastos. O Ministro Thomaz Bastos até agora não falou nada. Ele não vai fazer da Polícia Federal uma polícia política! Não vai virar Tonton Macoutes do Presidente Lula a Polícia Federal, que é feita para proteger o Estado brasileiro! Não é polícia tipo Tonton Macoutes para proteger os dois ditadores, o velho, Papa Doc, e seu filho Baby Doc, do Haiti de antes. Não é! Não é polícia política a Polícia Federal do Presidente Lula. Este é um regime democrático, e nós não toleraremos isso!

Estou aguardando o pronunciamento altaneiro do Sr. Márcio Thomaz Bastos. Que ele saiba que nós estamos de olho em tudo que se refira às atividades da Polícia Federal, em tudo que se refira às ordens passadas à Polícia Federal. Não instalarão neste País um regime policialesco e não tentarão convencer a sociedade – para usar uma linguagem que deve ser bem a linguagem do Palácio – pela teoria do “ninguém prestamos”, entre aspas, porque não sou eu que estou dizendo. Não vão convencer a sociedade de que não vale a pena se fazer

investidas em mudanças, porque pura e simplesmente ninguém mereceria, ninguém teria merecimento.

Voltarei à tribuna mais tarde como Líder, para tratar mais deste assunto, para mostrar que, enquanto outros fingem, o Presidente Lula põe chapéu, planta bananeira para não responder às acusações de corrupção que sofre o seu Governo.

Venho aqui para dizer que tenho insistência em ver esse caso esclarecido mesmo. Essa já é uma grande diferença para todo mundo que acha que tudo

é farinha do mesmo saco. Não é não! São farinhas de sacos bem diferentes, e uma sem o joio. Queremos deixar isso muito claro.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
CORREIO BRAZILIENSE	04	Fevereiro/06	Economia	1º	14A/16

BRASIL S/A

por Antônio Machado
machado@correiobraziliense.com.br

Política do lixo

Dessa estranhíssima história sobre a suposta cópia da cópia de um documento escrito em papel timbrado de Furnas Centrais Elétricas e assinado pelo seu ex-diretor Dimas Toledo, na qual ele delata, com firma reconhecida em cartório do Rio, políticos beneficiados com a doação de recursos por uma penca de empresas e bancos privados, os quais também denuncia, parece a continuação, com sinal trocado, do *thriller* do mensalão. Digamos: *Marcos Valério, a Vingança*. Ou: *O Mensalão Contra-Ataque*. Tem pinta de encomenda para também dar à oposição algum destaque no drama encenado por setores do PT.

Quem disse que esta eleição a presidente será das mais sujas que já se viu estava com toda razão. Mas tem algo ainda mais estranho que a cópia da cópia: a associação bizarra que – sabe-se lá porque e por quem –, se vem fazendo entre a corrupção política e Minas Gerais. Tudo começou com a apresentação do publicitário lobista Marcos Valério ao Brasil pela alcaguetagem do então presidente do PTB, Roberto Jefferson, nascendo aí o escândalo do mensalão.

O mesmo Jefferson foi outra vez acionado, em depoimento à Polícia Federal, para afirmar a veracidade desse listão. Ele aparece como contemplado com R\$ 75 mil, que garante ter recebido. E quem seria o operador? Bingo! Outro mineiro, Dimas Toledo – só que operando em favor da atual oposição, ao contrário de Valério, que jogava com o PT. Alguém disse aí que a história só se repete como farsa?

Seria o caso de perguntar o que Jefferson tem contra Minas ou de se considerar se Minas teria se transformado numa espécie de Wall Street dos planos de financiamento de campanhas eleitorais? Se o ex do PTB conserva quilos de ressentimento, supõe-se que deva ser contra os cardeais petistas do Palácio do Planalto, os quais,

como denunciou na origem de tudo, estariam armando contra ele. Valério, para Jefferson, não passou de um guichê caixa 2 do PT.

Continuemos seguindo as pistas, que teimam em pôr Minas no mapa da safadeza política. Por que nas Alterosas, se o dinheiro pesado dos grandes contribuintes privados está em São Paulo; das empresas estatais e fundos de pensão, a base é no Rio; dos ministérios, só pode ser Brasília; e lobistas da pá virada estão em toda parte? Cá pra nós, parece difamação orquestrada, mas a troco do quê? E se fosse só arte do acaso? Petistas e tucanos das Gerais deveriam se reunir para um dedo de prosa e tentar entender o que se passa.

SUPOSTA “LISTA DE FURNAS”, COM DOAÇÕES DE EMPRESAS A POLÍTICOS, PODE VIRAR-SE CONTRA QUEM QUER BENEFICIAR

De caso pensado

A tal da “lista de Furnas”, que não deixa claro se a estatal também molhou a mão de políticos – e por que razão, já que na do mensalão o propósito era explícito: aliciar aliados ao governo na Câmara e, se sobrasse algum, pagar despesas de deputados do PT –, se refere à eleição de 2002. Mas ela não registra uma única alma do PT. Os políticos são de vários partidos, com maior concentração de nomes do PSDB e PFL. E, para o que importa à sucessão de Lula, só são mencionados aqueles que podem lhe ameaçar a reeleição, como José Serra, Geraldo Alckmin e Aécio Neves. Mais explícito, impossível.

A maçaroca de papéis, alguém incerto e não sabido a teria levado ao perito Ricardo Molina, que deu um parecer atestando, embora com ressalvas, a sua autenticidade. Não quer dizer muito: a tecnologia digital, como ele mesmo admite no parecer, falsifica com realismo o que se queira, até documentos que nem o original desconfiaria.

É de bom senso que Molina diga quem o contratou, até porque é ele que sites de simpatizantes petistas propagadores do listão estão usando para amparar a sua suposta veracidade. Que pode ser mesmo verdadeira, mas envolta em mistérios, isso está. E o Dimas Toledo? Que apareça de uma vez e confirme ou negue o que dele se fala.

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁG:
FOLHA DE S. PAULO	04	Fevereiro/06	Brasil	A	10

INFORMAÇÃO DO GOVERNO NOVA SUSPEITA

Papéis que apontam existência de suposto caixa 2 na campanha de 2002 relacionam como candidatos pessoas que não concorreram

'Lista de Furnas' tem erros e inconsistência

FERNANDO RODRIGUES
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O conjunto de papéis sem autenticação conhecido como "lista de Furnas" é cheio de erros factuais, tem inconsistências técnicas (mesmo para uma fotocópia) e só poderá algum dia ter sua veracidade avaliada se o original aparecer — o que hoje é uma aposta incerta.

A "lista de Furnas" é composta por cinco folhas de papel. São supostamente fotocópias de uma fotocópia que havia sido tirada e autenticada em cartório, no Rio de Janeiro, a partir de um documento original. Está à disposição na internet desde o final do ano passado, em sites de pessoas que são simpatizantes do PT.

Estão citados nas cinco folhas 156 políticos de 12 partidos políticos (PDT, PFL, PL, PMDB, PP, PPS, Prona, PRTB, PSB, PSC, PSDB e PTB). Todos teriam recebido dinheiro de um esquema de caixa dois montado a partir da estatal federal de energia Furnas. Parte dos citados já veio a público para negar a informação.

O valor total das supostas doações é de R\$ 39,665 milhões. Teriam sido efetuadas nas eleições de 2002. A data no final do papel é 30 de novembro de 2002. A autenticação da fotocópia, porém, deu-se só em 22 de setembro de 2005.

Até agora, só o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), cassado em 2005, admitiu como verdadeira a informação contida sobre ele: a de que recebeu R\$ 75 mil por intermédio de Dimas Fabiano Toledo, um ex-diretor de Furnas.

Dimas já emitiu nota e nega o conteúdo e a autoria do documento — sua assinatura está no papel, com a autenticação "por semelhança" obtida em cartório. Embora o papel seja de 2002, a autenticação que consta para a assinatura do ex-diretor de Furnas foi obtida num cartório do Rio só em 5 de agosto do ano passado.

Origem

A primeira dúvida sobre a "lista de Furnas" é com relação ao fato de o suposto documento original nunca ter aparecido. As fotocópias disponíveis na internet são derivadas parcialmente de uma iniciativa do professor aposentado Luiz Fernando Carceroni, 58, de Minas Gerais. Ele é filiado ao PT desde 1980, quando ajudou a fundar a seção mineira da sigla.

"[Foi] o deputado estadual Rogério Correia, aqui do PT de Minas, quem me passou o papel. Ele disse ter visto o original. Escaneei os papéis e comecei a mandar para amigos e jornalistas. Fiz a minha obrigação, pois também representei para o Ministério Público, para a Polícia Federal e para a Controladoria-Geral da União", disse Carceroni.

Segundo o petista, que vive em Belo Horizonte, o deputado Rogério Correia teria recebido a fotocópia de Nilton Monteiro, um lobista que seria o detentor do suposto documento original. Monteiro não admite em público ter esse papel em seu poder.

Rogério Correia, 47, segundo-vice-presidente da Assembleia mineira, confirma a história. "Vi o original em novembro. O Nilton me mostrou", diz. Qual era a cor da suposta assinatura de Dimas Toledo no original? "Difícil lembrar", responde o deputado.

Ao ver o papel dito original, foi possível notar se a assinatura estava escrita a caneta, deixando marcas no papel ou se poderia ter sido impressa eletronicamente? "Não posso afirmar nada sobre isso também. Seria necessário periciar", responde Correia. Onde está o original? "O Nilton diz que não tem mais. Diz que deu para um advogado, que já morreu".

Tio Patinhas

Nesta semana, começou a circular na internet uma versão da primeira página da "lista de Furnas" diferente da que vinha sendo divulgada. O nome de um dos políticos foi substituído. Em seu lugar

aparece escrito "Tio Patinhas", o personagem infantil de revistas em quadrinhos.

Com os recursos disponíveis em informática, é possível alterar totalmente os papéis e imprimir novas cópias. Como são fotocópias, não há como provar qual foi o primeiro a ser montado.

Mesmo que exista um original que tenha dado origem à autenticação das fotocópias — até porque um cartório no Rio atestou nesta semana ser verdadeiro o selo que está na cópia —, nada impede que o original também tenha sido montado.

Os recursos de computadores domésticos hoje permitem a alguém escanear uma assinatura verdadeira e imprimi-la com a cor azul, imitando a de uma caneta, sobre um outro documento. Ao levar ao cartório esse papel montado e com aparência de original, dificilmente o atendente terá condições de identificar a fraude e fará a autenticação "por semelhança" — conferindo com a assinatura disponível em ficha arquivada.

Como o original não está disponível, não é possível dizer se a assinatura ali impressa é fruto de uma montagem ou se foi mesmo produzida pela mão de Toledo.

Além dessas dúvidas técnicas, a "lista de Furnas" traz também erros factuais e inconsistências no que diz respeito à realidade política das pessoas citadas.

O redator do material teve o cuidado de usar um papel timbrado de Furnas, escreveu "confidencial" no cabeçalho das cinco páginas, listou a distribuição de milhões de reais, mas errou o Estado de um deputado e citou candidatos a deputado que não concorreram na eleição.

O corregedor da Câmara, Ciro Nogueira (PP-Pi), está na "lista de Furnas". Nega ter recebido dinheiro do suposto esquema. "Meu nome está lá, mas com um erro grosseiro. Falam que eu sou de Pernambuco, e eu sou do Piauí", afirmou.

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
ESTADO DE MINAS	04	fevereiro/06	Política	1º	2

EM DIA COM A POLÍTICA

BAPTISTA OLIVEIRA DE ALMEIDA

Estratégia de alto risco

Puxar todo mundo para a vala comum da corrupção, tendo ou não culpa no cartório, é uma operação de guerra que passa da teoria à prática no Palácio do Planalto. O objetivo de buscar na oposição companheiros para compartilhar o banco de réus no julgamento de um dos maiores, se não o maior, escândalo de corrupção da história republicana do país, pode não dar o resultado sonhado pelo governo e o PT. Em vez de manter o PSDB ocupado e na defensiva, centrando baterias na chamada

lista de Furnas com supostas doações a tucanos na campanha de 2002, a estratégia palaciana tem tudo para pôr, durante a campanha eleitoral, mais lenha em uma fogueira que, até então, em termos concretos, tem todas as suas vítimas na base aliada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

E o mais grave é que partiu do Palácio do Planalto a determinação para a Polícia Federal investigar, correr atrás, caçar a qualquer custo o original da tal lista. Segundo consta, a ordem presidencial foi dada pessoalmente ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a quem a PF está subordinada absoluta por uma polícia que, criticavam ontem parlamentares de oposição, é exaltada pelo ministro como uma instituição republicana, portanto acima de interesses pessoais, políticos e partidários. É um grande risco, e a história nos adverte

para os exemplos das ditaduras de Vargas e dos militares de 64 de tentar transformar uma polícia judiciária em polícia política a serviço de um governo ou partido.

Coincidência ou reação à ameaça de Lula, quase simultaneamente ao conhecimento público da nova missão especial dada pelo Planalto à Polícia Federal, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) deu o tom de como deve ser este ano a campanha tucana: bater duro na corrupção, na "ladroagem". Preocupa a toda a sociedade as conversas confidenciais que os presidentes da República e do Supremo Tribunal Federal tem tido mais amígdre nos últimos tempos. Preocupa, ainda mais, quanto maior é a investida do ministro Nelson Jobim na seara política. Quem sabe candidato a presidente da República, vice na chapa de Lula, senador ou deputado federal pelo Rio Grande do Sul. É muita lenha para a fogueira eleitoral.

NILTON MONTEIRO: PROCESSOS DE ESTELIONATO E FALSIFICAÇÃO

Perfil de um falsário

O homem por trás das denúncias do suposto caixa 2 de Furnas apresenta-se como um bem-sucedido e rico consultor de empresas, mas, na verdade, é um velho conhecido do Judiciário. Só no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Nilton Antônio Monteiro aparece como réu em 11 processos, entre eles casos de estelionato e de falsificação de documentos. Monteiro é processado na Justiça até mesmo por um de seus ex-advogados, num caso também de falsidade ideológica.

Mas suas declarações tanto ao Ministério Público Federal como a Polícia Federal, onde compareceu diversas vezes no ano passado, levantam suspeitas. Em depoimento ao MPF no Rio de Janeiro, por exemplo, Nilton Monteiro revelou que seu pai, Nilton Pinto Monteiro, destinou recursos que seriam originalmente utilizados na compra de um imóvel para o então deputado Delfim Ribeiro (PFL).

Campanha

O dinheiro ajudaria a custear, em 1994, a campanha do hoje senador Eduardo Azeredo (PSDB) ao governo de Minas Gerais. Ribeiro, naquele mesmo ano, apoiou a candidatura do hoje senador Hélio Costa (PMDB), que disputou o Palácio da Liberdade contra Azeredo.

Há inconsistências também na própria lista de Furnas. O nome do ministro de Minas e Energia Francisco Lula Góes aparece como deputado em 2002, quando nem candidato foi. Outro erro é relacionar o ex-prefeito de Vitória (ES) e ex-deputado federal Paulo Velloso (PMDB) como deputado federal. E, ainda, aquele mesmo ano, o ex-deputado Lucas também não disputou a eleição. A relação, portanto, ainda não identifica os partidos e coligações.

A lista é datada de novembro de 2002, mas só foi autenticada no ano passado. Dois cartórios foram utilizados: um fez o reconhecimento da firma atribuído a Dimas Toledo e outro fez a autenticação da cópia. Nilton tem dito que possui recibos assinados por políticos que comprovariam o repasse desses recursos, mas não tem informações sobre seu paradeiro. A Polícia Federal, disse ter visto uma mulher guardar os papéis.



Data: 25/2/06 Edição nº _____ Página: _____

A última do PT

O partido desviou 400 000 reais de dinheiro público para pagar dívida de empresa privada

A última do PT é a seguinte: o partido desviou 400 000 reais do fundo partidário, formado por recursos públicos, para pagar uma dívida trabalhista de uma empresa privada. Isso mesmo: a editora Brasil Agora, que publicava um jornal com o mesmo nome, sofreu uma ação trabalhista, perdeu mais de 1 milhão de reais, fez um acordo, reduziu a dívida para 400 000 reais — e quem desembolsou o dinheiro foi o PT, recorrendo ao fundo partidário, o que é indiscutivelmente ilegal. À época do acordo, os donos da editora Brasil Agora, que foram gentilmente socorridos pelo PT, eram todos petistas: João Machado Borges Neto, Rui Falcão e José Américo Dias. Os dois últimos foram auxiliares de Marta Suplicy na prefeitura de São Paulo. Rui Falcão foi secretário de Governo. José Américo era secretário de Comunicação. Em resumo: você, contribuinte, cujos impostos compõem os recursos do fundo partidário, acabou pagando a dívida de uma empresa de três petistas. Que tal?

A editora Brasil Agora foi criada em 1991, como uma sociedade entre o presidente Lula, que tinha 1% das cotas, e o PT, dono do restante. Em 1993, no entanto, as cotas da empresa foram repassadas aos três petistas — o PT deixou de ter qualquer responsabilidade sobre os lucros ou os prejuízos da companhia, passados ou futuros. Em abril de 1994, um ex-funcionário da editora, Paulo Mauro Soldano, entrou na Justiça com uma reclamação trabalhista, alegando que fora caloteado no pagamento de

comissões, de décimo terceiro e de férias. Em 1998, o ex-funcionário ganhou a ação, que foi paga apenas em 2004. Por alguma razão insondável, o PT, que não era mais dono da empresa nem réu na ação trabalhista, fez o pagamento dos 400 000 reais e recorreu ao fundo partidário. O cheque do PT traz a assinatura inconfundível de De-

lúbio Soares, então tesoureiro do partido, e do então presidente, José Genoíno.

Mais uma vez o PT mostra que não sabe qual é a diferença entre o público e o privado. Para o partido, essa separação é simplesmente invisível", afirma o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que pretende entrar com uma representação no Ministério Público pedindo a investigação do caso. Naturalmente, a lei que regulamenta a aplicação de recursos do fundo partidário não prevê o uso do dinheiro para pagamento de passivo trabalhista, principalmente de terceiros. A irregularidade pode ser punida com a suspensão do repasse dos recursos do fundo para o PT. Não é

pouca coisa. No ano passado, o partido recebeu cerca de 22 milhões de reais. A pena máxima, no entanto, é ainda pior: é cassação do registro do partido. ■

Julia Dualibi

Subiu o volume, baixou o nível

Guerra de dossiês, bate-boca, troca de insultos entre tucanos e petistas. A campanha eleitoral já começou errado

Passaremos para a História por aquilo que alguns mal-intencionados falarem que fizemos

falando dos tucanos,
numa solenidade
em Brasília

A conversa deles é dizer que a questão moral não conta mais. Conta sim. Ladrão, não mais!

falando sobre os petistas,
numa palestra em São Paulo

GUSTAVO KRIEGER

Wolfgang Pauli, um célebre físico do século passado, produziu uma frase igualmente célebre. Pauli se referiu a um estudo tão pifamente realizado da seguinte forma: "Isso não está nem mesmo errado". A frase de Pauli se aplica a coisas estapafúrdias o suficiente para não poderem sequer merecer o julgamento de um erro. Os primeiros sinais da campanha eleitoral que culminará na escolha do homem que ocupará o Palácio do Planalto a partir de janeiro de 2007 levantam a suspeita de que poderão ser usadas as palavras antológicas de Pauli para definir o caminho trilhado pelos partidos na busca da vitória. Há um claro risco de que os insultos e a troca frenética de denúncias prevaleçam sobre o debate de ideias e a apuração séria, serena e consistente de fatos relevantes, co-

mo o desempenho real do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A campanha de 2002 já fora um retrocesso em relação à anterior. Enquanto o então candidato Lula liderava a corrida, embalado por promessas irrealizáveis que lembravam o populismo e a demagogia, os adversários José Serra e Ciro Gomes se engalfinhavam numa guerra de denúncias e provocações pela conquista do segundo lugar. Uma das razões históricas pelas quais os políticos são tão desacreditados como classe é exatamente a ênfase em promessas irrealizáveis – tirar num espaço de meses as crianças pobres das ruas é um clássico brasileiro –, que logo se traduzem em desconfiança e decepção.

Agora, o homem que elevou o nível das campanhas presidenciais, Fernando Henrique Cardoso, parece, também ele, querer aderir à gritaria. No passado, ao dizer que resolver os problemas

nacionais mais prementes exigiria o "trabalho de gerações", em vez de desfiar o habitual leque de falsas soluções instantâneas, Fernando Henrique quebrou um paradigma do atraso. Na semana passada, porém, numa palestra para tucanos em São Paulo, FHC pregou o desferimento dos golpes abaixo da linha da cintura como melhor tática para a volta do PSDB ao poder. "Tem de puxar o PT para a briga", disse. "Ladrão, não mais." No mesmo tom duro, o presidente Lula respondeu. Acusou a oposição de "leviandade" e chamou os tucanos de "mal-intencionados".

Se já começou assim, o cenário de 2006 promete ser ainda pior que o de 2002. A oito meses da disputa, o eleitor ainda tateia em busca de informações. Mas os candidatos à vaga já se dedicam a um jogo pesado que nivela a todos por baixo. Os generais engrossam o discurso e as tropas de choque reforçam a artilharia. Apostam nas ►

BRASIL

denúncias de corrupção e de caixa dois como argumento de convencimento dos eleitores. Tucanos e petistas estão preparando dossiês para desestabilizar uns aos outros.

Com várias CPIs no Congresso, investigações da Polícia Federal e do Ministério Público Federal ainda em andamento, a perspectiva é que apareça farta munição para os dois lados trocarem tiros. Na quarta-feira, os tucanos acompanharam preocupados o depoimento do deputado cassado Roberto Jefferson na PF. Diante de um delegado, Jefferson disse ter recebido R\$ 75 mil em doações de campanha de Dimas Toledo, ex-diretor da estatal Furnas. Isso deu força a uma lista que implica dezenas de políticos de oposição ao governo Lula num suposto esquema de caixa dois. Um dia depois, foi a vez de os petistas aguardarem apreensivos o final do depoimento do publicitário Duda Mendonça a outro delegado federal. Temiam novas revelações sobre o financiamento paralelo do partido montado pelo ex-tesoureiro Delúbio Soares e pelo publicitário Marcos Valério. No depoimento, Duda não disse nada novo.

Poucas coisas são tão emblemáticas do clima da campanha quanto a "Lista de Furnas", uma espécie de segredo de polichinelo, que circula pela internet há mais de três meses. Relaciona 156 políticos de PSDB, PFL, PTB, PL e PP, que teriam recebido mais de R\$ 30 milhões na campanha de 2002 por intermédio de um esquema de arrecadação ilegal montado em Furnas, durante o governo FHC, por Dimas Toledo. Até agora, a Polícia Federal recebeu apenas uma fotocópia, entregue pelo lobista Nilton Monteiro, um personagem controverso, que coleciona denúncias bem fundamentadas ao lado de acusações de estelionato.

Há vários indícios de que a lista seja uma falsificação. No papel, aparece a expressão "recursos não-contabilizados", popularizada por Delúbio em 2005. Alguns políticos aparecem com

titulos de governador ou senador que só iriam conquistar nas eleições de 2002. A lista de Furnas pode não passar de uma contrafação, uma reprodução do famoso "Dossiê Cayman" – conjunto de papéis fajutos sobre supostas contas no exterior de cardeais do PSDB, que apareceu nas eleições de 1998 e com o qual alguns espertalhões tentaram ganhar dinheiro. Mas isso pouco importa. Para lembrar a expressão de Pauli, a lista talvez "nem esteja errada". Só que o estrago pode ser real. A política brasileira coleciona histórias de falsos dossiês que mudaram o curso dos acontecimentos. Em 1937, Getúlio Vargas usou um documento forjado pelos militares sobre o suposto Plano Cohen, de tomada do poder pelos comunistas, para dar um golpe e implantar o Estado Novo.

O governo aposta na papelada de Furnas para emparedar a oposição, mais agressiva nas denúncias de corrupção desde que as pesquisas eleitorais mostraram sinais de recuperação na imagem de Lula. O maior receio do governo são as supostas contas no exterior movimentadas por Duda Mendonça, marqueteiro da campanha petista em 2002. Na semana passada, a chantagem mútua rendeu um empate. Governo e oposição decidiram adiar os depoimentos de Dimas e Duda na CPI dos Correios.

O achincalhe dos adversários pode ser até uma arma eficiente do ponto de vista eleitoral. "Mas o eleitor não gosta de campanhas agressivas", diz Ricardo Guedes, diretor do Instituto de Pesquisas Sensus. "Ele quer descobrir quem é o melhor candidato, e não quem é o menos ladrão." Como lembrou o jornalista Luiz Garcia em artigo para *O Globo*, é lamentável para o cidadão indeciso e para a imagem do Brasil que eles se preparem para eleições decisivas deixando de lado temas relevantes como saúde, educação ou segurança e subindo, "mesmo em sentido figurado, no palanque até hoje gerenciado por Roberto Jefferson". ■

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MS.) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Com a palavra o Senador Tião Viana, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, trago uma boa notícia do Estado do Acre. Tivemos uma reunião do governo com todos os dirigentes municipais do Estado na última semana, com todos os agentes públicos do Estado, concentrando informações sobre a área de educação no Acre.

Temos uma boa notícia a anunciar ao Brasil. Essas notícias não costumam andar com muita pressa, mas é bom que se veiculem. É bom que se diga que o Acre se afirmou, na última sexta-feira, abrindo oportunidade de ingresso no ensino superior em todos os seus municípios. Ou seja, 100% dos municípios do Estado do Acre agora dispõem de ensino superior, onde os jovens podem fazer cursos nas áreas de Biologia, Geografia, História, Matemática, Pedagogia, Letras, Economia, no processo de interiorização, alcançando 100% dos professores rurais com acesso à universidade e 100% dos municípios.

Não tenham dúvida de que falamos do primeiro Estado brasileiro a assegurar a universidade em 100% dos seus municípios. Esse é um fato marcante na vida educacional do Acre. Há sete anos, Senador Mão Santa, 45% dos municípios do Estado não dispunham do ensino médio. Agora, estamos oferecendo, em uma evolução de sete anos de governo, 100% de acesso para os jovens que queiram cursar o ensino superior.

Quando se observa a realidade, o sentimento é marcante em todos que vivem a política pública no Acre. Não esqueço as palavras do prefeito do Município de Jordão – onde 80% da população é rural, com o predomínio de indígenas –, ao dizer que estava se sentindo um astronauta, dando um salto em outro planeta. Um município que tem apenas três ruas, de economia primária, vai ofertar en-

sino superior para a sua população num espaço de tempo como esse!

Isso vem confirmar um novo horizonte para a juventude de hoje. Ali o debate mostrava, com toda clareza e tranqüilidade, que estávamos diante do nascimento de novas gerações. Estamos mudando a perspectiva de apenas sobrevivência, de subsistência, para oportunidades, porque o curso universitário traz uma nova compreensão de vida, uma nova compreensão de organização social, uma nova compreensão de política pública. Então, foi um momento dos mais marcantes da história de um Estado da Federação brasileira que é jovem, mas que anda à frente. O Acre paga o melhor salário de professor do Brasil. Garantimos hoje ensino superior em 100% dos municípios, para todos aqueles que queiram freqüentá-lo.

São motivos que nos trazem muito orgulho: o Governo do Presidente Lula, através do ProUni, disponibilizou 112 mil bolsas para jovens carentes nas universidades, incluindo 1.142 instituições de ensino superior; três milhões de pessoas foram beneficiadas com o transporte escolar, predomínio absoluto de crianças; o Programa Nacional do Livro assegurou, em 2005, 125 milhões de livros didáticos para a população; mais de 600 mil jovens com necessidades especiais tiveram oportunidade de integração escolar; mais de dois milhões de pessoas, acima de 15 anos de idade, foram alfabetizadas no ano passado, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Tião Viana...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Então, são dados que nos animam muito, de reconhecimento pleno. Nove universidades federais, com 41 pólos universitários, foram implantados no atual Governo. Isso abre a perspectiva de consolidação de 125 mil novas vagas nas universidades públicas.

Todos esses motivos nos trazem orgulho. Vamos aos números, vamos comparar a evolução dos números de acesso à universidade brasileira: em 2002, foram 4 milhões 133 mil vagas; em 2003, 4 milhões 656 mil; em 2004, 4 milhões 773 mil vagas. Isso demonstra responsabilidade social associada a uma visão de Estado e de Governo. Falar na tese de um espírito de deseducação no Governo Federal é injusto e fere a realidade dos números.

Por essa razão, apresento os números do Estado do Acre – e já passo a palavra a V. Ex^a, pois ainda disponho de 1 minuto e 40 segundos –, que está fazendo a sua revolução silenciosa, pois paga o melhor salário de professor do Brasil e vai garantir a formação superior a todos os seus professores., em todos os municípios.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Não haverá limite de tempo porque é uma professora quem está presidindo a sessão. E sobre educação, o céu é o limite. Educação nos leva ao céu, à felicidade. Mas, Professor Tião Viana – esse título é mais do que o de Senador –, a admiração pelo Governo de V. Ex^a é grande. O Estado de V. Ex^a era conhecido por atrocidades. Uma vergonha! Lamentamos terem retirado o pai dessa frase, o Boris Casoy. Fazem parte das vergonhas nacionais as pressões e a falta de liberdade de imprensa. Mas eu quero dizer a V. Ex^a que é realmente um grande feito a transformação educacional no Acre. Nós nos orgulhamos hoje do seu irmão e de V. Ex^a. Mas V. Ex^a está equivocado nos dados. Eu sou mais velho, mais sofrido, mais experimentado. Não é bem assim. Em 1991, a **Folha de S. Paulo** publicou, no seu Caderno Educação, que, das 10 melhores universidades brasileiras, sete eram públicas e três privadas. De 2001 para 2002, a situação se inverteu – atentai bem: das 10 melhores universidades, sete eram privadas, para o rico, que pode pagar, e três públicas. Eu posso falar porque as três públicas eram a USP, a de Goiás e a do Piauí. Nós fizemos o maior desenvolvimento universitário; não foi do Brasil, não, foi do mundo. Nós criamos 32 **campi** universitários, 400 faculdades. Agora, é triste dizer que no Piauí, no último vestibular que eu presidi, tivemos 12 mil 680 vagas a universitários brasileiros. Baixou para quatro mil. Esse é um quadro gritante, grave. Temos esperança de que V. Ex^a e o Jorge Viana sejam a alternância do PT e que tragam uma luz. Vou dizer por quê. Por que a gravidade, Tião Viana? V. Ex^a é um dos cérebros mais oxigenados que eu conheço. Professor. Professor, existem universidades privadas

por aí que cobram pela mensalidade do curso de Medicina R\$4.000,00. Em São Luís do Maranhão, custa R\$4.000,00 a mensalidade de uma faculdade de Medicina. Isso é possível nos países da Europa e dos Estados Unidos, onde o estudante trabalha e ganha US\$2,500 mil a US\$3 mil e pode pagar uma faculdade. No Brasil, não. Com esse salário de R\$300,00, não se paga nenhuma faculdade. E hoje, as que se proliferaram, se multiplicaram, se “hiperplasiaram”, se hipertrofiaram foram as privadas. Só há uma esperança: que o próximo candidato do PT seja Jorge Viana. Aí eu acreditarei na melhoria da educação, não com o Lula.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Já concluo, Sr^a Presidente. Agradeço ao Senador Mão Santa a sempre alegre e importante contribuição que traz ao debate e deixo bem claros os números. Estão sendo implantadas 9 universidades federais no Brasil, com 41 pólos universitários. E o número de jovens que frequentavam o ensino superior em 2002 era de 4,133 milhões; em 2003, 4,656 milhões; em 2004, 4,773 milhões, com a expectativa de expansão de 125 mil novas vagas para jovens universitários, sem contar o acesso aos professores universitários que o atual Governo está permitindo.

Então, falo com muito orgulho e satisfação, sabendo que temos uma dívida secular concentrada no ensino fundamental, que o Senador Cristovam Buarque tanto debate nesta Casa, com absoluta autoridade e razão. Entretanto, no ensino superior, há um processo de franca recuperação sendo instalado, graças ao nosso Governo.

No Acre, orgulhamo-nos de ter o melhor salário de professor do Brasil, todos com curso superior garantido e todos os Municípios do Estado com Ensino Superior dado à sua população.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

Senador Cláudio Viana

Educação

➤ O Programa Universidade para Todos - ProUni

- tem a adesão de 1.142 instituições privadas de ensino;
- ofereceu 112 mil bolsas de estudo para estudantes de famílias de baixa renda (72 mil bolsas integrais e 40 mil parciais);
- alunos com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio recebem bolsa integral e aqueles com renda familiar per capita de até três salários mínimos recebem bolsa parcial de 50%;
- em sua segunda edição (2004), recebeu inscrições de 797.840 estudantes, um aumento de mais de 130% em relação à anterior (2203).

➤ Programa de Apoio ao Transporte Escolar beneficiou 3 milhões de alunos.

➤ Programa Nacional do Livro Didático distribuiu mais de 120 milhões de livros em 2005.

➤ Mais de 600 mil alunos com necessidades especiais foram matriculados em 39 mil escolas e 40 mil livros em braille foram editados.

➤ Foram alfabetizadas 2 milhões de pessoas com mais de 15 anos, em 4 mil municípios.

- **Programa Nacional de Alimentação Escolar** beneficiou 37 milhões.
- O Governo Federal está criando 9 novas **universidades** federais, além de 41 pólos universitários em várias regiões do País.
- De acordo com o cronograma de expansão, serão oferecidas 30 mil matrículas por ano na rede federal a partir de 2007. Já foram investidos R\$ 191,5 milhões na expansão. Até 2007, serão R\$ 591,5 milhões. Com a interiorização da rede federal, milhares de estudantes não precisarão mais migrar para ter acesso à educação superior pública de qualidade. A meta é atingir 125 mil novas matrículas em cinco anos.

Estudantes que freqüentavam o ensino superior

2002	2003	2004
4.133.327	4.656.954	4.773.123

Número de bolsas ofertadas pelo ProUni para o primeiro semestre de 2006

Unidade da Federação	Nº de bolsas		
	Integrais	Parciais	Total
Acre	166	0	166
Alagoas	307	14	321
Amazonas	964	107	1.071
Amapá	267	32	299
Bahia	2.936	1.368	4.304
Ceará	874	235	1.109
Distrito Federal	952	1.242	2.194
Espírito Santo	1.100	300	1.400
Goiás	1.636	434	2.070
Maranhão	385	174	559
Minas Gerais	7.032	2.699	9.731
Mato Grosso do Sul	1.535	423	1.958
Mato Grosso	1.256	999	2.255

Unidade da Federação	Nº de bolsas		
	Integrais	Parciais	Total
Pará	1.236	322	1.558
Paraíba	353	103	456
Pernambuco	1.356	235	1.591
Piauí	320	222	542
Paraná	5.253	4.862	10.115
Rio de Janeiro	6.869	1.147	8.016
Rio Grande do Norte	423	2.183	2.606
Rondônia	457	123	580
Roraima	430	123	553
Rio Grande do Sul	5.957	1.530	7.487
Santa Catarina	1.610	395	2.005
Sergipe	424	42	466
São Paulo	19.170	8.721	27.891
Tocantins	268	38	306
Total Global	63.536	28.073	91.609

Cultura e Esporte

- A verba da cultura aumentou 47% de 2003 para cá. Foram criados instrumentos de financiamento para pequenas e médias empresas culturais e para a construção de salas de cinema. Foram instalados 209 Pontos de Cultura e concedidas 1,2 mil bolsas de profissionalização de jovens de comunidades carentes.
- O programa **Engenho das Artes** realizou uma série de ações de produção e difusão cultural no País.
- Com foco na inclusão social, o programa **Segundo Tempo** alcançou mais de 700 mil crianças e adolescentes em 800 municípios. O atendimento é em regime integral, com reforço alimentar, escolar e práticas esportivas. São 2,5 mil núcleos implantados.
- O programa **Esporte e Lazer da Cidade** conta com 500 espaços.
- O programa **Pintando a Liberdade** produziu dois milhões de itens de material esportivo.
- O Governo Federal está apoiando, inclusive com um aporte considerável de recursos, os **Jogos Pan-Americanos de 2007**, que acontecerão no Rio de Janeiro.

Assistência Social

- Os **centros de assistência psicossocial e jurídica** a menores tiveram sua capacidade de atendimento expandida para 49,8 mil crianças, em 1.163 municípios.
- Estão em funcionamento 1.777 **Centros de Referência e Assistência Social**, dos quais 61 em comunidades quilombolas e 59 em comunidades indígenas.
- Em 2004 foram atendidas 1,6 milhão de crianças até cinco anos, com serviços de creches, pré-escolas, abrigos e famílias acolhedoras.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Com a palavra, pela inscrição, o Senador José Jorge, por dez minutos, acrescidos de cinco minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste final de semana, saiu mais um resultado da pesquisa de opinião pública realizada pelo Datafolha, que sinaliza para a vitória de um candidato oposicionista nas eleições presidenciais de outubro próximo.

A avaliação dos números divulgados foram sintetizados pelo instituto de pesquisa do seguinte modo: “A pesquisa do **Datafolha** mostra que, enquanto Lula obteve ligeira recuperação entre os brasileiros mais pobres e de menor escolaridade, os tucanos, especialmente o Prefeito José Serra, ampliaram sua liderança entre os de maior renda e mais escolarizados.”

O levantamento de campo foi feito no período de 1º a 2 de fevereiro e envolveu 2.590 pessoas distribuídas em 153 Municípios.

Mas o que eu gostaria de destacar dessa pesquisa é que, mesmo com a “megaoperação” palaciana para melhorar a percepção da população sobre o Governo Lula, a base de apoio do Presidente está-se resumindo aos segmentos mais dependentes da ajuda oficial e aos menos esclarecidos.

O Governo esperava que tivessem grande efeito na população alguns factóides, como o pequeno aumento do salário mínimo. Na verdade, o Presidente Lula, na sua campanha, comprometeu-se a dobrar o valor real do salário mínimo. Já deu o último aumento que corresponde a 25%. Dobrar significa 100%. Vinte e cinco por cento é um quarto daquilo que prometeu. No Governo Fernando Henrique, foram dados 20% no primeiro ano e 20% no segundo. Portanto, ocorre praticamente aquilo mesmo que já vinha acontecendo. Com a operação tapa-buracos nas estradas, também R\$500 milhões estão sendo jogados fora para uma medida eleitoreira que vai fazer com que esses buracos, seis meses depois, voltem. Houve também a quitação da dívida com o FMI. No mesmo momento em que atingimos R\$1 trilhão de dívida pública, quitamos uma dívida de US\$15 bilhões do FMI, trocando um juro de 4% ao ano por um juro de 18% ao ano, que foi o da dívida interna que se tomou para pagar a dívida do FMI. E até a preparação para o anúncio da auto-suficiência do petróleo teve um efeito restrito aos segmentos sociais mais susceptíveis às manipulações de marqueteiros.

O virtual monopólio das comunicações pelo Governo no final de dezembro e principalmente em janeiro, inclusive com entrevistas exclusivas para televisão

e convocação obrigatória da mídia eletrônica para pronunciamentos oficiais, travestidos de propaganda eleitoral, não foram suficientes para colocar o candidato Lula na dianteira.

Nesses meses, a propaganda oficial tem sido massiva nas rádios, nas TVs e até em *outdoors* espalhados por todos os Estados. Mas, como mostrou a pesquisa, com todo o esforço da mídia, à custa do dinheiro público, o retorno foi pífio.

No mês de janeiro, o mercado publicitário está em baixa. Podemos verificar somente o caso das revistas semanais, como ficam muito mais finas nesse mês. Elas mantêm o número de páginas do editorial normalmente e variam a sua quantidade de páginas com o número de anúncios. As revistas de novembro e dezembro são sempre muito grossas porque têm muita propaganda. Já a de janeiro é bem fininha porque as agências publicitárias e as próprias empresas não começaram ainda a sua divulgação. Foi esse espaço vazio que o Governo ocupou, principalmente na mídia televisiva, a maior propaganda já vista no mês de janeiro de todos os tempos.

Imaginem um produto lançado sem concorrência – o Presidente Lula já está em campanha para o cargo de Presidente –, com um brutal esforço de mídia, e que, ao serem apuradas as vendas, obtivesse como resultado um crescimento irrisório. Qual seria a atitude do empreendedor? Demitiria o marqueteiro ou procuraria outro produto para vender. Algo semelhante é o que estamos observando hoje.

Lula já está em campanha declarada! Já foi até punido pela Justiça Eleitoral por isso. E apesar de dizer que não é candidato, vive sendo traído pelos atos falhos, falando sobre planos de governo para o período depois de 31 de dezembro ou até citando os eventuais candidatos a Vice-Presidente.

Para facilitar o trabalho dos marqueteiros oficiais, o Congresso Nacional praticamente não funcionou, durante o final de dezembro e até o dia 15 de janeiro, por causa da equivocada convocação extraordinária do Legislativo, o que submeteu os Parlamentares a uma agressiva campanha de críticas da mídia, deixando de lado a crise que toma conta do Executivo desde o semestre passado.

Nesse período, as Comissões Parlamentares de Inquérito quase não funcionaram e, para a população mais desinformada, podem ter passado a idéia de que o Governo Lula teria entrado nos eixos.

Vou até citar aqui uma entrevista que vi ontem, no jornal de Pernambuco, de um dos dirigentes do PT, que dizia assim: o PT deu a volta por cima. Não sabemos por cima de que, porque, na verdade, não houve nada que modificasse aquela imagem que o PT cons-

truiu durante os seus primeiros anos de Governo. Deu a volta por cima de quê? É o que se pergunta.

Na economia, de que o Governo Lula mais se vangloria, vai ficar patente que, apesar do aparente avanço nas contas externas, no âmbito interno os indicadores contábeis pioraram muito.

As contas públicas fecharam o ano de 2005 com um déficit de R\$63,6 bilhões, que equivalem a 3,3% do PIB. Este resultado superou em R\$16,5 bilhões o de 2004, ou seja, este ano o déficit foi maior e em dois anos de Governo Lula a dívida interna federal deu um salto assustador em decorrência dos juros altos praticados pelo Banco Central, chegando a R\$1 trilhão, como todos sabem aqui.

O resultado prático foi um pequeno crescimento do País no ano passado, uns míseros 2,4%. A inflação caiu menos do que era esperado para tanto esforço fiscal e, ao final das contas, o déficit público ainda aumentou, mesmo com um câmbio sobrevalorizado por condições extremamente favoráveis no mercado internacional.

Mas é muito difícil o cidadão médio compreender que, mesmo com a aparente melhoria da economia, o resultado final é desfavorável ao País, em especial porque as consequências não virão no período presidencial de Lula, mas atingirão em cheio a economia dos próximos mandatários.

Enquanto isso, a corrupção no Governo continua a pleno vapor. A última denúncia, publicada neste final de semana, envolve o Ministério do Trabalho com uma empresa sobre a qual já falei desta tribuna muitas vezes, que tem notórias ligações com o Governo Lula – a Cobra Computadores.

Segundo o que foi publicado, funcionário do Ministério, inclusive o segundo homem da hierarquia, o secretário executivo, teria cobrado propina para fornecer informações necessárias ao desenvolvimento do Programa Primeiro Emprego, que foi outro grande fracasso do Governo, diga-se de passagem.

No entanto, casos de corrupção neste Governo não são novidade. Esse, por exemplo, foi descoberto no mês de agosto. O que causou estranheza foi que o Sr. Alencar Ferreira, secretário-executivo do Ministério do Trabalho, só foi demitido pelo Ministro Luiz Marinho na semana passada, quando as informações sobre corrupção chegaram às mãos dos jornalistas.

Senador Alberto Silva, a denúncia de que o secretário-executivo estava recebendo propinas foi feita em agosto do ano passado, mas ele não foi demitido. Só o foi agora porque a denúncia saiu no jornal.

Há um dado da pesquisa Datafolha que talvez ajude a explicar por que, mesmo com casos declarados de corrupção no Governo, ainda há quem vote no

Presidente Lula. Pelos levantamentos recentemente concluídos, 27% dos eleitores preferem um presidente mais realizador – que, diga-se de passagem, não é o caso do Presidente Lula –, ainda que não seja extremamente honesto. Talvez encontremos aí mais uma explicação para o resto dos votos que Sua Excelência ainda tem.

O que nos conforta é que 68% dos eleitores afirmam preferir aquele candidato que prime pela honestidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós da Oposição vimos o Congresso sem funcionar de 15 de dezembro a 15 de janeiro, período em que houve propaganda massiva do Governo de uma série de programas que, na verdade, não vão acontecer, como não aconteceram o Programa Primeiro Emprego e outros da área social. Temos de esperar o mês de junho, porque acreditamos que, a partir desta data, quando houver um equilíbrio pela legislação nas notícias da mídia e quando houver os programas eleitorais nos quais possamos informar melhor a população – certamente a parte da população que ainda acredita no Governo –, poderemos obter aquele equilíbrio necessário para ganharmos a eleição.

Para todas aquelas pessoas que telefonaram, que mandaram *e-mails*, que me disseram nas ruas estarem preocupadas com o resultado dessa pesquisa, digo que a pesquisa mostra uma realidade vitoriosa para a Oposição. Vamos comprovar isso na próxima eleição.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Peço ao Senador Alvaro Dias que, por favor, assuma a Presidência, porque sou a próxima oradora. (Pausa.)

A Sra. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabo de chegar do meu Estado, onde estive sexta-feira à tarde, sábado, domingo e hoje até às 12 horas, trabalhando, andando, conversando e vendo realmente os resultados.

Há pouco, o Senador Tião Viana falou aqui sobre o ensino superior. No meu Estado de Mato Grosso, a ampliação de três **campi** foi da mais alta importância

para o Estado, tanto o **campus** de Rondonópolis, quanto o de Sinope, quanto o de Barra do Garças. Estivemos também presente em algumas localidades. Em outras, não foi possível.

Em Tabaporã, houve uma grande mobilização para a inauguração do Programa Luz para Todos. É um programa que, no Estado de Mato Grosso, Sr. Presidente, está funcionando além das expectativas. Falo assim, Senador Gilberto Mestrinho, porque, no mês de novembro, já tínhamos os dados do Programa Luz para Todos em Mato Grosso, quando estava completo o cronograma de 2005, iniciando-se o de 2006. Tere-mos 50 mil ligações até o final de 2006. O programa deveria ser completado em 2015, mas sabemos que, no ritmo em que está indo, no Brasil como um todo, não teremos uma habitação no meio rural sem energia em 2008. É extremamente importante.

O número de casas populares na área urbana – conjuntos populares inaugurados – é bastante significativo em Mato Grosso. Na área da habitação, há projetos de assentamento rural extremamente significativos. Falo do número de habitações, de poços artesianos. É claro que ainda precisamos de muito mais. A herança é terrível. Realmente, deixaram-nos assentamentos sem água, sem estrada, sem energia, sem casas, sem Pronaf, sem Pronaf Mulher, etc. Agora, a regularização desses assentamentos está dando um trabalho grande e está custando caro ao Governo.

As críticas são as de que o Governo do Presidente Lula não está conseguindo realizar a reforma agrária no ritmo que deveria fazer, mas uma opção tinha de ser feita: ou se deixavam abandonados completamente, à própria sorte, os assentamentos feitos dos sem-nada, como estamos dizendo, ou se resgatava a cidadania dessa população que estava assentada, jogada na terra de qualquer jeito. E esse resgate está sendo feito.

Outro assunto, Sr. Presidente, que desejo registrar, ainda que rapidamente, é a situação dramática contra a mulher pernambucana – e há dados. Solidarizo-me com as mulheres de Pernambuco. Mas a violência contra a mulher não ocorre apenas em Pernambuco, de jeito nenhum! A violência contra a mulher, infelizmente, é algo ainda generalizado em nosso País. Contudo, em Pernambuco, “felizmente”, existe uma organização que vem realmente prestando muita atenção e fazendo um grande trabalho; por isso, dispomos desses dados.

Senador Marco Maciel, aqui presente, quando digo que a violência contra a mulher é generalizada no País, é verdade, mas os números que temos aqui são aqueles que estão sendo divulgados pelo Núcleo contra as Desigualdades da Secretaria de Defesa So-cial de Pernambuco. Infelizmente, esses númros são

aterradores. Em Pernambuco, está sendo feito esse trabalho sério que quero aqui divulgar, para que sirva de exemplo para todas as outras secretarias ou órgãos semelhantes no Brasil, combatendo-se efetivamente a violência contra a mulher.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senadora Serys, não desejo interrompê-la.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – É um prazer Senador.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Muito obrigado. De fato, o documento a que V. Ex^a se refere expressa a preocupação do Governo de Pernambuco, de modo especial do Governador Jarbas Vasconcelos, com relação à questão da violência, de modo particular contra a mulher, que, como V. Ex^a salienta muito bem, não é, infelizmente, um fenômeno observado aqui e acolá, mas produto de um amplo preconceito que existe aqui e alhures. Por isso, felicito V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador.

Temos aqui dados de 2005. De acordo com o Núcleo contra as Desigualdades da Secretaria de Defesa Social, foram assassinadas em Pernambuco, em 2005, 290 mulheres, sendo que, destas, 235 estavam na faixa etária acima de 18 anos. Em 2006, somente em janeiro e nos dois primeiros dias de fevereiro, houve 37 homicídios de mulheres no Estado – a maioria é jovem e assassinada por seus parceiros (ex ou atuais) ou por homens com quem estabeleciam uma relação de proximidade.

Conforme Joana Santos, educadora do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, ONG integrante do Fórum de Mulheres de Pernambuco, a falta de um aparato legal que garanta a punição do agressor e de um maior número de delegacias da mulher, centros de referência e casas-abrigo contribuem para a continuidade dos casos no Estado, porque as mulheres se sentem intimidadas a denunciar.

Diante disso, o Fórum de Mulheres de Pernambuco – integrado por 67 organizações de mulheres e por feministas autônomas –, articulando ações com os movimentos sociais, deu ampla divulgação à sua indignação e ao seu protesto diante da violência que atinge as mulheres no Estado, cobrando dos governos a responsabilidade constitucional para com a garantia e a proteção da vida e da segurança da população, em especial para as mulheres.

“Será realizada na última terça-feira de cada mês uma vigília, com o significado político de manifestar à população nossa indignação e protesto a esse grave quadro de homicídio das mulheres e de sensibilizar a sociedade para juntar-se a essa luta. É hora de dar

um basta nessa visão patriarcal discriminatória. A violência que é praticada contra a mulher dentro ou fora de casa diz respeito, sim, a todas e a todos nós”, ressalta Joana.

O Fórum de Mulheres de Pernambuco também apresenta à sociedade uma carta aberta sobre essa situação de violência, bem como continuará a pressionar o Estado – governos municipais, estadual e federal – por medidas que garantam a prevenção e o enfrentamento da violência e a proteção das mulheres em situação de violência.

No âmbito das ações articuladas com o movimento de mulheres em nível nacional, Joana relata que estão acompanhando o processo de votação do Projeto de Lei nº 4.559, de 2004, do Poder Executivo, relatado inclusive pela Deputada Jandira Feghali, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, mas que ainda não foi à votação.

Diz ela: “É fundamental mantermos a mobilização social para pressionar o Congresso e o Presidente da Câmara para que seja colocado com urgência na pauta para votação o Projeto de Lei nº 4.559. Essa é mais uma luta que também se soma às diversas ações dos movimentos de mulheres e demais movimentos sociais para o enfrentamento da violência”. Todas essas ações podem ser pesquisadas na página www.soscorpo.org.br.

Sr. Presidente, todos os Estados brasileiros devem ter o procedimento que Pernambuco está tendo. Devem ser registrados todos os casos, as estatísticas devem ser divulgadas, deve ser dada visibilidade, porque, só com a visibilidade da violência contra a mulher, vamos ser capazes de superá-la.

Quero ainda anunciar – ainda tenho alguns minutos –, Sr. Presidente, dois grandes encontros ambientalistas de âmbito internacional que ocorrerão em março no Brasil, todos os dois na cidade de Curitiba, Paraná.

Trata-se da 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena de Biossegurança, que está sendo chamada de MOP-3 e que ocorrerá entre os dias 13 a 17, e da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, que está sendo chamada de COP-8 e que ocorrerá no período de 20 a 31 de março.

Deverão estar presentes, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, participando ativamente desses encontros, as representações dos Governos dos 131 Países que são parte do Protocolo e dos 188 Países que participam da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Trata-se de evento de extrema relevância, pois praticamente o Planeta estará se reunindo em Curitiba.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Ainda tenho cinco minutos, Sr. Presidente.

É extremamente importante essa questão. Vão ocorrer no Brasil, no Paraná, no mês de março, as duas grandes Convenções, uma com 188 e a outra com 187 Países presentes. É o Planeta inteiro praticamente reunido na sua terra, no Paraná, em Curitiba, no próximo mês de março.

Esses Países vão se reunir para decidir sobre temas como biossegurança, acesso e repartição de benefícios e implementação dos direitos das populações tradicionais sobre a biodiversidade, entre diversos outros temas de importância fundamental para toda a humanidade.

Desses encontros, também participarão observadores e observadoras de Países não associados, representações dos principais organismos internacionais, representações acadêmicas, representações de organizações não governamentais e empresariais, lideranças indígenas, imprensa, entre muitas outras. São dois eventos que devem merecer o melhor de nossa atenção.

É bom que se registre que, embora a nossa mídia, muitas das vezes, só se interesse em dar destaque às futuras das disputas eleitorais, existe hoje uma grande mobilização da sociedade civil organizada brasileira e internacional para acompanhar esses dois processos, tentando influenciá-los. Algumas organizações da sociedade civil brasileira criaram inclusive um *site* para disseminar informações sobre a MOP e a COP, que pode ser acessado no endereço www.cop8.org.br.

Por outro lado, o Governo Lula, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, com a participação do Itamaraty, coordenará o Grupo de Trabalho de Mobilização e Comunicação da Comissão Nacional Preparatória da COP e da MOP.

Esse Grupo de Trabalho conta também com a participação de representantes do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, do empresariado, da mídia e de instâncias governamentais. O objetivo do Grupo de Trabalho é promover a divulgação dos eventos e dos temas que serão discutidos, contribuindo com o processo de mobilização da sociedade. Foram formados também os Grupos de Trabalho de Logística e de Preparação da Posição Brasileira.

É importante que fiquemos atentos para tudo o que se vai discutir e decidir em Curitiba, tantos nós aqui no Parlamento brasileiro, quanto todos os brasileiros e brasileiras que sustentam a nossa Nação. As convenções internacionais que serão debatidas nesses dois encontros têm um papel muito importante no estabelecimento de parâmetros para uma governan-

ça ambiental global. É claro que não se deve esperar que as convenções resolvam por si mesmas os dilemas ambientais. Mas elas podem contribuir para um maior comprometimento dos Governos com a melhoria da qualidade ambiental do Planeta. Digo isso na esperança de que nossa mídia, nossos organismos partidários, nossos movimentos sociais se mobilizem para uma participação intensa nas discussões que ocorrerão em Curitiba.

É importante que nos empenhemos para que o Brasil assuma posições de defesa do interesse público, tanto no âmbito das negociações da Convenção quanto na sua regulamentação aqui mesmo em nosso País.

Há muitas controvérsias ainda em nosso País sobre questões como a rotulagem de alimentos transgênicos – questão sobre a qual o Brasil teve uma posição muito criticada na última MOP – e sobre a adoção de tecnologias *terminator*, ou seja, sobre o uso de sementes estéreis que não permitem que os agricultores reservem sementes para uma nova plantação.

São muitas as controvérsias entre os diversos Ministérios que compõem o nosso Governo e na sociedade civil. A nossa expectativa é de que os encontros em Curitiba lancem luz sobre essas e outras questões, para que se entenda, identifique e respeite, cada vez mais, a diversidade biológica que marca a vida de nosso País e de nosso tão sacrificado Planeta.

Sr. Presidente, o mês de março será um mês determinante para o mundo, tendo em vista esses dois acontecimentos no Brasil. Serão quase 200 países presentes em cada Convenção, quando vão ser definidos e redefinidos novos acordos, com certeza, sobre temas da maior relevância para a vida do Planeta e, obviamente, para a nossa, brasileiros e brasileiras.

Esse momento é importante. É um momento em que o Congresso Nacional deverá estar extremamente atento e presente, fazendo uma “ponte” entre esses dois grandes encontros. Desta tribuna, nós Senadores que representam cada Estado devemos discutir as proposições que lá estiverem sendo debatidas, para divulgá-las à sociedade brasileira e, quiçá, ao Planeta Terra.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradeço à Senadora Serys especialmente a referência ao evento de Curitiba, que terá a coordenação e organização do Prefeito da Capital do Paraná, Beto Richa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nos termos regimentais, solicito a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do artista plástico Aldemir Martins, aos 83 anos, ocorrido no dia de ontem, e a apresentação de condolências à família.

Aldemir Martins, um dos mais importantes artistas plásticos do Brasil do século passado, foi ilustrador do **Jornal da Tarde** nos anos 70. Sofreu um enfarte neste domingo, por volta das 19h30min, em sua casa no bairro do Ibirapuera, zona sul de São Paulo, e morreu ao ser socorrido na Unidade Santo Amaro, do Hospital São Luís.

Peço, então, que seja registrado este voto de pesar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 108, DE 2006

Senhor Diretor,

Nos termos regimentais, solicito a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do artista plástico Aldemir Martins, ocorrido no dia de ontem, e a apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2006. – **José Jorge**, Senador da República.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a solidariedade da Presidência, a Mesa defere o requerimento e o encaminha, na forma regimental.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 109, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), por se tratar de matéria diretamente ligada à defesa do consumidor.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2006. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído

em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, XII, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, tive a honra de encaminhar requerimento à Mesa no mesmo sentido, com toda justeza e justiça, do ora apresentado pelo Senador José Jorge, Líder da Minoria nesta Casa.

O Presidente do PT, Deputado Ricardo Berzoini, resolveu hoje fazer humor. Fez humor negro o PT com o quadro de corrupção que se espalhou pelo País. E agora faz pura e simplesmente humor, sai pelo lado do ridículo. Diz ele que vai processar o Presidente Fernando Henrique Cardoso por difamação.

Acho ótimo, ele está desafiado a fazer isso. Acho ótimo. O Presidente Fernando Henrique Cardoso certamente requererá a exceção da verdade e inserirá nos Anais da Justiça Brasileira tudo isso que já foi apurado pelas CPIs. Tudo.

Ou seja, dizer que Fernando Henrique chamou de desonestos e corruptos os oitocentos mil militantes petistas é injusto. Chamou de desonestos e corruptos todos os que Delúbio protegeu com o seu silêncio desavergonhado, com aquele seu silêncio bochechudo, com aquele seu silêncio desonesto. Chamou de corruptos e desonestos os que “Sílvia Land Rover Pereira” protegeu com o seu silêncio. Chamou aqueles que foram protegidos pelos **habeas corpus** dos que requereram **habeas corpus** para não falar a verdade nas Comissões Parlamentares de Inquérito. Então, está o Sr. Berzoini desafiado a processar o Presidente Fernando Henrique sim.

Ele deveria aproveitar e processar o Sr. Marco Aurélio Garcia, que deu uma entrevista para pesquisadoras britânicas. E elas consideram, as duas, que a imagem de Lula foi danificada – e peço que isso vá para os Anais. E diz, a certa altura da matéria à **Folha de S.Paulo**, o Sr. Marco Aurélio Garcia “que o PT perdeu o caráter e a credibilidade”. Mais ainda: “O secretário-geral do partido recebeu um Land Rover de presente”. Aí, ele faz a pilhéria, diz que, com isso, quem ficou com a imagem danificada não foi o Sílvia, foi a Land Rover, por ser um carro usado por Sílvia Pereira.

Vamos, então, saber se tem ou não corrupção neste Governo.

“PT não pagou uso de jatinho”, diz Colnaghi. O Ministro da Fazenda chega aqui, é tratado por nós, Parlamentares, com toda a consideração e, depois, na **Folha de S.Paulo** novo desmentido. Não falou a verdade. Aqui está: “PT não pagou o uso de jatinho”,

diz Colnaghi. Então, houve mesmo tráfico de influência nesse episódio. Aos Anais.

O caso Okamoto, por detrás do qual se esconde um dos mais repulsivos ardis, é, felizmente, de largo domínio público. E está em todos os jornais e revistas como a **Época** desta semana, na coluna de Joyce Pascowitch.

Ardil é um meio astucioso a que burladores da lei recorrem para iludir a opinião pública. É quase um estratagema, uma manha das mais tolas, porque os ardileiros supõem que o povo não está nem aí. Está. E de olho vivo e agora um pouco mais tranqüilo porque faltam 321 dias para o fim deste desastrado Governo. Ou “desastradíssimo”, como já começam a dizer nas rodas de conversa informal.

Leio o que diz a bem escrita coluna da Joyce:

O Palácio do Planalto trabalhou muito nos bastidores para que Paulo Okamoto entrasse no Supremo a fim de barrar a quebra de seu sigilo bancário e telefônico. Aliás, a decisão do Ministro Nelson Jobim de não aceitar os pedidos foi muito comemorada no Palácio. E ninguém fez questão de disfarçar.

Diante dessa desfaçatez, é de observar que certamente o ilustre Ministro Nelson Jobim foi jurídico, não o coloco em dúvida. Mas pergunto: o Governo comemora o quê? O que poderia estar nos sigilos do Sr. Okamoto que pudesse ofender as vestais paridas do Palácio do Planalto?

O pulo do gato ou a sua malandríssima postura de tocar o barco fingindo que governa?

Falando em gato, não custa lembrar que já está na chamada “voz rouca das ruas” pelo menos uma certeza: o desastrado Governo Lula vende gato por lebre!

Ao concluir, e após a menção a Joyce Pascowitch, incluo neste pronunciamento também a matéria “Planalto vê escândalo no fim e aposta em *détente* nas denúncias”.

Para o Planalto, estaria esgotado o efeito das denúncias de corrupção, responsáveis pela corrosão do prestígio de Lula no segundo semestre de 2005.

Eles confundem fatos com denúncias. Antes, fazem um monte de asneiras, são apanhados com a boca na botija e depois ficam de reza brava para tudo se acabar na sexta-feira.

Inadequadamente, os do Palácio disseram à imprensa que a Oposição deve reduzir a exploração do tema.

Quanta riqueza nesse novo FEBEAPA! É a nova versão do Festival de Besteiras que Assola o País, que o saudoso Stanislaw Ponte Preta criou num cenário

muito parecido com o que agora se vê ali do outro lado da rua.

Mas, muito bem, Sr. Presidente, peço que vá para os Anais esta peça, mais a declaração de Joyce. E concluo dizendo a V. Ex^a que é muito bom mesmo – repito, voltando ao início do meu discurso – que o Presidente do PT tenha a ousadia de processar o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Está desafiado a fazê-lo. O Presidente Fernando Henrique requererá a exceção da verdade e poderá provar mesmo algo que já está provado, algo que já está jurisprudenciado.

Só duas pessoas não acreditavam em corrupção neste Governo. Uma, sinceramente, Senador Cristovam, morreu. O Veríssimo comunicou dolorosamente o falecimento da Velhinha de Taubaté. Ela morreu. A Velhinha de Taubaté morreu. Ela não está mais viva. Quem comunicou a morte foi seu criador, o romancista e intelectual brasileiro, Veríssimo.

A outra pessoa – aí já não há sinceridade nela – é o Presidente Lula, que não viu “mensalão”, não sabe de “mensalão”, não sabe de nada, não tomou conhecimento de coisa alguma. E nós sabemos que ele dirige o Governo que patrocinou a mais sistêmica, endêmica e epidêmica corrupção que já se viu na República Brasileira.

O Presidente Fernando Henrique não quis ofender os oitocentos mil petistas. Não. Até porque a maioria esmagadora dos petistas é formada de gente honesta. Quem não é honesto? Quem não é honesto é quem aceitou cargo público para não trabalhar, para contribuir com um dizimozinho para o Governo e, roubando ou não, para roubar, pelo menos, a necessidade, a obrigação de prestar serviço público correto para o povo. Quem ganha dinheiro sem trabalhar, para mim, é ladrão do dinheiro do povo sim; indireto, mas é ladrão!

Por outro lado, quem meteu a mão no dinheiro e é protegido pelo silêncio do Delúbio é ladrão! E essa gente, isso é esquema de máfia, é na máfia que silenciam assim. É na máfia que fulano morre, desde que a família dele seja recompensada. E esse silêncio, para mim, está sendo pago a peso de ouro. Eu não acredito em tanta devoção. Não acredito, aliás, em devoção de Delúbio a José Dirceu. A devoção é a Lula. O chefe de Delúbio é Lula. O chefe do Silvío Pereira pode ser o José Dirceu, mas o chefe de Delúbio é Lula, esta é a minha opinião.

Portanto, encerro, Sr. Presidente, dizendo que é com muita alegria que aguardamos essa oportunidade de o Sr. Berzoini tentar se alçar à audácia de efetivamente processar o ex-Presidente Fernando Henrique Cardos para que ele prove sim, requerendo a exceção da verdade, que este é um Governo que tem patro-

cinado corrupção – e muita corrupção – neste País, infelicitando a nossa sociedade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o caso Okamoto, por detrás do qual se esconde um dos mais repulsivos ardis, é, felizmente, de largo domínio público. E está em todos os jornais e em revistas, como a **Época** desta semana, na coluna de Joyce Pascowitch.

Ardil é um meio astucioso a que burladores da Lei recorrem para iludir a opinião pública. É quase um estratégia, uma manha das mais tolas, porque os ardileiros supõem que o povo nem está aí. Está. E de olho vivo e agora um pouco mais tranqüilo por que faltam apenas 321 dias para o fim desse desastrado Governo. Ou desastradíssimo, como já começam a dizer nas rodas de conversa.

Leio o que diz a bem escrita coluna da Joyce:

O Palácio do Planalto trabalhou muito nos bastidores para que Paulo Okamoto entrasse no Supremo a fim de barrar a quebra de seu sigilo bancário e telefônico. Aliás, a decisão do Ministro Nelson Jobim de não aceitar os pedidos foi muito comemorada no Palácio. E ninguém fez questão de disfarçar.

Diante dessa desfaçatez, e de observar que Jobim foi certamente jurídico....pergunto:

-O Governo comemora o quê?

O pulo do gato ou a sua malandríssima postura de tocar o barco fingindo que governa?

Em não custa lembrar que, falando em gato, já na está na chamada voz rouca das ruas pelo menos uma certeza: o desastrado Governo Lula vende gato por lebre!

Ao concluir, e após a menção a Joyce Pascovich, incluo neste pronunciamento também a matéria “Planalto vê escândalo no fim e aposta em *détente* nas denúncias.

Para o Planalto, estaria esgotado o efeito das denúncias de corrupção, responsáveis pela corrosão do prestígio de Lula no segundo semestre de 2005.

Eles confundem fatos com denúncias. Antes, fazem um monte de besteiras, são apanhados com a boca na botija e depois ficam de reza brava para tudo se acabar na sexta-feira.

Inadequadamente, os do Palácio disseram à imprensa que a oposição deve reduzir a exploração do tema.

Quanta riqueza nesse novo FEBAPA! É a nova versão do Festival de Besteiras que Assola o País, que o saudoso Stanislaw Ponte Preta criou num cenário muito parecido com o que agora se vê ali do outro lado da rua.

É besteira atrás de besteiras, como diz a Agência Reuters:

“Esperamos que a oposição compreenda que uma guerra de mútua destruição não vai levar ninguém a lugar nenhum e que o melhor a fazer é aguardar o resultado de todas investigações, sem exageros de retórica”, disse à Reuters um auxiliar direto de Lula na condição de não ser identificado.

– Que guerra é essa, meus caros despreparados?

– E quê significa exageros de retórica? Quem exagerou? Pergunte ao povo e a resposta vai dar direto: quem exagerou foram esses que meteram a mão no dinheiro público!

Não sei se dá para rir ou para chorar. Só sei que o Stanislaw Ponte Preta está fazendo falta.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**PLANALTO VÊ ESCÂNDALO NO FIM E
APOSTA EM “DÉTENTE” NAS DENÚNCIAS.**

Por Ricardo Amaral

BRASÍLIA (Reuters) – Depois que duas pesquisas nacionais (Ibope e Datafolha) apontaram recuperação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Planalto avalia que estaria esgotado o efeito negativo das denúncias de corrupção, responsáveis pela corrosão do prestígio de Lula no segundo semestre de 2005.

O governo também calcula que a oposição deve reduzir a exploração do tema, enquanto persistir a investigação da Polícia Federal sobre um suposto caixa dois na estatal Furnas, que teria beneficiado, em 2002, aliados do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

“Esperamos que a oposição compreenda que uma guerra de mútua destruição não vai levar ninguém a lugar nenhum e que o melhor a fazer é aguardar o resultado de todas investigações, sem exageros de retórica”, disse à Reuters um auxiliar direto de Lula na condição de não ser identificado.

Seria uma “Détente” (distensão) não-declarada, entre adversários poderosos, mas vulneráveis. “Détente” foi a política que reduziu a corrida nuclear en-

tre Estados Unidos e a ex-URSS, entre 1973 e 1979, quando as duas potências tinham poder de destruição equivalente.

O Planalto, segundo a fonte, relaciona a recuperação de Lula e a investigação de Furnas aos últimos movimentos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Em artigo publicado domingo, o tucano acusou Lula de fazer campanha eleitoral fora da lei e de praticar “demagogia eleitoreira”. Em entrevista à “IstoÉ,” disse que “a ética do PT é roubar”.

O ex-presidente será o entrevistado do programa “Roda Viva” da TV Cultura, nesta segunda-feira. Na reunião da coordenação de governo desta segunda, Lula decidirá o contra-ataque e pode antecipar o anúncio do novo programa habitacional do governo, de forte apelo popular, informou o auxiliar de Lula.

Corrupção X Administração

O Datafolha mostra que a aprovação ao presidente cresceu, entre dezembro e fevereiro, de 28 por cento para 36 por cento dos entrevistados, embora 82 por cento acreditem que haja corrupção no governo, número semelhante ao apurado em outubro (81 por cento).

“Se a aprovação cresceu, voltando aos níveis anteriores à crise, e a percepção de corrupção permanece a mesma, é sinal de que o governo passou a ser avaliado também pelos resultados administrativos e pelas políticas econômica e social”, analisou o auxiliar de Lula.

A investigação da PF sobre a chamada “lista de Furnas” foi tornada pública quarta-feira, seguida por uma série de negativas de políticos do PSDB, PFL e outros dez partidos mencionados em uma cópia da relação examinada pela polícia, sem origem comprovada.

A lista de supostos beneficiários e doadores tem assinatura reconhecida em cartório do ex-diretor da estatal Dimas Toledo, que nega ter produzido o documento examinado pela PF. Dimas foi posto em Furnas por Fernando Henrique, mantido por Lula e exonerado em agosto, acusado pelo ex-deputado Roberto Jefferson de envolvimento no mensalão.

Apesar da negativa e de inconsistências apontadas na lista, fonte da PF ligada à investigação disse à Reuters que a polícia está analisando a contabilidade da estatal no governo passado e vai convocar políticos e empresários citados na relação.

“Ingenuidade”

Para o Planalto, a recuperação de Lula nas pesquisas abre a oportunidade de trazer a disputa eleitoral para a comparação entre os resultados econômicos e sociais do governo atual e do anterior.

Lula quer atrair os adversários para esse debate, segundo a fonte do Planalto, e orientou os ministros a divulgar os programas sociais e os feitos administrativos considerados bem-sucedidos.

“Seria ingênuo achar que o problema das denúncias acabou para o governo, mas a pesquisa mostra que a população já quer discutir outros assuntos, quer

discutir quem governa melhor o Brasil”, acrescentou o auxiliar de Lula.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Presidente do PT diz que vai processar FHC por difamação

12h06 — O presidente do PT, deputado Ricardo Berzoini (SP), afirmou nesta segunda-feira que o partido vai processar FHC. De acordo com Berzoini, o ex-presidente difamou e feriu a honra dos petistas em entrevista publicada pela *IstoÉ* na edição desta semana. FHC afirmou à revista que “nunca ouviu falar em tanta corrupção como neste governo”. Disse que, no governo Lula, a corrupção se transformou num fenômeno novo, pois tem “organicidade” e “é sistêmica”. Declarou que “a ética do PT é roubar”. Para Berzoini, a entrevista revela o desespero do “senhor Fernando Henrique, que, após governar por oito anos, aparece nas pesquisas em terceiro lugar”.

Corrimão

O Palácio do Planalto trabalhou muito nos bastidores para que **Paulo Okamoto** entrasse no Supremo para barrar a quebra de seus sigilos bancário e telefônico. Foi esse o caminho escolhido

para que não parecesse que era o próprio governo que estava agindo. Aliás, a decisão do ministro **Nelson Jobim** de não aceitar os pedidos foi muito comemorada no Palácio. E ninguém fez questão de disfarçar.

PT não pagou uso de jatinho, diz Colnaghi

MARIO CÉSAR CARVALHO

LEONARDO SOUZA

dia 26. A história e uma larsa. Não houve pagamento pelo jatinho.

O dono do avião, o empresário José Roberto Colnaghi, confir-

ma, à Folha, que não existiu pa-

gamento do PT pelo uso do avião.

Folha disse que não encontrou

notas fiscais nem recibos de paga-

mento pelo aluguel do jatinho na

prestação de contas dos diretores

estaduais e nacionais do PT.

A versão de Palocci é particu-

larmente inverossímil porque o ja-

tinho do empresário nunca foi alu-

gado nos cinco anos em que a se-

ronave está com ele.

Colnaghi, a dono de um outro

avião, um Seneca, que teria sido

usado pelo PT para transportar

recursos recebidos de Cuba, se-

gundo a revista "Veja". O valor

varia de US\$ 1,5 milhão a US\$ 3

milhões, dependendo do material

autor que conta a história.

As verdades do ministro

Não é a primeira vez que Palocci

se contradição ao tentar reba-

ter a informação de que pegou ca-

rona no avião de Colnaghi quan-

do ia era ministro. Em 6 de no-

vembro de 2005, quando a Folha

revelou que o ministro pegara ca-

rona duas vezes no avião do em-

presário, Palocci negou que hou-

vesse viajado no jatinho.

A versão não durou 24 horas.

No dia em que chegou a reportar-

gem, o ex-deputado federal José

Genoino confirmou a Folha que

viajara com o ministro no jatinho.

de Colnaghi na condição de pes-

denite do PT. Contou que o avião

saura de Brasília e havia parado no

Rio para que ele embarcasse. Ru-

muram para Ribeirão, onde parti-

ciparam da cerimônia de filiação.

do prefeito da cidade, Gilberto

Maggiore, ao PT. No mesmo dia,

24 de julho de 2005, o jatinho le-

vou Palocci de volta à Brasília.

Não era a primeira vez que Pa-

loci voava no Citation Jet, unia-

lino para seis passageiros cujo

preço varia de US\$ 2,5 milhões a

US\$ 3 milhões. Quando depois a

CPI dos Bungeos, em 7 de dezer-

embro, Colnaghi confirmou que

viajava duas vezes Palocci no jatinho

quando ele já era ministro.

Na campanha, Palocci usou o

jato "cinco ou seis vezes", segun-

do o depoimento do empresário.

na CPI dos Bungeos. Em 10 de jane-

iro de 2005, quando Luis Inácio

possa, a família de Palocci foi a

Brasília no jatinho de Colnaghi.

Ao aceitar a carona no jatinho,

Palocci desrespeitou, em tese, o

Código de Conduta da Alta Ad-

ministração Federal. Esse código

que vigora desde agosto de 2000,

diz o seguinte em seu artigo 7º: "A

autoridade pública não poderá

receber salário ou qualquer outra

remuneração de fonte privada em

desacordo com a lei; nem receber

quaisquer favores de particulares

de forma a permitir situação que

possa gerar dúvida sobre a sua

proibição ou inexistência."

Palocci apresentou a mesma

versão de que o PT de São Paulo

pagara pelo jatinho a Comissão de

Etica Pública do governo. Em de-

zembro, o órgão aceitou as expli-

cações sem que o ministro apre-

sentasse um único papel para

comprovar o que afirmara.

O ministro sustentou que, ao

aceitar a aeronave "disponibiliza-

da pelo PT", assumiu a responsa-

bilidade, sete da Comissão de Éti-

ca, que vêda a autoridade a uso

de bens públicos em atividades

político-eleitorais.

O presidente da Comissão de

Etica, Fernando Neves, disse a Fo-

lha que não é atribuição do órgão

Qualquer partido pode pedir ao

TSE que reabra as contas do PT e

verifique se houve irregularidade.

4

República de Ribeirão

Colnaghi, dono de uma das

maiores empresas de irrigação do

pais, conheceu Palocci em 2002,

quando o petista era prefeito de

Ribeirão em segundo mandato.

Quem os apresentou foi Kalif Bar-

quete, assessor de Palocci que te-

ria participado da "Operação Cu-

ba", segundo Rogério Burattini, ou-

tro membro da chamada Repu-

blica de Ribeirão — grupo que

usava a proximidade com o mi-

nistro para alavancar negócios.

O mais extraordinário desses

negócios não foi concluído. A

venda de um banco a empresários

de Angola. Em 2002, Colnaghi,

Barquete, Buratti e Vladimir Poi-

te tentaram intermediar a venda

de um banco ligado ao Prosper,

do Rio, a dirigentes do Banco Re-

gional de Kere de Angola.

Eles usavam a amizade com o

ministro para seduzir os angola-

nos — diziam que graças a ela o

Banco Central agilizaria os trâmi-

tes, complexos quando se trata da

compra de um banco brasileiro

por estrangeiros. O negócio fra-

casou aparentemente porque os

amigos de Palocci notaram que

suas conversas eram monitoradas

pela polícia numa investigação

sobre caixa dois em Ribeirão.

Colnaghi, o mais bem sucedido

entre esses amigos de Palocci, foi

acusado por parlamentares de ter

se beneficiado da amizade em

seus negócios. Uma de suas em-

presas, a Soft Micro, recebeu R\$

9,4 milhões de Tocantins, por

meio de convênio com o Banco

do Brasil, pela venda de progra-

mas de computador sem licen-

ça. O BB, subordinado à pasta de

Palocci, diz que o governo de To-

cantins escolheu a empresa. Col-

naghi nega ter sido beneficiado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Cristovam Buarque, por permuta com a Senadora Heloísa Helena.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, com a prorrogação de cinco minutos, se necessário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, às vezes assistir aos programas de televisão no Brasil dá a impressão de que estamos em outro país; ou então assistir aos debates nesta Casa dá a impressão de que o Senado Federal, Senador Alberto Silva, é que está em outro país.

Ontem, por acaso, assistindo ao programa “Fantástico”, da TV Globo, tomei conhecimento, reportagem após reportagem, de uma tragédia que não se ouve falar aqui dentro. De repente, tomei conhecimento – e sou um Senador da República – de que existe uma estrada no Brasil que pode ser chamada de “estrada da fome”, uma das mais importantes estradas deste País, por onde passa, como diz a reportagem, grande parte da riqueza produzida neste País. Naquela estrada dezenas, centenas, milhares de pessoas ficam com as mãos estendidas, com cartazes dizendo ‘eu estou com fome, eu preciso comer’ (...), esperando que alguns caridosos motoristas parem os carros e lhes entreguem alguns centavos ou alguma comida. Parece que aquele não é o país onde está o Senado Federal. Uma estrada da fome, uma estrada importante deste País, as pessoas terem de ir para lá, para a beira da estrada... Inclusive a reportagem diz que há pouco tempo morreu uma criança no momento em que ali pedia comida.

Como se não bastasse, em seguida vem outra reportagem, Senador Marco Maciel, falando de trabalhadores que morrem de tanto trabalhar no corte da cana. Eu pensei: será que é no Brasil ou é em outro país? Ou será que é o Senado que está em outro país? Nunca ouvi falar aqui que temos trabalhadores morrendo de tanto trabalhar para ganhar alguns centavos a mais, porque o salário mínimo que eles recebem, obviamente, é insuficiente. E, ao trabalharem tal quantidade de horas, com o esforço físico que a reportagem mostra com muita competência, calculando até o número de cortes que a pessoa precisa fazer para cada tonelada a mais de cana, aquele esforço tem levado trabalhadores brasileiros à morte, morrendo de tanto trabalhar para não morrer de fome por não trabalhar. Isso no nosso País, no nosso Brasil, na mesma Nação onde ganhamos o nosso salário como Senadores da República.

Como se não bastasse, o mesmo programa, *Fantástico* – e não tive a oportunidade de vê-lo inteiro, é possível que tenha havido outras reportagens –, apresentou uma matéria sobre adoção de crianças, mostrando que no Brasil existe um número grande de crianças para serem adotadas.

Mas vejam as ironias. Não existe um cadastro de crianças para serem adotadas. O País que tem, talvez, o melhor sistema de coleta de Imposto de Renda do mundo, que, na frente de todos os outros países, nos permite enviar pela Internet a nossa declaração de Imposto de Renda, não tem um catálogo único de crianças abandonadas à espera de adoção. É preciso uma televisão mostrar isso para nos despertar para a necessidade de um cadastro único – pelo menos isso.

Mas não é tudo. Vimos, pela reportagem, que há um grande número de brasileiros querendo adotar crianças; um número maior querendo adotar do que de crianças para serem adotadas. Mesmo assim, as crianças sobram. Por quê? Porque as adoções são feitas com base na escolha deliberada da raça, havendo uma total redução de interesse pela adoção de crianças negras, como se elas não fossem brasileiras iguais às crianças brancas. Ou porque não se quer adotar crianças que passaram de certa idade, de cinco, seis anos, e as pessoas têm medo do que vai acontecer.

No mesmo programa, Senador Mão Santa, três reportagens só no pequeno tempo em que estive assistindo: trabalhadores que morrem de tanto trabalhar, crianças jogadas, atendidas graças à caridade de algumas pessoas, que podemos chamar de santas, que mantêm aqueles orfanatos; e, além disso, na estrada por onde passa a fortuna produzida pela 12^a potência mundial, brasileiros com a mão estendida para receber comida.

Como se isso fosse pouco, não faz muito, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, recebemos a denúncia de que no Amapá existem pessoas que se submetem, como cobaias humanas, a serem picadas por mosquitos para receber R\$12,00 por dia – 100 mosquitos por noite, durante 9 noites seguidas; as pessoas recebem e põem, para serem picadas, grupos de 25 mosquitos. Essas pessoas não param até que os mosquitos, de tanto sangue, caem, ficam depositados na tela que cobre o copo. Depois de 25, mais 25 e mais 25 e mais 25 em troca de R\$ 12,00. Quando isso chegou à Comissão, tive dúvidas, fui lá, fui ver, vi, conversei com as pessoas, comprovei. Tive um choque que talvez tenha sido o maior dessa minha visita à região.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em um povoado, as pessoas estão revoltadas de terem se submetido a isso. No outro, alguns senhores com quem conversei estavam revoltados porque, graças à intervenção do Senado, essa pesquisa foi interrompida. O Sr. João, não vou esquecer, com olhos furiosos disse: antes, eu era mordido, picado, pegava malária, mas comia. Agora, estou sem comida porque não ganho os R\$12,00 por dia, que, no caso dele, tinha aumentado para R\$20,00 quando os pesquisadores viram a resistência do primeiro povoado.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, que País é este em que estou citando uns poucos casos absolutamente dramáticos de violação de direitos humanos? Alguém podia imaginar que isso acontecia durante o período do tráfico de escravos, durante o período da escravidão. Mas, não! Quase 120 anos depois da Proclamação da República e da abolição da escravatura, continua! E nós aqui, no Senado, a falar de escândalo, de escândalo; de CPI, de CPI; de corrupção, de corrupção – e que teremos que enfrentar –, mas nos esquecemos da corrupção mais genérica, que é a corrupção das prioridades, não só corrupção do comportamento. Mais grave ainda, mais imoral ainda, mais endêmico e perverso para o futuro do País do que essa maldita corrupção no comportamento dos políticos é a corrupção nas prioridades das políticas públicas.

Há uma corrupção dentro das próprias políticas públicas, independentemente de alguém estar ou não se apropriando, porque, enquanto falta dinheiro para educação, água, esgoto, para todas as atividades que reduziriam as necessidades, sabemos que não faltam recursos para grandes obras públicas neste País, que beneficiam a imagem da belíssima arquitetura brasileira.

E alguns se apropriam do dinheiro que iam para essas obras. Mas essas obras, Senador Mão Santa, mesmo que nenhum corrupto tirasse dinheiro delas, elas são corruptas nelas próprias, porque significam desvio de dinheiro de prioridades sociais mais imediatas para investimentos que não têm consequências sociais diretas, a não ser consequências negativas.

Assisti ontem ao programa *Fantástico*, mas ao ler os jornais de cada dia, se olharmos com a lente de quem tem uma preocupação com os direitos humanos, percebemos que no Brasil, talvez mais do que todos os outros problemas, nós temos dois: por um lado, a falta de ética nas prioridades e, por outro, a falta de sintonia, o distanciamento do Senado, do Congresso, do Governo e do Poder Judiciário com a realidade do nosso povo. Neste frio aqui do ar condicionado perce-

bemos, olhamos, ou não percebemos e não vemos, a realidade social brasileira. Essa talvez seja a maior de todas as tragédias.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Eu assisti ao programa e concordo com V. Ex^a: é chocante. É chocante ver as crianças com a mão estendida para receber alimento. Com relação à outra reportagem, não assisti a tudo como V. Ex^a. Penso que V. Ex^a aborda o tema no momento exato e ao mesmo tempo proclama: o que estamos fazendo aqui, estamos desligados desta realidade? Creio que cada coisa que nos chega ao conhecimento, Senador Cristovam, nos induziria a uma ação. Eu proponho uma ação. V. Ex^a acaba de dizer que nós estamos distanciados. V. Ex^a mesmo pode comandar isso.

O SR. PRESIDENTE (PMDB – PI) – V. Ex^a, Senador Alberto Silva, pode ficar tranqüilo, porque eu proroguei por cinco minutos pela relevância do assunto e pelo aparteante que é V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado, Presidente.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Cristovam, não só aqui no Senado, mas no Brasil inteiro, V. Ex^a tem a credibilidade de um homem competente, capaz e sério, como grande Ministro que foi e como grande Senador que é. V. Ex^a traz ao nosso conhecimento isso que vimos ontem na televisão. Fazemos alguma coisa, como propõe V. Ex^a. Estamos distanciados? Vamos criar um grupo de trabalho aqui e encontrar uma fórmula de fazer com que o Governo veja quais são as prioridades. Essa é uma prioridade indiscutível. Por que o Bolsa Família não chega imediatamente a essa gente? Não é um caminho?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É um caminho.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Em vez de se estar procurando aqui e ali, o nosso grupo aqui poderia ser estímulo e cobrança ao Governo para que isso aconteça. Coloco-me à disposição de V. Ex^a, que traz um tema importante. Mas é bom que não fiquemos no discurso. Vamos à realidade? Vamos formar um grupo de trabalho para cuidar disso? Parabéns a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador. Aceito a sugestão de V. Ex^a. Vou levar tudo isso para a Comissão de Direitos Humanos, que pode receber Senadores e Senadoras que não são da Comissão, mas que querem trabalhar. Quero con-

vocar uma audiência para discutir por que há pessoas morrendo de trabalhar no Brasil e por que, ao mesmo tempo, há pessoas morrendo porque não têm trabalho; por que há pessoas que, por falta de mínimo salário, têm que se submeter a serem cobaias humanas, suicidando-se, na verdade? Veja que contradição: prefere morrer, no longo prazo, por causa da malária que vai contrair do que morrer, no curto prazo, de fome por não ter o que comer. Embora seja preciso dizer que, naquela região, não há fome endêmica porque, graças aos rios e à floresta, as pessoas têm o que comer, como se vê na região da Amazônia.

Há que se propor a criação, pelo menos em função daquele programa da Rede Globo, de uma lista única de adoção de crianças no Brasil, saber quais são, quantas são, onde estão, por que estão ali.

V. Ex^a trata muito diretamente do problema do Bolsa Família, por que ele não chega e por que não é suficiente. Por que ele não chega ali e por que não chega ao final do mês. Mais que isso, Senador. Ele não vai resolver os problemas enquanto essas crianças não tiverem escolas com qualidade. Ano após ano, ele apenas mantém as pessoas vivas.

O Bolsa Família não permite que as pessoas subam na vida. Quando se chamava Bolsa-Escola, ele era capaz de fazer subir na vida não pela bolsa, mas pela escola. Mas, Bolsa Família, ele é um instrumento de assistência desvinculado da educação, tanto que o gerenciamento foi tirado do Ministério da Educação, como era na época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e passou para o Ministério do Desenvolvimento Social. Isso mostra uma concepção radicalmente diferente do conceito inicial. No primeiro caso, era um programa de educação; no segundo, um programa de assistência. No primeiro, subia-se na vida; no segundo, mantém-se na vida. Há uma diferença total entre manter-se vivo e subir na vida. A comida nos mantém vivos. Para subir na vida, só a educação, o emprego, uma renda decente. E o Governo atual não está criando isso porque abandonou programas sérios, porque não usou corretamente os recursos do Fundo de Erradicação da Pobreza de que o Senador Antonio Carlos Magalhães, que aqui está, foi um dos principais criadores. Não era apenas para transferência de renda, mas para promoção da vida humana.

Senador Alberto Silva, eu agradeço a contribuição de V. Ex^a e vou levá-la adiante. Eu não podia deixar de me manifestar e de repercutir aqui um programa de televisão. Deveria ser o contrário: a televisão deveria repercutir o nosso debate. O nosso debate está tão

alienado da tragédia social que terminamos repercutindo o que a televisão mostra.

Este é um ano de eleições. Haverá eleição para Senador, para uma parte desta Casa, para Deputado Federal, para Presidente da República, para Governador. Que o debate não esqueça o que se vê na Rede Globo, o que se vê nas televisões, nas reportagens. Que não nos esqueçamos de que existe uma realidade para a qual devemos trabalhar.

Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a aborda um ponto da maior importância: a comunicação. Em verdade, há que se encontrar um meio. A Mesa do Senado tem a obrigação de encontrar um meio, além da televisão que temos e que hoje é bastante assistida. Temos que ingressar nas televisões como o Presidente da República. Se esperarmos que seja o Presidente do Senado ou o Presidente da Câmara – por mais amizade e respeito que tenha ao Presidente do Senado – vamos ter sempre algo sem gosto. É preciso que se dê oportunidade para que, a cada vez, um partido político fale na televisão, semanalmente, mesmo que seja pago. Está havendo diálogo de uma boca só. A boca é do Presidente Lula, iludindo a Nação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Sr. Presidente, dou por encerrada a minha fala, agradecendo as intervenções. E dizer que, apesar de tudo, graças a uma imprensa livre, nós podemos chegar até aqui e repercutir o que ela diz. O bom, como o Senador Antonio Carlos Magalhães propõe, é que, além de livre, ela nos permita interferir na criação de uma consciência nacional para que assuntos como este virem matéria de história e não de reportagem.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao orador inscrito Senador Marco Maciel, do PFL do Estado de Pernambuco. (Pausa.)

S. Ex^a permuta com o Senador Augusto Botelho, do Estado de Roraima, a quem concedo a palavra.

Em seguida, terá a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL, da Bahia, para uma comunicação inadiável.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Senador

Mão Santa, do Estado do Piauí, Sr^{as} e Srs. Senadores, como veremos mais adiante, nas sociedades democráticas mais avançadas, é formalmente assegurado ao Ministério Público o exercício de poder investigatório no âmbito da persecução penal. Todavia, em nosso País, essa questão tem gerado controvérsias, e julgamento definitivo pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal ainda não foi proferido. Evidentemente, o tema é de grande importância para o sistema penal brasileiro e coloca em evidência a validade de centenas de investigações e processos em tramitação.

Debates mais aprofundados sobre o assunto têm levado a polêmica para o terreno onde desponha uma analogia equivocada entre o processo penal brasileiro e o sistema de juizado de instrução vigente em diversos países europeus. De acordo com vários juristas, o Código de Instrução Criminal de 1808, de Napoleão Bonaparte, explicita de maneira clara a separação da função de acusação, da de instrução e da de julgamento.

Com base no citado diploma francês, o sistema clássico do juizado de instrução funciona assim: cabe ao membro do Ministério Público acusar, ou seja, declarar perante o juiz de instrução a intenção de punir determinada pessoa. Ao juiz de instrução, caberá, então, examinar os fatos e decidir sobre o andamento da investigação. Caso sua análise conclua que há elementos para tal, este poderá convocar pessoas para serem ouvidas, determinar busca e apreensão, estabelecer censura telefônica e decidir por prisão preventiva do acusado. Após o cumprimento de todos esses procedimentos, caso esteja convencido do ato delituoso atribuído ao investigado, mesmo assim, o juiz de instrução não decidirá por ele próprio e remeterá o processo para julgamento em outra instância.

Os juizados de instrução baseiam-se no princípio liberal da repartição de poderes. Em síntese, o procurador detém com exclusividade o direito de acusar, mas não possui os poderes de instrução que são conferidos ao juiz. Este, por sua vez, detém poderes consideráveis na instrução do feito, investiga no âmbito da tipificação, mas não julga. Assim, ao se eximir do julgamento, garante a imparcialidade da sentença final.

Em nosso País, em inúmeras situações, o nosso sistema reproduz a forma de ação do juizado de instrução. A diferença é que, em lugar do juiz de instrução, aparece a Polícia Judiciária. Dessa maneira, a equação é formada pelo Ministério Público, que acusa; pela polícia, que investiga; e pelo juiz, que julga. Como podemos observar, os três sujeitos exercem separadamente as suas atribuições, ou seja, não se confundem.

No juizado de instrução, a separação se dá entre a função de acusação e a de instrução, ou seja, entre a função do Ministério Público e a do juiz de instrução. A instrução realizada pelo juiz, em sua essência, é um ato totalmente diferente da investigação pré-processual, que é o objeto da polêmica no Brasil. Já vimos anteriormente que o juiz de instrução dispõe de poderes jurisdicionais e pode determinar a busca e apreensão, estabelecer censura telefônica e determinar prisão preventiva. Tais medidas, que interferem diretamente na liberdade e na intimidade do indivíduo, na ótica do processo acusatório, são negadas ao órgão acusador.

À guisa de conclusão, a investigação realizada no Brasil pela Polícia Judiciária e, em muitas situações, pelo Ministério Público distingue-se claramente da instrução. Ela baseia-se em oitivas, coleta de informações e de documentos, realização de perícias e outros procedimentos semelhantes. Dessa forma, segundo vários juristas, a **ratio juris** que, no juizado de instrução, veda ao Ministério Público a realização de atos de instrução não se aplica à investigação de natureza policial em nosso País.

Por fim, de maneira bem abrangente, no que se refere especificamente à exclusividade da polícia nas investigações criminais e à luz dos princípios jurídicos e da exegese constitucional, devemos dizer que esta exclusividade não deve ser considerada. Neste caso, é importante destacar que a atribuição ao Ministério Público de também conduzir investigações criminais não diminuem em nada a competência da autoridade policial; muito pelo contrário, servirá apenas para fortalecer as nossas instituições, reforçar o combate contra o crime organizado. É importante destacar que esse é o pensamento da relatora especial das Organizações das Nações Unidas para questão dos grupos de extermínio, segunda a Dr^a Asma Jahangir, que no final de 2003, em viagem ao nosso País, incluiu em seu relatório que os poderes do Ministério Público deveriam ser reforçados para credenciá-lo no combate decisivo contra esse tipo de delito.

Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Código de Processo Penal italiano de 1988, já afastado o sistema de juizado de instrução, estabelece, em vários dos seus artigos, que o Ministério Público e a Polícia Judiciária, no âmbito de suas atribuições podem realizar investigações necessárias para as determinações inerentes ao exercício da ação penal.

No caso do alemão, o Código de Processo Penal reconhece igualmente o poder investigatório do Ministério Público em processos criminais. De maneira

geral, na Alemanha o Ministério Público pode exigir informações de todos os funcionários públicos, realizar por si mesmo ou requerer da polícia qualquer tipo de diligência. É importante dizer que as autoridades e funcionários do serviço de polícia são obrigados a atender ao requerimento do Ministério Público.

Também no Japão, os promotores públicos podem investigar qualquer ofensa criminal. Por sua vez, nos Estados Unidos, nenhum cidadão americano ignora a força do Ministério Público. Lá, a instituição age rapidamente em cumprimento da lei e tem levado inúmeros criminosos ao banco dos réus.

Assim, como acabamos de destacar, em vários países de democracia avançada, o Ministério Público exerce plenamente a prerrogativa de investigação no âmbito da persecução penal. Por outro lado, devemos entender que, quanto mais ampla é a investigação, maior é a certeza por parte dos cidadãos de que os crimes estão sendo apurados e de que a impunidade está sendo combatida, doa a quem doer.

Em nosso País, diante do avanço preocupante da criminalidade, não é hora de fomentar a separação entre Polícia Judiciária e Ministério Público, defendendo em favor da primeira a exclusividade do poder investigatório. Lamentavelmente, de maneira superficial, muitos procuram defender essa exclusividade, que é, sem dúvida nenhuma, extremamente prejudicial à nossa sociedade.

Devo dizer mais uma vez que, quando o Ministério Público investiga, não está usurpando a função da Polícia Judiciária. Em verdade, está em atividade própria, ou seja, em busca da definição do seu posicionamento, haja vista que sua principal função no terreno criminal é promover a ação penal pública. Mais ainda, não podemos deixar de reconhecer que, quando um membro do Ministério Público colhe elementos para respaldar o seu conhecimento investigatório, não está presidindo nenhum inquérito policial, mas sim agindo nos limites de suas atribuições funcionais, visando apenas a busca de uma melhor clareza dos fatos.

Sr. Presidente, ao terminar este pronunciamento, gostaria de emitir algumas opiniões sobre a importância da ação do Poder Judiciário na construção da democracia, em seu aperfeiçoamento, em sua manutenção e maturidade.

Nas sociedades institucionalmente mais ajustadas, a Justiça é mais independente, não se submete às pressões do poder das elites e procura exercer suas funções mantendo distância dessas imposições de classe. Pois bem, nessas sociedades, onde as instituições repousam sobre alicerces bem mais seguros,

todos os cidadãos são tratados igualmente perante a lei e a presença da Justiça é efetiva em todos os espaços da vida social.

Indiscutivelmente, nessas condições, o Judiciário consegue cumprir mais confortavelmente o seu papel democrático encontrando, no cumprimento da ética e no respeito aos direitos fundamentais do homem, que são os dois mandamentos mais importantes da vida social, a base de sustentação de suas ações. Para ser um bom advogado, um juiz honesto, um jurista respeitado, um eminente homem da lei, enfim, para poder andar de cabeça erguida e em dia com os seus atos e decisões profissionais, os representantes da Justiça não podem esquecer nunca que a ética e o respeito aos direitos dos cidadãos estão na essência das instituições democráticas verdadeiras,

Sr. Presidente, explica-se por que os princípios napoleônicos, que respaldaram o capitalismo europeu no século XIX e inspiraram a criação do sistema judicial brasileiro, sempre conseguiram permanecer vivos em nossas estruturas. Felizmente, porém, estamos conseguindo nos libertar dessas amarras.

Ainda bem que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 127, definiu o Ministério Público como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais individuais. Assim, a Carta Magna conferiu à Instituição a legitimidade privativa para propor a ação penal pública.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra, como orador inscrito, para uma comunicação pessoal, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

Regimentalmente, S. Ex^a tem o direito de usar da palavra por cinco minutos, mas, em respeito a Rui Barbosa, mais cinco; em respeito a Saraiva, que fundou Teresina, a bela Capital do Piauí, tem mais cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria, neste instante, congratular-me com o Sindicato dos Jornalistas do Brasil, levando em conta que a Transpetro está querendo nomear 265 profissionais da imprensa. Não é a Petrobrás, não! É só a Transpetro: 265 jornalistas! Realmente, nessa base, o Lula cumprirá a meta dos dez milhões. Ainda está em três, mesmo assim de carteira assinada, que já estavam trabalhando.

Nessa base, a Transpetro, que não é bem falada no País, abre dez mil vagas – dez mil! – para cargos

de nível superior – engenheiro mecânico, 403; engenheiro civil, 315; relações públicas – a Transpetro vive no mar; relações públicas com os peixes, certamente, com os tubarões – 280 relações públicas!

Presidente, tome juízo, não permita isso! Isso eu sei que está sendo feito à sua revelia, mas tome conhecimento do meu discurso. Não faça isso!

Jornalista – repito –, 265; agente técnico de administração, 1.023; operador, 735; técnico de manutenção, 615; técnicos de segurança – veja como estão inseguros –, 595. Agora, engenheiro naval – a função da Transpetro é fazer navios – apenas 30.

Veja V. Ex^a, Sr. Presidente, que tem sido um atento em todas as notícias que correm neste País e que usa esta tribuna com tanta frequência para salientar as mazelas do Governo, vão dobrar o número de funcionários da Transpetro, que hoje é presidida por um ex-colega nosso, o Sr. Sérgio Machado. Mas, tenha paciência! Isso é impossível! Aonde é que vai a Petrobras? Sou um modesto acionista da Petrobras e sinto-me prejudicado com isso. Isso também vai tirar dos meus parques dividendos dessa empresa.

Chega, Sr. Presidente! Ou este Governo toma vergonha para atuar ou todos nós teremos que, diariamente, aqui, atacar os “tubarões” que vivem cercando o Governo, cujos integrantes, muitos deles, fogem da CPI.

Posso adiantar a V. Ex^a que a CPI terá êxito e, dentro de pouco tempo, grandes imoralidades surgirão em todos os setores das CPIs, tanto na CPI dos Bingos como na dos Correios. Há um propósito de sabotagem, mas nós não vamos cair nisso. O Presidente da Casa, eu o conheço, não deixará que isso aconteça. O Dr. Renan Calheiros tem sido um grande Presidente, mas, se uma CPI dessas fracassar, a culpa cairá sobre ele, porque nós teremos de prorrogar o prazo e fazer até outra CPI. E uma CPI da Petrobras, depois desse caso, é a coisa mais lógica do mundo.

Falo, Sr. Presidente, certo de que estou atendendo ao interesse público. O momento é de enxugar a máquina, mas, em cada lugar, o número de funcionários vai se multiplicando. Enquanto isso, a terra de V. Ex^a e do Senador Alberto Silva, que foi tida – o Município de Guaribas – como exemplo, está hoje numa situação pior do que ontem, conforme o jornal hoje mesmo demonstra. A situação lá é grave, não há emprego, 60% são analfabetos.

E essa era a cidade que, há três anos, o Presidente da República disse ao País que ia melhorar. Sei que V. Ex^{as}, Senador Alberto Silva, Senador Heráclito

Fortes, que prezam tanto o Maranhão, não vão admitir que isso aconteça em vão.

Por outro lado, acabo de ler o Dr. Fábio Compato, que é um grande jurista, tem idéias totalmente opostas à minha – portanto, tem mais valor o seu depoimento do que o meu – reclama que os Ministros do Supremo Tribunal tenham que ir ao Presidente da República antes de ele indicar para o Senado sabatinar. Para quê? Evidentemente para o Presidente, que é um culto, é um homem do Direito, é um grande professor de Direito, conhece Direito Penal, Civil – principalmente Penal ele deveria conhecer melhor – fazer uma arguição a essa figura, que se resume ao seguinte: eu vou ter mais um Ministro no Supremo, mas o senhor vai fazer como outros que eu tenho nomeado, mas seguem o Direito. O direito é o meu.” *L’Etat c’est moi!*, que V. Ex^a às vezes cita aqui. É assim que ele faz com as pessoas que vão lá.

De modo que é preciso respeitar. Respeitar o Supremo Tribunal Federal. Não digo que o nome que ele está indicando é ruim – não tenho autoridade para dizer. Diria até que é melhor do que eu esperava. Mas ele não tem o direito de chamá-lo ao Palácio. Mande o seu Ministro da Justiça conversar, mas respeite a pessoa que chega ao Supremo, pois quem chega ao Supremo chega no maior tribunal do País. O seu nome diz tudo. E se ele não respeita o Presidente ou o Ministro do Supremo, evidentemente, não vai respeitar mais nada neste País. A situação é grave, Sr. Presidente.

Nós precisávamos de ter um serviço de relações públicas, não na Transpetro! Não na Transpetro, mas aqui, para mostrar o que nós fazemos e como somos acusados injustamente. E, certamente, aqueles que nos acusam estão fazendo isso para favorecer o Presidente da República a ganhar nas pesquisas uns pontinhos que vão cair adiante. Ninguém faz o que V. Ex^a diz, Sr. Presidente. Só acontece uma vez: nascer, viver e votar no PT. Esse é o seu *slogan*. Esse vai ser o *slogan* do Brasil.

E o Senhor Presidente da República não pense que vai fazer o que quer, gastando o dinheiro público da maneira desbragada que gasta, desrespeitando o contribuinte, permitindo que a Petrobras, de uma vez só, numa de suas subsidiárias, gaste com dez mil empregos.

Está aqui, não sou eu quem está falando, é o jornal **O Estado de S.Paulo**, com todas as provas. Não vou ler o texto, faço até questão que os senhores comprem o jornal **O Estado de S.Paulo** para ver a desgraça total que está ocorrendo neste País.

Com isso, Sr. Presidente, falo hoje desta tribuna. Amanhã voltarei com coisas mais graves do que esta porque, infelizmente, o documentário da semana passada que eu guardei é grande, é bem maior do que as roubalheiras da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a usou precisamente dez minutos e dez é a nota para o pronunciamento de V. Ex^a.

Agora, triste é saber, Senador Alberto Silva, meu mestre, qual será o preço da gasolina, do óleo, do gás para os nossos.

Está inscrito o Senador Paulo Paim e, em seguida, o Senador Alberto Silva, do PMDB do Estado do Piauí.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, venho à tribuna para falar de um assunto que não foi tocado no dia de hoje ainda. No último dia 4, sábado passado, iniciou-se em São Gabriel, lá no Rio Grande do Sul, a Assembléia Continental dos Povos Indígenas. No dia 7, amanhã, vamos celebrar os 250 anos da morte do índio Sepé Tiaraju.

Esse assunto, Sr. Presidente, está tendo repercussão mundial. A agência internacional de notícia ÉFE anuncia da seguinte forma esse encontro tão importante para os povos indígenas: “Índios guaranis da América do Sul se reúnem no Brasil”. Cerca de 4 mil índios guaranis da Argentina, do Uruguai e do Paraguai estão reunidos, pela primeira vez, com seus pares no Brasil, por ocasião dos 250 anos da morte do índio Sepé Tiaraju. Sepé é considerado um mártir pelos povos indígenas da América, ao lado do inca Tupac Amaru.

O encontro, conhecido como Assembléia Continental dos Povos Indígenas teve início, como eu dizia, no dia 4, Senador Mão Santa, na cidade de São Gabriel, lá no Rio Grande, e vai terminar amanhã, dia 7, data em que tombou Sepé, em 1756. Sepé tomba no enfrentamento que fez com o exército binacional formado pela Espanha e por Portugal.

Esse assunto, Sr. Presidente, é tão importante para o Brasil que o Conselho Editorial do Senado reeditou este ano “O Tratado de Madri”, em dois volumes, e também a obra “Batalha de Caiboaté”, cuja apresentação tive a alegria de ser convidado para fazer. A Batalha de Caiboaté conta a história, a vida e a morte de Sepé e também o massacre de 1.500 índios.

A TV Senado fez um belíssimo trabalho. Produziu o documentário *Missões Jesuíticas: os guerreiros da fé*.

Sr. Presidente, além dos guaranis do Brasil, com delegações vindas do Pará, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Acre, Rondônia e Estados do Nordeste, estão presentes os caigangs, charruas, terenas, entre outros, além do Movimento Negro, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, trabalhadores sem teto, estudantes. ONGs e sindicatos também se encontram lá.

Estarão lá a Pastoral da Terra, Movimentos Tradicionalistas Gaúchos, Via Campesina, professores universitários, antropólogos, sociólogos, historiadores, artistas, músicos e uma delegação da Bolívia, enfim, uma representatividade enorme da sociedade latino-americana.

Recentemente, o Senado, por requerimento nosso, aprovou o voto de louvor a Sepé Tiaraju, em reconhecimento à sua resistência para preservar a cultura e o território onde os índios guaranis viviam. Essa homenagem será à Comissão da Terra Guarani.

A Assembléia dos Povos Indígenas, lá em São Gabriel, está discutindo também projeto de lei de nossa autoria que quer declarar o dia 7 de fevereiro, data da morte de Sepé, como Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, e também a sua inclusão no Livro dos Heróis da Pátria, ao lado de tantos homens que morreram defendendo este solo: Dom Pedro I, Tiradentes, Plácido de Castro, José Bonifácio, Almirante Barroso, Marquês de Tamandaré e Zumbi dos Palmares.

Sr. Presidente, o legado de Sepé Tiaraju continua mais vivo do que nunca. Sepé Tiaraju representa mudanças sociais, representa a importantíssima luta, tão bem destacada aqui da tribuna por inúmeros Senadores e Senadoras, pelo meio ambiente, mas também de que é preciso que reflitamos sobre a vida dos índios.

Os povos indígenas querem, sim, a demarcação de suas terras. Os negros, que também estão lá, Sr. Presidente, querem igualdade de oportunidades – aí lembro da terra dos quilombolas. Os trabalhadores sem-terra querem terra para trabalhar, para produzir pão. Os desempregados querem somente trabalhar. Os excluídos querem ter direito; querem ter direito, por exemplo, a não morar embaixo de uma ponte; querem um teto decente, uma cama para dormir. Os deficientes querem respeito, assim como os idosos.

Sr. Presidente, para a pesquisadora da Universidade Federal de Santa Maria, Ceres Brum, a história de Sepé Tiaraju ainda não terminou de ser contada. O

cacique guarani Mário Karai declarou que, se não há espaço para semear, não há espaço para produzir alimentos, saúde, educação, habitação para um povo”.

Nós, brasileiros, negros, brancos, índios, habitantes deste País, não somos estrangeiros; somos filhos deste chão e temos que buscar no passado essa trajetória de luta, de amor pela terra, de respeito às pessoas, de pátria, de reviver a **pacha mama**, a terra mãe. Queremos um Brasil para os brasileiros, a fim de encontrarmos soluções para os grandes problemas – e são muitos.

Sr. Presidente, diz a lenda que Sepé Tiaraju chorou rios de lágrimas. O grande líder sentou-se com as mãos na testa e começou a chorar. Durante o dia e a noite inteira esteve chorando. Chorou tanto e tanto que a terra foi se ensopando com as suas lágrimas. E foi se encharcando, cada vez mais e mais, até que suas lágrimas viraram água e começaram a correr. Em princípio um filete, depois uma sanga e, quando o sol despontou, já se transformara num rio de águas cristalinas e puras. E os índios beberam e se deliciaram. Ganharam força com a água, com a terra, com as florestas. E logo todos notaram que tudo estava mudado. O campo virou floresta verdejante. Os pássaros vieram cantar. E Sepé levantou-se altivo e exclamou: “Chere-

ça i apacui... Chereça i apacui...” Rio das lágrimas que verti... Rio das lágrimas que verti.

Sr. Presidente, termino dizendo um viva à nação indígena, um viva ao Brasil, um viva a este encontro: Assembléia Continental dos Povos Indígenas.

São Gabriel está de parabéns. O Rio Grande do Sul está de parabéns. O mundo, Sr. Presidente, está olhando para São Gabriel.

Quando falamos em genocídio, quem não se lembra daquele cometido não somente no Brasil, mas em inúmeras partes do mundo contra os índios? Por isso, é o momento de reflexão, de valorização de todos aqueles que são discriminados, índios, negros e mesmo brancos que são jogados na sarjeta e marginalizados. Esse é um grande debate da justiça, da igualdade, da liberdade.

Viva, Sr. Presidente, a nação indígena.

Tenho certeza de que o encontro de São Gabriel será um grande encontro. De lá sairão decisões que vão iluminar a caminhada daqueles que querem, efetivamente, construir um mundo em que todos tenham direito iguais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 110, DE 2006

Requeremos, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do

*comunicado Helio Albuquerque
M. Lelão (pai) Othmar Neto.*

- a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;**
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado**

onde for possível de relevar.

Sala das Sessões, em 6 de Fevereiro de 2006

Art. 218, Reg. Interno

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado. Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 111, DE 2006

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal c/c o inciso X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Ex.^{mo} Sr. Ministro de Estado da Educação, informações referentes aos estudantes brasileiros que concluem curso de medicina em universidades bolivianas e que desejam revalidar seus diplomas no Brasil ou fazer residência médica em hospitais universitários brasileiros, nos termos que se seguem.

Considerando a revogação pelo Decreto nº 3.007, de 30-3-1999, do Decreto nº 80.419, de 1977 que promulgou a Convenção Regional sobre o reconhecimento de estudos, títulos e diplomas de ensino superior na América Latina e no Caribe;

Considerando o disposto no § 2º do art. 48 da Lei nº 9.394, de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação c/c o parágrafo único do art. 2º Resolução CNE/CES nº 1, de 28.01.2002;

Considerando as recentes decisões do Poder Judiciário referentes ao assunto, especialmente as adotadas pelas 3ª e 4ª Turmas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, indago:

1) Há algum outro acordo ou convenção internacional firmado com países da América Latina, em especial, com a Bolívia, prevendo a reciprocidade na revalidação de diplomas de curso superior expedidos, o que dispensaria a revalidação por universidades públicas?

2) Em caso de resposta negativa ao quesito anterior, indago qual tem sido o tratamento conferido aos portadores de diploma de conclusão de conclusão de cursos de medicina expedidos por universidades bolivianas? Enviar relação detalhada dos pedidos de revalidação dos mencionados diplomas discriminados por universidades públicas brasileiras.

3) O tempo máximo de seis meses de apreciação dos pedidos de revalidação – art. 8º da Resolução CNE/CES nº 1, de 28-1-2002, tem sido respeitado?

4) Qual tem sido o tratamento dispensado aos pedidos de estágio opcional – em hospitais universitários brasileiros dos – acadêmicos brasileiros do sexto ano do curso de medicina em universidades bolivianas ? Quais são as

normas que balizam a análise dos mencionados pedidos? Quais são os principais óbices detectados?

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2006. _ Senador **Augusto Botelho**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o Senador Alberto Silva, do Estado do Piauí.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje para tratar de dois assuntos. O primeiro é uma comunicação.

Há mais de 30 anos, eu dirigia a Empresa de Eletricidade do Governo do Ceará, quando, em uma reunião havida logo depois daquelas reuniões da Sudene, estávamos eu, o Governador Virgílio Távora, o Ministro Reis Velloso, da nossa querida Parnaíba, Senador Mão Santa, e mais o Brigadeiro Sobral, que, naquele tempo, dirigia o DAC – não existia a Infraero –, e ali, numa conversa, lembramo-nos de que havia, fazia muitos anos, por iniciativa da Associação Comercial de Parnaíba, um campo de aviação. Era uma enorme área que a Associação Comercial havia separado para ligar Parnaíba também por via aérea.

Naquela época, conversando com o Ministro Velloso, eu disse: Ministro, não estaria na hora de transformarmos aquele campo de aviação da nossa infância – você também foi um companheiro de colégio, em Parnaíba – em um aeroporto? Por que não fazermos um aeroporto para o futuro? O Ministro Velloso declarou-se favorável. O Brigadeiro Sobral, do DAC, que era oriundo de Floriano, disse: “Não há dúvida. Tenho uma empresa de engenharia que trabalha na Amazônia, a Comara. Posso colocá-la à sua disposição, Sr. Ministro, para estudar o aeroporto de Parnaíba e fazer todas as instalações necessárias.” O Ministro Velloso combinou com o Brigadeiro. Fiquei encarregado – já havia sido prefeito de Parnaíba –, naquela ocasião, de acompanhar os engenheiros da Comara e entender-me com eles. A empresa, imediatamente, por ordem do Brigadeiro, montou um canteiro de obras em Parnaíba e começou a fazer um estudo de como seria o aeroporto daquela cidade.

Lembro-me bem de que disse: já que vamos fazer um aeroporto, vamos fazer logo a melhor pista para o futuro, porque não sabemos que tipos de avião virão. Naquela época, caro companheiro Mão Santa, ainda

nem existia o Caravelle. Os maiores aviões eram os DC4, DC6. Então, eu disse ao pessoal da Comara: vamos preparar essa pista para o futuro. Disseram: claro, basta que se faça uma base de tal forma compactada, que, qualquer que seja o tipo de aeronave no futuro, essa pista vai servir.

Assim, nasceu a pista do aeroporto de Parnaíba, com essas recomendações. Tenho a honra, graças a Deus, de ter podido influir nessa decisão. Não fizemos uma pistazinha qualquer, não. Fizemos uma pista de 2,1 mil metros de comprimento, preparada para o futuro. E o que aconteceu? Além da pista, foi feita a estação de passageiros, que V. Ex^a conhece. Foram feitas iguais. Aquela estação de passageiros de Parnaíba tem o mesmo desenho, o mesmo projeto do antigo Aeroporto Santos Dumont. O primeiro prédio é igualzinho ao prédio de Parnaíba.

Pois bem, passaram-se os anos, V. Ex^a e eu estivemos no governo, e ultimamente, quando o nosso ex-companheiro aqui, Carlos Wilson, assumiu a Infraero, eu lhe fiz um pedido pessoal: já que você vai para a Infraero e o Piauí é o único Estado que não tem algo assim que possa atrair o turismo, por que não transformar o aeroporto de Parnaíba em aeroporto internacional? Ele disse: vamos cuidar disso. E realmente cuidou, V. Ex^a sabe.

Foi só passar o aeroporto de Parnaíba, que estava sob os cuidados do Estado – V. Ex^a mesmo fez várias obras lá, e eu também –, para a Infraero, que tomou todas as providências para transformá-lo num aeroporto internacional.

Senador Mão Santa, senhoras e senhores, parnaibanos que estão me escutando, no dia 20, vai descer o primeiro avião fretado de Roma para Parnaíba, um 767. Olhem bem que não foi feito nenhum reparo na pista, a não ser superficialmente. A base daquela pista é capaz de agüentar um DC-10 ou um 767, com o que nem sonhávamos há trinta anos, quando eu e os engenheiros da Comara decidimos que a pista teria de ter essa garantia de peso sobre ela. Fico feliz de saber que vai descer o primeiro avião internacional na cidade de Parnaíba, que vai deixar lá alguns passageiros e depois vai decolar para Fortaleza e Recife, e no dia 27 volta, para buscar os turistas.

É hora de nós todos, piauienses, agradecermos ao Presidente da Infraero, o nosso companheiro Carlos Wilson, porque ele tomou essa iniciativa, lembrando que o Ministro João Paulo dos Reis Velloso e eu, graças ao bom Deus, que estava junto dele, quando era presidente da empresa de eletricidade do Ceará, com a ajuda do próprio Governador Virgílio Távora, fizemos o Aeroporto de Parnaíba como está hoje, e, graças a Deus, agora começa uma nova era para o Piauí com

vôos fretados, com um aeroporto internacional do porte daquele que está lá, em Parnaíba, construído há mais de 30 anos.

Essa era a comunicação que eu gostaria de fazer, agradecendo a quem de direito, como aqui mencionei.

Agora, lembro um pouco, com o tempo que me resta, a seca. Lemos nos jornais que a seca está tomando conta outra vez de várias regiões do Nordeste. E o Piauí vai ter também uma reunião dos prefeitos – convidaram-me até para ir – para saber que providências tomar para diminuir os efeitos da calamidade e fazer com que aquela gente sofra menos, já que sofre tanto, e o que fazer. Então, é hora. Se há de se fazer uma sugestão, faço-a agora ao Presidente Lula.

No passado – essas secas sempre existiram –, quando elas começaram no Império do Brasil, o Imperador Pedro II declarou: “Gastarei e venderei a última jóia da minha Coroa para não assistir a mais brasileiros do Nordeste morrerem de fome por causa da seca”. Realmente o Império fez um açude, um belo açude, todo revestido de pedra, bonita barragem, na cidade de Quixadá, no Ceará, que tem mais de 100 anos. Daí para cá, inúmeros açudes foram criados, porque se pensou: se há seca, vamos juntar a água que cai na estação de chuvas; e tem açude mesmo. Creio que o Ceará tem mais água acumulada em açudes do que um dos lagos do rio São Francisco e também os outros Estados. O que fazer? Esses açudes estão localizados em alguns pontos do Estado do Ceará, nos outros Estados do Nordeste e também no Piauí. O que seria conveniente fazer para o futuro?

Em caráter definitivo, é trazer a água do rio São Francisco? Não sou contra, mas acho que não; faço coro não apenas com aqueles companheiros daquela região, como da Bahia, Senador Antonio Carlos Magalhães, aqui presente, e vários outros, que acham que não deve haver essa transposição. Razões existem dos dois lados. Apenas diria o seguinte, pela ordem natural das coisas e pela lógica da engenharia que preside meu raciocínio: antes de levar o rio São Francisco para lá...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Permita-me, Sr. Presidente, e me dê algo de tempo mais, para eu tentar colocar este raciocínio.

Se há tanta água acumulada em todos os Estados nordestinos, por que não interligar essas águas com adutoras, com canais passando pelos pontos mais críticos da região semi-árida, atendendo ao maior número possível de pessoas que moram nessas áreas?

Repito um exemplo de que já falei aqui uma vez: no Estado do Ceará, por exemplo, o rio Jaguaribe passa quase na fronteira do Ceará com a Paraíba; está distante da região mais seca do Ceará em mais de 300 quilômetros. Então, não adianta pegar água do rio São Francisco e levar para o rio Jaguaribe, pois não se atende, de maneira alguma, a necessidade do semi-árido cearense, que conheço como a palma da minha mão. Então, esse é o exemplo. Nós poderíamos começar.

E aí vai um apelo: Presidente Lula, na hora da calamidade é que surgem os comandantes; V. Ex^a é o Presidente da República, tem uma oportunidade. Antes da transposição, Presidente, apanhe um bocado desse dinheiro e faça a interligação das bacias e leve água a todos, porque é muito mais barato. Não digo que não faça a transposição.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Permita-me, Sr. Presidente, pois encerro já. Não é que eu seja contra a transposição; num determinado momento, vamos dizer que sim. Quando todas as bacias dos açudes estiverem interligadas, para complementar e garantir a evaporação, aí, sim, que venha a água do rio São Francisco. No entanto, para o rio São Francisco poder ceder água ao Nordeste, é preciso tirar um pouco do rio Tocantins; vamos ligar o rio Tocantins ao rio São Francisco e, aí sim, poderemos tirar água do rio São Francisco para levar para o Nordeste.

Creio que o Senador Antonio Carlos confere o que digo aqui. O São Francisco não tem água bastante; eu já vi o rio São Francisco no caixão duas vezes.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Concluo, Sr. Presidente.

Presidente Lula, para o futuro, a interligação. Para o momento, creio que, em relação a todos aqueles que fizeram as suas roças e perderam, faça o que fiz quando eu era governador. Não entrei no programa de frentes de emergência. Eu propus que o Banco do Brasil emprestasse a 200 mil lavradores do Piauí, que estavam sofrendo as conseqüências da seca – não era dinheiro dado e, sim, emprestado –, meio salário mínimo por mês enquanto durasse a seca, para trabalharem nas suas roças. Assim, quando chovesse, teriam a roça pronta.

Poderíamos fazer isso agora. Naquele tempo, foi empréstimo, e eles pagaram tudo. Agora, Sr. Presidente, permita-me que assim o diga: temos o Pronaf, e é muito dinheiro; em vez de aplicar apenas da maneira como está aplicando, aproveite a calamidade e utilize o Pronaf para os lavradores fazerem as suas roças.

Não vão para uma frente de emergência, mas, sim, para a roça.

E a água, Senhor Presidente? Não deixe os carros-pipas pegarem água em qualquer barranco, água suja e que não convém. Os carros-pipas devem ser comandados pelo Exército e deve haver um filtro em cada carro-pipa, para que a população não beba água estagnada, água imprópria.

Essa é uma sugestão que espero que aconteça. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Alberto Silva, do Piauí, concedo a palavra ao orador inscrito Alvaro Dias, do PSDB do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 06 DE FEVEREIRO, DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Rio Grande do Norte, que preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, boa-noite.

Senador José Agripino, nós, do Nordeste, crescemos com **Os Sertões**. Neste, o autor disse: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte.” E aqui estamos.

Lula avisa: “Tudo pelo PMDB.” Senador Antonio Carlos Magalhães, queria dizer-lhe que o PMDB não tem nada a ver com Lula, nem Lula com o PMDB. Eu gostaria de dizer isso com a mesma força com que o Senador Antonio Carlos Magalhães diz que uma decisão do PFL sem a participação dele não vale.

Eu digo aqui no Senado, Senador Garibaldi: não vale nada sem nós. Eu represento a história do PMDB, a luta do PMDB. Não vale nada, Lula! Estão lhe enganando! Estão lhe traindo! Aliás, o senhor merece, porque o senhor enganou o povo do Brasil, os brasileiros, os trabalhadores.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Concorde totalmente com as suas palavras, menos com a expressão “ACM diz”, mas “ACM dizia”.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Menos?

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Menos com a expressão “ACM diz”. Eu dizia no passado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, mas V. Ex^a sabe – e quero dar o testemunho – que o partido de V. Ex^a cresce na Bahia, no Piauí e no Brasil, pela postura de coragem de homem público que V. Ex^a e outros têm. E essa coragem tem também o meu PMDB.

Quero lhe dizer aqui, Lula: Vossa Excelência não tem força nenhuma no PMDB!

Senador Antonio Carlos Magalhães, o PMDB atraiu pessoas como nós, que estudamos, que entendemos a coisa. Não tem nada a ver com a cegueira política da ignorância audaciosa do PT e de Lula.

Nós estamos aqui representando o PMDB, Senador Garibaldi! Nós recebemos o PMDB porque entendemos a coisa. Estamos aqui representando o povo, o povo que, buscando uma forma de governo, foi à rua e gritou: “Liberdade, igualdade e fraternidade”. Esse grito, Senador Botelho, fez cair todos os reis, todos os ditadores do mundo, e fez nascer a República: o governo do povo, pelo povo e para o povo. E é este o compromisso do PMDB: é com a democracia, é com o governo do povo.

A democracia nasceu do povo, e, no PMDB, a mensagem de Ulysses Guimarães era: “Ouça a voz rouca das ruas”. Quem está na rua é o povo. A intimidade do PMDB é com o povo! O PMDB não tem intimidade nem cumplicidade com palácios! É com o povo! E eu o represento. Essa é a verdade.

O PMDB não faltou à democracia na ditadura. Ulysses Guimarães aqui se candidatou, sem perspectiva nenhuma contra Geisel, no Colégio Eleitoral, para poder falar e clamar ao povo, para acreditar no renascer da democracia.

Então, sim, a democracia tem a ver com o PMDB; com o sacrifício de Teotônio Vilela, moribundo, cancelado, pregando a democracia; com o nosso Tancredo Neves, que sabia que estava doente, mas protelou seu tratamento para garantir a transição democrática; com Juscelino Kubitschek, esse, sim, – médico como eu, cirurgião de Santa Casa, Prefeito, até cassado –, sacrificado pela democracia. Esse é o PMDB!

Ó Lula, se manque! Vossa Excelência não vai comprar o PMDB como banana podre, como qualquer outro vendilhão. O PMDB é do povo. O PMDB é da democracia. O PMDB é do Brasil. Aprenda, Lula: só há democracia com partidos fortes. O nosso Partido tem a história mais bela e mais firme do período contem-

porâneo; nós não vamos vendê-la por nenhum cargo. O baiano Rui já disse: “Não troco minhas convicções por um ministério”. Falo como homem do Nordeste, como homem do PMDB: nós não vamos trocar. Ô Lula, se manque! Lá, no Piauí, onde Vossa Excelência está usando a podre máquina federal e estadual, não vai levar o PMDB. Lá, no Piauí, nós vamos enfrentar. Nós enfrentamos os portugueses e os expulsamos na Guerra do Jenipapo para fazer este País livre. Nós vamos expulsar os vendilhões do PMDB. Lá, nós vamos eleger o Senador da República do PMDB. Nós não vamos vender o mandato de Alberto Silva, como já estão negociando. Nós vamos trazer Alberto Silva, como os baianos trouxeram Rui Barbosa. No fim da vida, com 32 anos de mandato, os baianos não faltaram a Rui Barbosa. Nós vamos eleger o nosso Senador do PMDB, fazer voltar a esta Casa ele que é o presidente. Então essa é a nossa concepção.

Olha, não quero que acabe o PT, de maneira nenhuma; nós queremos enfrentá-lo, peito aberto! Soberano da democracia, Senador Garibaldi, é o povo. Quando governei o Estado do Piauí, Deus me permitiu falar, com muita fé e muita convicção, Senador Antonio Carlos Magalhães: o povo é o poder. Nunca disse que eu era o poderoso, que o Governador era o poderoso. O povo! A democracia é do povo.

Tirar o PMDB da disputa é como tirar o Flamengo do campeonato carioca; é como tirar o Brasil do campeonato mundial de futebol. Isso é um descaramento dos que estão aí se oferecendo para que o PMDB seja rabo do PT. Isso não vai acontecer; estaremos na luta. Falo com convicção, Senador José Agripino. No início dos anos 70, lá estávamos, na nossa cidade de Parnaíba, a conquistar a prefeitura contra os canhões e contra a ditadura. Foi longo e sinuoso nosso caminho; e esse é o nosso Partido.

Senador Garibaldi, V. Ex^a é testemunha da história. Atentai bem! Em 1994, o nosso Partido teve um candidato a presidente da República; mesmo não tendo êxito Orestes Quércia, o PMDB foi o pai que trouxe ao Brasil nove governadores. Essa é a minha convicção, mesmo o Quércia não sendo vitorioso, Senador José Agripino, ele fez nove – nove! –, um terço dos governadores do Brasil. Desses nove, cinco estão aqui, levantando a bandeira do PMDB: o Presidente Garibaldi, o José Maranhão, o Maguito, o Raupp e Mão Santa. Isso mostra que a candidatura própria traz maior número de governadores, maior número de senadores – e faremos voltar aqui, entre eles o do Piauí, do PMDB, Alberto Silva –, maior número de deputados federais, maior número de deputados estaduais e possibilidade maior de conquistar prefeituras e câmaras de vereadores.

Então este é nosso sentimento: o Partido é o nosso patrimônio para que surjam novas lideranças. Então, Lula, eu aviso: “Tudo pelo PMDB”. Lula, eu aviso: Estão te enganando! Os que estão aí tramando e vendendo o PMDB são do passado, da traição e da vergonha. O PMDB tem hoje unidade de comando e direção: é o nosso Presidente Michel Temer. Ele é o líder, ele auscultou a base e o povo do PMDB. Em convenção, em assembleias, o Partido decidiu por candidaturas próprias. E vamos oferecer os candidatos do PMDB. Nós nos curvamos à razão do PMDB e da democracia, que é o povo; o povo é soberano e decidirá. Mas eu decido, neste Senado, a falar pelo PMDB autêntico, histórico, pelo PMDB que fez renascer a democracia, por Ulysses Guimarães, encantado no fundo do mar, por Teotônio Vilela, Tancredo e Juscelino; digo que o PMDB nunca faltou à pátria e à democracia! Nós vamos – como disse o Apóstolo Paulo – percorrer os nossos caminhos, que são os caminhos do povo brasileiro, vamos pregar a nossa fé no direito à soberania e à democracia e combater o bom combate que é estar presente no grande banquete da democracia, nas eleições e nos curvaremos à soberania do povo.

Então, vamos à luta e à vitória, buscar a riqueza da democracia, que é a alternância do poder. Todos juntos! O PMDB tem dois extraordinários candidatos a Presidente, e compete aos nossos filiados, no dia 19 de março, dia de São José, decidir pelo melhor para vencermos as eleições e colocar este País, acreditando no trabalho, para atravessar uma nova fronteira, com imaginação, inovação, criação e trabalho, abençoados por Deus, levando este País a uma democracia mais forte, à prosperidade e felicidade que o povo do Brasil merece.

Era o que eu tinha a dizer Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN, Como Líder, sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante boa parte do final do ano e pelos primeiros 15 dias do mês de janeiro, o Congresso foi alvo de críticas – ácidas críticas – por parte da imprensa que traduziam insatisfação da opinião pública com o desempenho do Congresso. Humildade diante dos fatos, é preciso que se reconheça que a crítica tem justificativa e que o Congresso tem razões para o baixo desempenho que pôde apresentar durante o ano de 2005, que nada mais é do que – todos nós estamos conscientes – o entulhamento de medidas provisórias na pauta da Câmara e do Senado que nos impediram de trabalhar e votar matérias de interesse coletivo.

O Congresso foi açoitado duramente! O Poder Executivo aproveitou a oportunidade e saiu do foco, até recebeu um certo alento, o que, na minha opinião, é absolutamente fortuito, é passageiro, porque as razões de desgaste do Poder Executivo são permanentes; e o que é permanente não se dilui com o interstício de um mês de fôlego. O fato é que estamos vivendo o período de convocação extraordinária, e eu queria aqui falar um pouco sobre o que nós já conseguimos votar e o que falta votar.

O mal maior já foi praticamente resolvido. Espero que amanhã possamos votar o projeto de regulamentação de tramitação de medidas provisórias, a cargo do Senador Antonio Carlos Magalhães, que aqui se faz presente, que já foi objeto de duras discussões, de ácidas discussões, de busca de entendimento e de voto. Espero que decidamos esse assunto definitivamente, em segundo turno, no voto. Quem tiver mais voto vai ganhar.

Temos um ponto de vista, que o Senador Antonio Carlos Magalhães defende – não sei se é o ponto de vista da Senadora Heloísa Helena, creio que sim, –, que é o de, para evitar o entulhamento da pauta, dizer ao Poder Executivo que não vem que não tem. Se ele mandar medida provisória que não seja urgente, relevante, constitucional, ela não entrará em vigência, mas se transformará em projeto de lei em regime de urgência, que é a forma mais eficaz. Assim se estabelece o grande filtro, que é a Comissão de Constituição e Justiça examinar a medida provisória num período curtíssimo, rapidamente, a admissibilidade da medida provisória. E isso nós vamos votar amanhã.

Espero que possamos impor o nosso ponto de vista, a bem da boa tramitação das matérias legislativas.

Essa foi uma matéria que nós praticamente já liquidamos. Amanhã eu espero que venhamos a completar a votação definitiva dessa matéria, para remetê-la à apreciação da Câmara dos Deputados. Assim, o Senado terá feito a sua parte.

Durante os trabalhos da convocação extraordinária – registre-se –, temos votado e por horas seguidas. Já conseguimos retirar da pauta o que o “entulhamento” de medidas provisórias não nos permitiu votar antes, como, por exemplo, a Lei de Florestas. Ela foi votada e entregue ao Poder Executivo para promulgá-la.

Quanto à reforma do Judiciário e adequações no Código de Processo Civil, algumas partes foram votadas e outras não, mas até o dia 15 de fevereiro, seguramente, votaremos essa matéria.

Cortando na própria carne para dar o exemplo, e era preciso dar o exemplo, em uma atitude acertada – a opinião pública tinha razão –, foi votado no Parla-

mento o fim da remuneração das convocações extraordinárias. Já está encerrada essa questão, não há mais remuneração por convocação extraordinária.

Está para chegar e será votado o projeto que estabelece o encurtamento do recesso parlamentar, que não são férias, mas recesso. Esse é o período em que o Congresso pára para que o Parlamentar possa ter um contato mais estreito com a sua base. Isso será seguramente votado.

Agora, há um projeto, Senador Garibaldi Alves Filho, que consta das prioridades da convocação extraordinária e que, malparado, nós temos obrigação de dar-lhe uma sacudida. Estou me referindo ao Projeto de Lei da Câmara nº 142/2005, que dispõe sobre a repactuação das dívidas oriundas de operações de crédito rural, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene –, e altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

Senador Antonio Carlos, eu passei agora o fim de semana em meu Estado. E cada vez em que vou ao meu Estado, como V. Ex^a, eu recebo várias pessoas, e os problemas chegam. É grande a quantidade de pessoas que estão reclamando, além da seca que está posta, da absoluta impossibilidade de repactuar suas dívidas.

Na semana passada, aqui estive o Governador Blairo Maggi, do Mato Grosso, tratando da recomposição de compromissos tomados pela agricultura próspera do Mato Grosso. Imaginem a situação do agricultor da Bahia, do meu Rio Grande do Norte, de Alagoas, de Sergipe, de Pernambuco, da Paraíba, do Ceará, do Piauí, do Maranhão, da área da antiga Sudene, hoje Adene, que responde pela atividade rural, pela fixação do homem no campo, pelos empregos gerados no campo, que são poucos! Estão amordaçados pelas entidades de crédito, porque não pagaram seus débitos. Não pagaram não porque não quiseram, mas porque não puderam. A atividade de agricultor no Nordeste é quase ato de heroísmo. O agricultor tem de ser acompanhado, subsidiado e ajudado.

Há um projeto de lei sobre essa matéria, que consta da convocação extraordinária e que, até agora, não deu passos sólidos. E o que eu queria hoje? Queria lembrar, Senadora Heloísa Helena, quantas vezes V. Ex^a foi comigo ao Ministério da Fazenda – fomos juntos inclusive com o Senador Renan Calheiros – para tratar desse assunto, que continua malparado. E estamos aqui para produzir, produzir para eles que estão lá confiando na gente. Eles só podem confiar na gente. E temos de dar tratos à bola para chegarmos ao final.

Como vamos votar a tramitação de medida provisória? Temos que votar. Se o Governo não concordar com os termos da lei, que assuma a responsabilidade de vetar. O projeto de lei, Senador Rodolpho Tourinho, já foi aprovado por amplo consenso na Câmara dos Deputados. Agora ele está aqui no Senado, e temos de encontrar os caminhos para votá-lo.

A relatoria dessa matéria foi entregue ao Senador Heráclito Fortes, que, instado pelo Senador Fernando Bezerra, entregou-a ao Líder do Governo. O Senador Heráclito Fortes entendeu que, entregando a relatoria ao Líder do Governo, facilitaria a tramitação. Não sei que dificuldades o Senador Fernando Bezerra está encontrando para apresentar o seu relatório, mas conheço os princípios que norteiam o desempenho do mandato de Fernando Bezerra e sei que S. Ex^a vai sintonizar-se com os agricultores e com a região que representamos.

Essa matéria, Senador Antonio Carlos Magalhães – já lhe concedo o aparte –, tem de ser votada; ela precisa ser votada até porque os bancos oficiais estão lançando mão do patrimônio do pequeno agricultor e vão transformar o pequeno pedaço de terra em uma propriedade do banco para, aí, sim, transformá-la em terra improdutiva. Ou tomamos providências com urgência, ou a situação vai ficar cada vez pior.

Espero que o Senador Fernando Bezerra, com o patriotismo e o regionalismo que lhe são peculiares, bem como com os compromissos que tem – e sei que os tem –, em primeiro lugar, com o agricultor, e não com o Governo, apresente o seu relatório na Comissão de Assuntos Econômicos. Assim, poderemos debatê-lo, votá-lo, e trazê-lo para o plenário, a fim, Senador Jonas, de dar uma resposta à expectativa do agricultor, que considera a sua última tábua de salvação esse projeto de lei, que – repito –, foi aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a, mais uma vez, verbaliza pelo Nordeste o nosso ponto de vista. Realmente os agricultores do Nordeste estão passando pela pior fase de suas vidas. E mais do que isso, agora a seca chegou para valer em vários Estados nordestinos, em quase todos. Se não fizermos uma votação como essa vamos, realmente, penalizar, mais uma vez, os agricultores brasileiros, em particular os do Nordeste. Queria fazer um apelo – não posso falar na Câmara dos Deputados, até porque não devo – ao Deputado Aldo Rebelo e a esta Casa também, para que fizéssemos um esforço e votássemos, pelo menos durante a convocação extraordinária, às segundas-feiras. Que houvesse ordem do

dia nas segundas-feiras, para podermos votar todas essas matérias da convocação extraordinária e dar resposta àqueles que não acreditam no Congresso Nacional. Não acreditando no Congresso Nacional, estarão fazendo o jogo do Presidente da República, que está transferindo para nós a culpa do desastre do Governo dele. Daí por que eu queria fazer um apelo ao Presidente do Senado, e V. Ex^a, como Líder, poderia verbalizar esse apelo aos demais Líderes partidários, para que em todas as segundas-feiras houvesse ordem do dia nesta Casa. Assim, poderíamos votar as matérias em tramitação.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (PFL – RN) – Agradeço a V. Ex^a o teor do aparte e a ótima sugestão, que já encampei. Pelo menos até o dia 15 de fevereiro, que é o final da convocação, poderíamos votar às segundas-feiras para darmos consequência à pauta estabelecida. Sou testemunha de que V. Ex^a, a Senadora Heloísa Helena e muitos outros Senadores estamos aqui às segundas-feiras para falar. Por que não estamos aqui para deliberar? Tem toda razão. Tomarei a iniciativa de propor ao Presidente Renan que daqui até o dia 15, pelo menos, possamos deliberar às segundas-feiras para dar consequência prática à pauta de convocação.

Ouçó, com muito prazer, a companheira de lutas em defesa do agricultor do Nordeste – e de muito tempo, diga-se de passagem –, a Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Primeiro, quero compartilhar a proposta de se trabalhar normalmente, até porque, infelizmente, existe uma cultura maldita e perversa de que o Senado e a Câmara trabalham apenas dois dias – já sabemos praticamente quais os Senadores que trabalham segunda, quinta e sexta. Claro que não existe nenhuma obrigatoriedade de que o trabalho do Parlamentar não possa ser feito em reuniões em outros Estados, em seus próprios Estados, discutir com determinados setores da sociedade. Claro que essa rigidez não está estabelecida. No caso do Presidente Aldo, apanhou até muito mais, porque ousou ter a sinceridade de estabelecer para o trabalho três dias, que já é o que acontece de fato. Acontecem dois dias de trabalho. Como ele ousou tentar superar a hipocrisia, acabou apanhando muito mais. Mas é um problema do Senado, como foi dito pelo Senador, e da Câmara de estabelecer essa cultura maldita e perversa de se trabalhar dois dias. Então, qualquer proposta que seja feita para mim está tudo bem, porque todos nós estamos aqui cumprindo a nossa obrigação constitucional, não é nenhum ato heróico pessoal. Em relação ao problema dos produtores, diz muito bem V. Ex^a, lembrando a Comissão de Senadores que ia, ainda no

Governo Fernando Henrique, ao Ministro da Fazenda e agora ao Secretário-Executivo do atual Ministério da Fazenda. V. Ex^a também esteve lá. As justificativas são exatamente as mesmas. Nunca vi tanta semelhança em relação à cantilena enfadonha e mentirosa de dizer que não é possível corrigir as distorções do saldo devedor das dívidas dos pequenos e médios produtores rurais e, do mesmo jeito, impedir a repactuação da dívida. Existem projetos aqui, Senador Agripino – não apenas a luta de V. Ex^a e de muitos outros –, para todos os gostos. Há projeto do Senador César Borges, do Senador Valadares e meu também. Na Câmara dos Deputados, há projetos de vários Parlamentares também dando conta disso. É essencial corrigir as distorções do saldo devedor, porque senão tornam-se dívidas impagáveis que vão sendo roladas, cada vez, a um custo muito grande para o Estado, para o pequeno e médio produtor, e nada é feito. Do mesmo jeito, a anistia em relação à agricultura familiar, que perde sua produção por problemas climáticos. Por que não pode acontecer isso? É absolutamente natural, factível, dentro do bom senso e da lógica formal. Por que é que não pode fazer isso? Por que é não pode, enquanto se está discutindo no Congresso Nacional, a suspensão das execuções pelas instituições oficiais de crédito em relação aos pequenos e médios produtores? V. Ex^a lembra, isso foi prometido no governo passado, não fizeram. Continuaram executando. O atual Governo prometeu do mesmo jeito e não fez. Continua executando. Mentiui aqui no Congresso Nacional. Foi aprovada uma medida provisória, dizendo que estava repactuando a dívida. Foi uma briga tão grande que eu peguei para defender, inclusive os pequenos e médios produtores do Nordeste e de Alagoas, que eles tiveram a ousadia de colocar isto: a Senadora brigou, liquidando o Governo, fazendo críticas ao Governo. Quando fizeram o memorial para minha expulsão do PT, usaram essa medida provisória do setor agrícola porque aqui denunciei que era uma farsa, não ia repactuar a dívida dos pequenos e médios produtores, continuaria aniquilando a agricultura familiar, que teve perda de safra por problemas climáticos, e não repactuou absolutamente nada. Bons corações dos produtores se iludiram, quando chegaram aos bancos viram que não deu nada. O então Líder do PSB aqui, Senador Antonio Carlos Valadares, fez até uma cartilha para dizer como ia ser feito. Acabou, coitado, constrangido com tudo o que tinha sido feito, veio cobrar no plenário também porque, infelizmente, o Governo não teve a sensibilidade que era necessária de garantir, volto a repetir, a correção das distorções do saldo devedor, que é essencial que seja feita. O Senador Ney Suassuna, semana passada, estava falando sobre isso aqui também. Tem que se corrigir

as distorções. Por que isso não pode ser feito? Qual a lógica formal que impede que se analise corrigir as distorções do saldo devedor para saber, de fato, o que se deve? Depois, repactuar, alongar o perfil da dívida, ter uma política clara...

(Interrupção do som.)

Senador José Agripino, peço desculpas por alongar-me. Infelizmente, nem tem política para reforma agrária, para os assentamentos, nem tem política para quem tem terra. Quando analisamos o Censo Agropecuário do Brasil, observamos que o número de famílias que perderam terras consegue ser maior do que o número de famílias assentadas. Então, tem razão de existir um país de dimensões continentais como o Brasil, com diferenças climáticas gigantescas, com diferenças de zoneamento agrícola, de preço estabelecido para o alimento, para o mercado consumidor, e o Governo não ter a sensibilidade que é necessária? Realmente é muito triste. Tenha a certeza de que a minha tristeza existia no Governo passado, mas ela consegue ser muito maior, um misto com a indignação, porque tudo isso falávamos antes, denunciávamos. O Programa Fome Zero não era um programa assistencialista como esse. O Programa Fome Zero era um eixo estratégico de desenvolvimento para a geração de emprego, vinculado à ...

(Interrupção do som.)

... reforma agrária e ao produtor rural. Era vinculado à produção rural, à agricultura familiar, ao pequeno e médio produtor, ao zoneamento agrícola, à política de preço, a uma política de abastecimento. Esta é que era a lógica do Fome Zero: a articulação com o pequeno produtor. Infelizmente, o pequeno produtor rural de todos os Estados nordestinos está em dificuldades. Sei que o Senador Osmar Dias, se aqui estivesse, diria que não é apenas de lá; o Senador Jonas Pinheiro, que sempre nos ajudou muito, também diria que não é um problema só do Nordeste, mas a conjunção das adversidades climáticas, a própria população consumidora, numa situação muito mais precária, cria um problema maior para a comunidade nordestina. Desculpe ter-me alongado no aparte a V. Ex^a, mas queria apenas explicitar a posição em relação a isso.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço até a sua manifestação mais alongada, porque me enseja fazer algumas observações. O problema do crédito rural, Senadora Heloísa Helena...

(Interrupção do som.)

...Sr^{as} e Srs. Senadores, vem se avolumando, é um copo que vem enchendo e há bastante tempo. À época do governo anterior, primeiro de tudo, havia

diálogo. Eu me lembro como se fosse hoje da última audiência que nós tivemos com o Dr. Bernardo Appy, na sede do Ministério da Fazenda. Coração de pedra, Senador Ney Suassuna. Ouvia e anotava as coisas e não fazia compromisso nenhum; diferente do governo passado, onde aconteceram muitas coisas, não coisas definitivas, eu até concordaria, mas aconteceram repactuações de débito e havia diálogo, havia coração para ouvir.

Senadora Heloísa Helena, veja bem, são dois pesos e duas medidas. Como é que se tem coragem de perdoar a dívida do Gabão, de Moçambique, de Angola, a dívida dos países “a”, “b”, “c” ou “d”, que são milhões de dólares, se não se tem meios ou instrumentos para repactuar, para dar um fôlego, ao pequeno produtor rural da região mais pobre do País? Onde é que esses países que tiveram suas dívidas perdoadas pelo Governo Lula são mais pobres do que o homem pobre do interior da Paraíba, ou da Bahia, ou de Alagoas ou do Rio Grande do Norte? Onde?

E por que aquele coração de pedra, tão duro do atual Governo? Não aceito isso. Então tem que haver a manifestação pela vertente legislativa e nós temos que fazer valer a nossa nordestinidade nesta Casa. Tenho certeza de que os brasileiros com assento nesta Casa, de todos os Estados, serão solidários com os argumentos que haveremos de apresentar.

Ouçó com prazer o Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador José Agripino, estou solidário com o seu discurso, sobretudo porque, como V. Ex^a assinalou, milhares de produtores rurais do Rio Grande do Norte, por exemplo, que recorreram a empréstimos para investimentos nas suas propriedades ou para custeio agrícola, em razão da frustração dessas safras, estão sendo agora, com o não-pagamento, surpreendidos com a inscrição dos seus débitos na dívida ativa da União. Ora, com esse procedimento, os agricultores, pecuaristas e produtores ficam incapacitados de vender, de adquirir bens imóveis, de abrir empresa e de firmar contrato de qualquer natureza, entre outros impedimentos, já que não podem obter certidão negativa de débitos perante a União.

A medida adotada pelos bancos, que é discutível sob o ponto de vista de amparo legal, está sendo considerada pelos ruralistas, segundo registro da nossa imprensa, uma espécie de chantagem já que, na maior parte dos casos, o cálculo dos débitos inscritos na dívida ativa, merece revisão ou pode ser questionado judicialmente.

A situação é cada vez mais grave e só a aprovação de um projeto como esse que veio da Câmara,

cujo substitutivo foi de autoria do Deputado norte-riograndense Nélio Dias, é que poderá, ao lado de outros, se constituir em uma saída para os produtores.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço a V. Ex^a, que acrescenta o fato – que eu já havia colocado – de que nossos agricultores estão sendo executados. Os nossos agricultores estão sendo executados e estão tendo suas dívidas inscritas na dívida ativa, por um valor absolutamente exorbitante, uma dívida que é potencializada por cálculos malucos da rede bancária e que vão para a dívida ativa por esses valores malucos absolutamente impagáveis.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – É queda e coice! E nós é que temos de nos antecipar para evitar a queda e evitar o coice que estão dando nos agricultores e pecuaristas da nossa região.

Ouçó, com prazer, o Senador Antonio Carlos Magalhães, que tem uma observação a mais a fazer, e, em seguida, os Senadores Ney Suassuna e Rodolpho Tourinho.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Serei rápido, Excelência. É apenas para corroborar as colocações do Senador Garibaldi Alves Filho, de V. Ex^a e da prezada Senadora. É verdade! Acabam com o agricultor e não recebem nada. Qual é a vantagem do Governo se ele não vai receber mesmo porque não há como pagar? Tem de se encontrar a fórmula. Fora daí, é uma atitude pouco inteligente, para não dizer burra, das autoridades econômicas do País.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – É isso, Senador Antonio Carlos Magalhães. Recebem uma terra que era produtiva da mão do pequeno agricultor, esterilizam a terra e a tornam improdutiva.

Ouçó o Senador Ney Suassuna, que, tenho certeza, como Líder do PMDB, ficará solidário com o agricultor da sua Paraíba.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Não só da minha Paraíba, Senador, mas de todo o Nordeste e de todo o País. Essa é uma medida genérica. O semi-árido da Bahia, do Senador Antonio Carlos, é igual ao Rio Grande do Sul ou a Santa Catarina? Temos de olhar diferenciais. Ah, mas existe. Há um rebote de 70%. Mas em que área? Essa foi a grande grita na minha passagem pela Paraíba esta semana. Um Município tem o rebote, o vizinho não tem. Como passar essa linha? Qual é essa linha? Por isso, nós, do Nordeste, temos que nos reunir para discutir, inclusive esse critério. Hoje eu aqui, falo com muita tranquilidade, no ar .no ar condicionado, com água à disposição...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Lembro o ilustre Senador de que 25 minutos para V. Ex^a foi muito bom para o País.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já encerro, Sr. Presidente.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Vou concluir, Sr. Presidente. Então, em nossa reunião, ao mesmo tempo em que falávamos disso, falávamos do carro-pipa, que não existe, dos critérios políticos para distribuir água nos poucos Municípios que a estão recebendo neste momento. Realmente, é muita tristeza. Isso já vem se delongando. Amanhã ou depois, o PMDB vai recomendar o voto “sim” ao relatório do Senador Fernando Bezerra. Temos que parar para pensar no agricultor, porque sem ele não há comida. Sem o pequeno pecuarista, sem o agricultor, não haverá comida na mesa do brasileiro. Temos que pensar duas vezes. Embora eu seja da Base de apoio ao Governo, amanhã votarei a favor dos agricultores do Nordeste do Brasil.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sem eles, Senador Ney Suassuna, vamos criar uma legião de desesperados. Para quê? Vamos deixar uma legião de desesperados e um estoque de terras para o Banco do Nordeste? Para que os bancos a, b e c não façam nada?

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – E as famílias despedaçadas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Que burrice é essa? Cadê a sensibilidade do Governo. O copo está enchendo. Quando encher, teremos uma legião de desesperados agressivos – com justa razão.

Ouvirei, com muito prazer, o Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Eu só queria lembrar que, nessa questão de não repactuação imediata das dívidas, cada dia que passa fica pior. Daqui a pouco vamos ter necessidade de outras medidas provisórias, para que se retirem multas e juros de mora, tudo isso. Quer dizer, só faz agravar. E eu queria chamar a atenção também para outro aspecto agravante, sobretudo no caso do Nordeste, caso específico de alguns Municípios da Bahia de que tive conhecimento: com essa seca, a coisa fica muito mais grave. Quer dizer, toda essa postergação do Governo Federal, além de demonstrar uma enorme incompetência cada vez vai piorar a situação do agricultor.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço, Sr. Presidente Mão Santa, a tolerância de V. Ex^a e deixo aqui reiterada a nossa posição, de nordestinos.

Sei que conto com V. Ex^a. Estamos votando a pauta, trabalhando para fazer jus a uma imagem decente do Congresso Nacional. Amanhã vamos votar o novo rito de processamento das medidas provisórias. Agora, temos que fazer um esforço especial para votarmos até o dia 15 de fevereiro a repactuação dos débitos do crédito rural dos agricultores ligado à região da Sudene. É uma legião de desesperados, é uma legião de pessoas afeitas ao trabalho na terra que tem o direito de merecer a atenção que vai ter do Congresso Nacional, porque temos que votar essa matéria e essa matéria vai ter que ser votada. E a boa sugestão aqui apresentada foi a do Senador Antonio Carlos, que propõe o que vou propor: que daqui até o dia 15, todas as segundas-feiras, fazemos sessões deliberativas, para avançarmos definitivamente com a pauta justa a que nos comprometemos e que temos obrigação de votar.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Garibaldi Alves Filho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, o Senador Rodolpho Tourinho solicita-me uma permuta. Por mim, está tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, do PFL da Bahia.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes, congratulo-me com a proposta do Senador Antonio Carlos Magalhães, já aceita pelo nosso Líder, Senador José Agripino, de que tenhamos, às segundas-feiras, sessões deliberativas, de modo a que possamos avançar na pauta do que deve ser votado durante a convocação.

Também trago hoje notícias de jornal que, de alguma forma, deixaram-me muito preocupado. São notícias, até certo ponto, estarrecedoras, porque se trata de uma coisa extremamente problemática, que já foi discutida aqui, que é a questão do microcrédito produtivo.

A notícia da Agência Estado diz o seguinte: “Lula tira microcrédito do papel com R\$ 100 milhões em 2006”. Isso significa que o Governo está planejando uma aplicação açodada durante este ano e podemos

imaginar com que objetivo. A reportagem da Agência Estado diz o seguinte:

Anunciado com a promessa de desembolsos milionários em agosto de 2003, o programa de microcrédito produtivo orientado só agora começa a sair do papel. A orientação do Presidente Lula a todos os agentes envolvidos (bancos públicos e ministérios) é correr contra o tempo para massificar o desembolso até o fim do ano.

“Estamos com pressa”, afirma o diretor da Área Social do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Maurício Borges. “O presidente quer terminar o ano com resultados.” A expectativa do Governo é encerrar o ano com pelo menos R\$100 milhões de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)...

São R\$100 milhões de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, R\$100 milhões de recursos públicos, R\$100 milhões de recursos do trabalhador para aplicação açodada no microcrédito orientado. E por que digo açodada? Nós tivemos aquela primeira experiência lamentável do Banco Popular do Brasil – BPB, que teve, em seus primeiros seis meses de vida, um prejuízo de R\$20 milhões. Ele conseguiu gastar mais em publicidade do que a carteira que formou. Gastou, no seu primeiro ano, R\$24 milhões, formou uma carteira de R\$20 milhões e apresentou um prejuízo de R\$25 milhões. É um negócio inacreditável.

Quero lembrar também que esses recursos, à época, foram transferidos para a DNA. Para quem não se lembra muito do que é a DNA, trata-se da empresa do Sr. Marcos Valério. Então, ainda nessa recordação do que foi o Banco Popular do Brasil, quero lembrar que aqui no Senado foi feito um acordo com o Governo, Senador Agripino. Esse acordo, feito por V. Ex^a, estabelecia que não se faria nada em relação ao microcrédito orientado, quando da aprovação da Medida Provisória nº 226, sem que esse assunto voltasse a ser discutido aqui no Senado.

Fui indicado um dos membros dessa Comissão e até me preparei para ela. Tive inclusive contatos com o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento e mantive várias reuniões com o Banco Mundial, no sentido de se preparar uma agenda, uma discussão, para que esse assunto viesse a ser posteriormente retomado. E foi retomado agora, sem

nenhuma conversa aqui e com este tipo de meta: “O Presidente quer; estamos com pressa; o Presidente quer terminar o ano com resultados”.

A notícia complementa aqui que, desde dezembro, já foram aprovadas sete operações, no valor de R\$23 milhões, para repasse às Oscips – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público –, e que já há mais de R\$70 milhões prontos para aprovação, o que resultaria nos R\$ 100 milhões até o final do ano.

Quero lembrar também que, além da experiência desastrosa que foi o Banco Popular do Brasil, que continua sem toda a investigação que deveria ter sido feita, houve também outra experiência – e essa demonstra que há algo errado no programa –, com os recursos do compulsório dos bancos. Dois por cento dos recursos do compulsório dos bancos poderiam ser emprestados para o microcrédito produtivo orientado, e nunca o foram, ou nunca o foram numa quantidade que fosse significativa. Por quê? Porque existiam alguns problemas – e devem existir, naturalmente – para que esses recursos fossem emprestados de forma correta.

Mas, de repente, surge essa notícia, como uma meta a ser conquistada, de que, com recursos do FAT, serão emprestados R\$100 milhões até o final do ano.

Considero isso lamentável neste momento, até pela linguagem do diretor do BNDES quando se refere a esses empréstimos, pela irresponsabilidade com que são tratados. Ele se refere às Oscips assim: “As Oscips precisam comer um pouco de feijão antes de chegar aqui”.

Parece-me, primeiramente, que essa não é uma linguagem apropriada para se tratar um crédito de R\$100 milhões, como se comer feijão fosse muito importante para poder conversar com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. Vejo isso de uma forma muito lamentável.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Rodolpho Tourinho, sempre tenho uma admiração enorme pelos assuntos que V. Ex^a traz à tribuna. Senador José Agripino, queria fazer uma ligação do que acabou de falar o nosso Senador Rodolpho Tourinho, um assunto tão importante. Li hoje no **Diário do Comércio** que, de repente, o Presidente abriu mão de R\$100 milhões

por um empréstimo privado. E agora faz a referência de que a Oscip precisa comer um pouco de feijão para chegar até eles. Então, é aquilo que V. Ex^a disse há pouco: para recuperar a agricultura e perdoar dívidas, não haverá feijão amanhã. Ninguém vai chegar lá, Senador Rodolpho Tourinho, porque não haverá a pequena agricultura ou a agricultura de produção industrial que possa produzir feijão suficiente para que as pessoas cheguem ao banco. Não sei se entendi bem, mas é assustador o que V. Ex^a diz. É claro que o dinheiro circulando é bom, mas, de repente, por um programa, por uma estratégia eleitoral... Se V. Ex^a analisar, desde o princípio houve uma convocação equivocada do Congresso. E digo isso com muita sinceridade. O Presidente, ao não querer a convocação, já planificava a sua estratégia logística de aparecer permanentemente enquanto “o pau comia em cima do Congresso Nacional”. Agora, há os programas. Hoje, Senador José Agripino, V. Ex^a citou o mesmo jornal ao falar sobre a África e um perdão de dívida da Nigéria. Não sei se seria desrespeito, Senadores Rodolpho Tourinho e José Agripino, com os Estados que estão sofrendo com essa falta de boa vontade com o perdão da dívida de pequenos agricultores. Talvez seria melhor se trocassem o nome dos seus municípios por nomes africanos. Talvez assim seriam mais sensíveis. Peço desculpas a V. Ex^a e cumprimento-o pela objetividade com que está expondo seu discurso da tribuna.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Senador Romeu Tuma, talvez por nomes africanos como a Nigéria, um dos grandes produtores do mundo de petróleo e de gás.

Volto à questão de recursos do FAT aprovados que serão emprestados. Quero dizer, em primeiro lugar, que sou favorável ao microcrédito produtivo orientado. Eu sempre fui favorável à experiência. Aliás, a matéria aqui se refere a Bangladesh, à experiência da Índia e a outras no mundo. Mas essa experiência de Bangladesh tem trinta anos ou mais. Aqui no Brasil, tendo em vista aquela catastrófica experiência do Banco Popular do Brasil, não apurada devidamente até hoje; lembrando a experiência terrível dos repasses de recursos à DNA, empresa do Sr. Marcos Valério; lembrando que, de outro lado, o mercado não se ajustou ou não conseguiu que aqueles recursos do compulsório fossem emprestados para essas organizações, não podemos pretender que aqui, de repente, o Presidente da República trace uma meta de aplicação de R\$100 milhões até o final do ano, que tem de ser aprovada porque

Sua Excelência assim o deseja. É o que a matéria diz: “Estamos com pressa”, afirma o diretor da Área Social do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)."

É lamentável que isso aconteça. E mais lamentável ainda é aquele acordo feito aqui – outro que não é cumprido pelo Governo –, de que, antes de se retomar qualquer ação de microcrédito produtivo, esse assunto fosse discutido aqui, em Comissão.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço o tempo dispensado por V. Ex^a. Espero que o Governo tenha a capacidade não só de cumprir os seus acordos, mas também de não tratar os recursos do trabalhador brasileiro dessa forma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^s e Srs. Senadores, é só uma brevíssima comunicação já no final da sessão.

Como todos os dias é uma nova patifaria, todos os dias uma denúncia, onde se toca na estrutura do governo, sai secreção purulenta, é tanta coisa ao mesmo tempo que fica difícil definir o que falar.

No final de semana especialmente, foi muito divulgado nos meios de comunicação que havia um acordo entre a Oposição e o Governo para salvaguardar interesses de acobertamento de corrupção do Governo passado e do atual Governo.

Sei que vários Líderes da Oposição, inclusive que representam o Governo passado, já deixaram claro que esse acordo não está sendo montado. No entanto, como eu não tenho pretensão de acobertar a corrupção do Governo Fernando Henrique, nem a corrupção do Governo Lula, quero deixar claro que o P-SOL apresentou os requerimentos à CPMI dos Correios naquilo que significa desvendar os mistérios sujos da corrupção, seja do Governo Lula, seja do Governo Fernando Henrique ou de qualquer partido que esteja sendo denunciado.

Nesse sentido, apresentamos à CPMI dos Correios requerimento de convocação do Sr. Duda Mendonça e também do ex-diretor de Furnas, o Sr. Dimas, para que realmente seja investigada essa tal lista que corre na Internet. Se a lista foi criada para, de alguma forma, pressionar membros da CPMI dos Correios para não aprofundarem as investigações relacionadas ao

atual Governo, estou naquela, como se diz no interior, Sr. Presidente: “quem for podre que se quebre!”.

Portanto, é essencial que a CPMI dos Correios possa fazer as convocações necessárias para identificar se a lista é verdadeira ou se foi criada para, de alguma forma, promover uma extorsão indireta entre membros da CPMI para não se apurar absolutamente nada.

Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eu estava conversando com o Senador Antonio Carlos Magalhães, uma pessoa de dignidade e que enxerga objetivamente as coisas, e falávamos sobre essa tal lista. Há uma divergência se ela é seriamente analisada ou não. Pelo que eu sei, o laudo primário da Polícia Federal diz que o carimbo do cartório é falso; o acusado diz que nunca elaborou uma lista dessas. As autoridades competentes não esclarecem se ela é ou não clara. Quando a Polícia Federal diz que vai investigar e abre para quem quiser ir lá prestar informações, isso para mim é algo difícil de engolir. Então, V. Ex^a tem razão. Deve-se discutir na CPMI e buscar a verdade. Não podemos virar as costas para algo que está servindo de instrumento para o Governo. Se ela for “quente”, que se apure; se for falsa, que respondam por ela aqueles que a elaboraram. Não sei se é isso o que V. Ex^a quer dizer. Vou mandar um ofício ao diretor-geral da Polícia Federal, para que ele, na sua sensibilidade, comunique oficialmente ao Senado Federal se a lista tem validade ou não.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Nesse mesmo sentido, Senador Romeu Tuma, é o debate que já fizemos na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Lógico, se a lista é verdadeira, encaminhemos aos conselhos de ética os procedimentos investigatórios, inclusive para apuração e cassação dos respectivos mandatos. Se não é, porque ela tem uma coisa muito estranha, que é o cabeçalho da lista, quase risível, porque é muito explicativo, que diz assim: “O repasse das contribuições não-oficiais que foram feitas aos tesoureiros do partido tal e tal”. Então, ela é tão detalhada que chega quase a ser risível. Se ela é verdadeira, apuremos a verdade da lista, e sou a primeira a assinar para encaminharmos aos conselhos de ética, solicitando apuração, punição ou cassação de mandatos dos respectivos envolvidos. Agora, é essencial que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito analise isso! O que não se pode permitir é a troca de favores, vinculados ao acobertamento de quem quer que seja, em função desse velho mecanismo de extorsão: “eu acoberto a

tua podridão, tu acobertas a minha, e depois ficamos todos sem apurar absolutamente nada”.

Outra coisa essencial, Senador Romeu Tuma – sei a posição de V. Ex^a em concordar com isso –, é que a CPMI dos Correios assuma as prerrogativas que foram liquidadas pelo acordo sujo Governo Federal e Congresso Nacional, em impedir a prorrogação da CPMI do Mensalão. É inadmissível que o povo brasileiro não saiba – nem o Congresso Nacional sabe – quais Senadores e Deputados foram beneficiados com o esquema fraudulento do mensalão. Ninguém sabe por que não se quebrou o sigilo....

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora, está tão mal explicado esse encerramento repentino que nem os membros da CPMI tomaram conhecimento de que o prazo se esgotou, sem nenhuma providência de quem deveria tomá-la.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – É exatamente isso.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – E isso é chocante, é amargo, tem gosto de fel.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Olha, como é que a CPMI dos Correios identifica o esquema fraudulento chamado mensalão ou qualquer denominação que a essa podridão seja dada, e não se quebram os sigilos bancário, fiscal e telefônico dos beneficiários iniciais? Isso é um escândalo! A CPMI dos Correios identificou o esquema do mensalão. Está identificado: ora é a promiscuidade com as relações fraudulentas na utilização dos fundos de pensão, ora é o processo fraudulento desde o processo de instrução de um edital de licitação, ora o pagamento pelas vias mais infames.

Senador Romeu Tuma, se um dia o povo brasileiro soubesse a metodologia do pagamento, era para cair a República! Por isso, às vezes, sinto dificuldade de defender qualquer um. É aquela história: “põe a mão no fogo, vira churrasco.” Como já defendi determinadas personalidades do Governo e hoje eu sei que elas estão envolvidas em coisas tão podres, tão infames, realmente fica difícil de se levantar a inocência de qualquer outra pessoa. É até ruim fazer isso, porque são coisas infames; a metodologia do pagamento do mensalão era vinculada a jogos tão sórdidos, infames e humilhantes, que realmente, um dia, mais cedo ou mais tarde, o povo brasileiro saberá.

Agora, é essencial que a CPMI dos Correios identifique isso? É. Como é que havia a identificação clara? A fonte da água suja que moveu o moinho do

mensalão foi identificada, e muitas outras deverão ser identificadas também; o calendário do pagamento do mensalão, diretamente vinculado ao calendário das votações do Palácio do Planalto, também está identificado. E o povo brasileiro não pode saber quais os beneficiários desse esquema! Isso realmente é um escândalo.

Espero que, nesta próxima reunião administrativa da CPMI dos Correios, votemos a convocação do Sr. Duda Mendonça, do Sr. Dimas, supostamente responsável pela tal lista de Furnas, do ex-Deputado Roberto Jefferson, e quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico dos beneficiários iniciais do esquema fraudulento e putrefato chamado mensalão.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores Reginaldo Duarte, Sérgio Guerra, Antero Paes de Barros e João Batista Motta enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Empresários criticam aperto fiscal” publicada no **Jornal do Brasil** em sua edição de 1º de fevereiro do corrente ano.

A matéria diz respeito ao superávit primário de 4,84% do PIB obtido pelo governo no ano de 2005. Segundo a matéria, “para o setor produtivo, a marca denuncia o descaso com o crescimento econômico, a geração de empregos e os investimentos em infraestrutura”.

A matéria traz, ainda, declaração do diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Júlio Sérgio Gomes de Almeida: “Se olharmos o número, é positivo. Mas sabemos que o aperto foi obtido às custas de um aumento da carga tributária, sacrificando o lado real da economia”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Empresários criticam aperto fiscal

Meta de economia para pagar juros sacrifica investimentos e impede crescimento maior do país

MARIANA CARNEIRO

Se o aperto fiscal recorde – o equivalente a 4,84% das riquezas produzidas no país no ano passado – soa como música aos ouvidos de investidores, que vêem a dívida do governo sob controle, para o setor produtivo, a marca denuncia o descaso com o crescimento econômico, a geração de empregos e os investimentos em infra-estrutura.

– Boa parte do superávit primário obtido pelo governo vem do aumento da receita com impostos, altos demais. O que o governo deveria fazer era cortar as suas despesas para possibilitar que se arrecade menos e se invista mais – avalia o diretor do departamento de tecnologia e

competitividade da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), José Ricardo Roriz.

Segundo ele, as taxas de juros praticadas no país tornam o ambiente adverso para o setor produtivo.

– O BNDES (*Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*) não conseguiu liberar todo o dinheiro que tinha em caixa, os investimentos estrangeiros produtivos caíram. Em todo lugar do mundo, os governos criam condições para a produção. No Brasil, trabalha-se em um ambiente hostil – diz. – O que faz o Brasil crescer é o setor produtivo, não o mercado financeiro.

Despesas com juros poderlam engrossar aportes na produção

O BNDES tinha como meta emprestar R\$ 50 bilhões em 2005. Ficou nos R\$ 47 bi, embora com crescimento de 18% frente aos desembolsos de 2004. Já o Investimento Direto Estrangeiro caiu 16,4% no ano passado, para US\$ 15,2 bilhões. O motivo é a alta taxa de juros – que afetou tanto as contas do governo quanto as das empresas que queriam investir. Em 2005, a Selic ficou 2,8 ponto percentual acima da média de 2004.

Isso causou um aumento de 22,5% nas despesas do governo com o serviço da dívida, ao todo, R\$ 157 bilhões em 2005. Com esse gasto, apesar da economia de R\$ 93,5 bilhões, o setor público fi-

cou deficitário em R\$ 63,6 bilhões no ano passado (o equivalente a 3,3% do PIB).

Nas contas do economista Reinaldo Gonçalves, professor da UFRJ, se os recursos despendidos em juros fossem alocados em ampliação da capacidade produtiva, a taxa de investimento do país sairia dos atuais 15% para 23% do PIB, o que poderia, por sua vez, promover um crescimento de até 6,5% da economia.

– Estamos perdendo crescimento econômico, dezenas de bilhões de reais e milhões de empregos – critica.

A saída, segundo diz, seria cortar os juros reais a um terço do patamar atual, reduzindo também as despesas financeiras.

– A política monetária é suicida e produz esse crescimento medíocre da economia – alerta. – A inflação no Brasil não é de demanda, não é porque as pessoas estão comprando demais. É, sim, porque faltam investimentos, tanto do setor público quanto do privado – analisa.

Já para o diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Júlio Sérgio Gomes de Almeida, a maneira como o superávit primário de 4,84% do PIB foi alcançado também é motivo de críticas.

– Se olharmos o número, é positivo. Mas sabemos que o aperto foi obtido às custas de um aumento da carga tributária, sacrificando o lado real da economia.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE) Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Lula já não encanta militantes", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 30 de janeiro de 2005.

Segundo a matéria, o Brasil não brilhou no meio da esquerda do Fórum Social Mundial. Na opinião de um dos principais pensadores e organizadores do evento, o padre e militante belga François Houttard, ligado ao Fórum Mundial de Alternativas, o governo de Luiz

Inácio Lula da Silva não é confiável quando se trata de fazer avançar o socialismo.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula já não encanta militantes

Em documento, Brasil é acusado
de ser 'promotor do neoliberalismo

Roldão Arruda
ENVIADO ESPECIAL
CARACAS

Deixado de lado em Davos, onde as atenções se voltaram para a China e a Índia, o Brasil também não brilhou no meio da esquerda do Fórum Social Mundial. Na opinião de um dos principais pensadores e organizadores do evento, o padre e militante belga François Houttard, ligado ao Fórum Mundial de Alternativas, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva não é confiável quando se trata de fazer avançar o socialismo.

"Ele está construindo um capitalismo nacionalista", disse. "Pode ser um aliado na luta contra o imperialismo. Mas pára por aí." O Brasil vai sofrer, no entanto, o impacto de um plano de ação das redes de movimentos sociais reunidas na capital venezuelana. No documento final que redigiram e que será divulgado pela internet, esses movimentos se propõem a lutar contra a presença de tropas estrangeiras no Haiti – uma das apostas do presidente Lula na cena internacional. No encerramento do encontro dos movimentos, a argentina Beverly Keene, da organização Jubileu Sul, anunciou que em março será realizada a Jornada Mundial de Solidariedade ao Haiti. "Queremos a retirada das tropas de ocupação", afirmou.

BARRAGENS

Na parte do documento que trata da "gestão democrática dos recursos naturais", também há um trecho que interessa de perto aos empresários e instituições de governo do Brasil envolvidos com a construção de barragens para a produção de energia elétrica. É o trecho no qual os movimentos se propõem a desenvolver ações coordenadas para interditar as obras de hidrelétricas em todos os lugares

do mundo. No caso de serem realmente necessárias, vão exigir que todas as pessoas obrigadas a se deslocar por causa dos lagos, aqui chamadas de "refugiados econômicos", sejam bem indenizadas.

Por influência da Via Campesina, representada no Brasil pelo Movimento dos Sem-Terra e cuja influência no fórum aumenta de ano para ano, os movimentos sociais também propõem intensificar as lutas contra o avanço do agronegócio. Querem a ampliação dos programas de reforma agrária e medidas de proteção aos pequenos agricultores. Em mais de um momento do Fórum de Caracas, o Brasil foi criticado pelas posições sobre política

Problema à vista para o Brasil: oposição às tropas no Haiti

agrícola que tem assumido na Organização Mundial do Comércio. De acordo com o *Apelo de Bamako*, documento que serviu de base para o texto dos movimentos sociais na capital venezuelana, "o Brasil é a Índia, e todo o grupo do G-20, se distanciará dos interesses do Terceiro Mundo e se revelará promotores dos mais determinantes da globalização e do neoliberalismo". Os movimentos sociais também prometem mais campanhas contra a OMC. O texto propõe o apoio à Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba), que Fidel Castro e Hugo Chávez criaram em oposição à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), defendida pelos EUA. ●

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sm apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Palocci irreconhecível”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 1º de fevereiro do corrente.

A matéria mostra que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, diante de tantas acusações de corrupção em sua gestão como prefeito de Ribeirão Preto, ainda está preso ao seu passado. Segundo a autora, Julia Dualibi, na CPI dos Bingos Palocci fez sua pior

aparição pública; em seis horas de depoimento não foi capaz de esclarecer nenhuma das acusações feitas contra ele.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Palocci irreconhecível

O Congresso chamou o ministro, mas quem se apresentou foi o prefeito. Antonio Palocci fez sua pior aparição pública na semana passada

O ministro Antonio Palocci se preparou durante três meses para depor na CPI dos Bingos. Alvo de múltiplas acusações — que começam por corrupção em sua gestão como prefeito de Ribeirão Preto, passam pela arrecadação clandestina de dinheiro durante a campanha de Lula e terminam com fortes indícios de tráfico de influência com a participação de antigos e de atuais assessores da Fazenda —, Palocci mostrou que ainda está preso ao passado. Em quase seis horas de depoimento, o ministro não foi capaz de esclarecer nenhuma das acusações feitas contra ele. Pior que isso: foi chamado de mentiroso, desafiado, confrontado e, com um comportamento quase monástico, muito próximo da passividade, se recusou a criticar seus detratores quando questionado se os processaria. Depois de várias sessões de ensaio com assessores especialmente contratados para treiná-lo, Palocci estava preparado para responder à maioria das perguntas dos parlamentares. Negou a existência das irregularidades mais do que evidentes em sua gestão em Ribeirão Preto, classificou como fantasiosa a operação para trazer dólares cubanos para a campanha de Lula e tentou manter uma inacreditável distância dos antigos amigos e assessores envolvidos nos escândalos.

Dessa vez a mágica não funcionou, apesar de encontrar na CPI um ambiente sem hostilidade, com uma parte da oposição se derretendo em elogios à política econômica do governo. Constrangido, Palocci teve de ouvir um sermão do senador Jefferson Peres, do PDT: “Quando se ocupa um cargo importante é preciso repetir o ditado da mulher de César e não apenas ser honesto, mas parecer honesto”. Foi chamado de mentiroso pela senadora Heloísa Helena, que che-

gou a insinuar ter uma testemunha capaz de desmascará-lo: “Estou convencida de que o senhor está mentindo o tempo todo”. Foi advertido pelo senador Demostenes Torres, do PFL, de que não passava de blefe a afirmação de que processaria seus detratores somente depois de encerradas as investigações, já que, segundo o senador, que também é promotor público, os crimes prescreveriam. Palocci foi ainda instado pelo tucano Antero Paes de Barros a disponibilizar voluntariamente seu sigilo telefônico para a CPI confirmar se realmente ele se afastou de antigos assessores de Ribeirão Preto. Inseguro, o ministro disse apenas que iria analisar a proposta. Diante do bombardeio, Palocci ainda tentou se defender afirmando que ninguém — ele incluído — está acima de qualquer suspeita. Esteve irreconhecível.

A convicção do ministro ao tratar de assuntos econômicos deu lugar à fragilidade quando o tema envolve os fantasmas de seu passado. Palocci negou que mantivesse relações com Vladimir Poleto, que na prefeitura de Ribeirão ocupou o cargo de chefe do controle interno e admitiu ter transportado de avião 1.4 milhão de dólares oriundos de Cuba para a campanha do presidente Lula. Para demonstrar distância dos personagens envolvidos no caso dos dólares cubanos, Palocci também negou ter usado, já como ministro, um jatinho emprestado pelo empresário Roberto Colnaghi — que, em 2002, cedeu o avião para transportar o dinheiro cubano. O ministro disse que foi o PT que alugou o jatinho e que ele nem sequer sabia a quem pertencia. O senador Jefferson Peres lembrou que, em depoimento, Colnaghi não só confirmou que emprestou o avião, mas também que viajou ao lado do ministro.

Palocci ainda negou ter se encontrado em Madri, em 2003, com Roberto Carlos Kurzweil, empresário que alugou para o PT o carro blindado usado para retirar os dólares do aeroporto. Kurzweil desmente o ministro. Ele confirmou a VEJA o encontro, ocorrido, segundo seu relato, no saguão do hotel Ritz. O prefeito Palocci e o Palocci coordenador da campanha de Lula apanharam o ministro. ■

**O ministro Antonio
Palocci: sucesso na
condução da economia
versus os fantasmas
do passado**

Julia Dualibi

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “Opção custosa”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 31 de janeiro do corrente.

O editorial refere-se ao resultado do superávit primário de R\$ 93,5 bilhões, ou 4,84% do PIB em 2005.

Segundo o editorial, o superávit “foi obtido por meio de um aumento na carga tributária e de contro-

les sobre os gastos, sobretudo os desembolsos em investimentos de infra-estrutura e serviços”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que o referido editorial seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

Presidente: LUÍS FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editora-executiva: ELEONORA DE LUCENA

Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO,

JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, LUÍS NASSIF, CLÓVIS ROSSI,

CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES,

LUÍS FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (SECRETÁRIO)

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

OPÇÃO CUSTOSA

O SETOR público consolidado — governo federal, Estados, municípios e empresas estatais — realizou um superávit primário (receitas menos despesas, excluindo o pagamento de juros) de R\$ 93,5 bilhões, ou 4,84% do PIB em 2005. O resultado superou a meta programada pelo governo de 4,25% do PIB (R\$ 82,7 bilhões) e foi obtido por meio de um aumento na carga tributária e de controles sobre os gastos, sobretudo os desembolsos em investimentos de infra-estrutura e serviços.

Nem essa poupança recorde foi suficiente para pagar o total dos juros da dívida pública, que custaram ao erário R\$ 157,1 bilhões (8% do PIB!). O aumento da taxa de juros básica, que passou de 16,25% ao ano em 2004, em média, para 19,05% em 2005, arrastou o montante de juros para além dos R\$ 128,3 bilhões (7,3% do PIB) de 2004.

A opção pela escalada de juros fez a despesa financeira do governo saltar 22,5% de um ano para o outro. Os dispêndios com a remuneração da dívida foram maiores do que todo o

desembolso realizado em 2005 pela Previdência (R\$ 146 bilhões), que atende a 24 milhões de brasileiros.

Há algo profundamente errado com um sistema que promove tamanha transferência de riqueza financeira. E o faz arrancando do contribuinte os impostos que sustentam a maré montante da dívida pública, que já supera R\$ 1 trilhão.

Os princípios da responsabilidade fiscal não podem valer apenas para prefeitos e governadores que torram dinheiro. Os artífices da política econômica devem justificativas aos cidadãos sobre os custos de suas escolhas. Precisam explicar por que gastaram em juros o equivalente a R\$ 870 para cada brasileiro. Para trazer a inflação dos 7,6% de 2004 para 5,7% no ano seguinte, responderão.

A redução mais suave da inflação e a condução mais pragmática do regime dos juros teriam economizado alguns bilhões. E não teriam deprimido o crescimento do PIB, que caiu à metade para que o governo pudesse comemorar o feito de ter atingido a sua meta inflacionária.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se dia 7 de fevereiro de 2006, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2000

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 12, de 2000, e 14, de 2001)
(Incluída em Ordem do Dia, nos termos
dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)
(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que *altera o caput e os § 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal* (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária).

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14 de 2001, que tramitam em conjunto.

Dependendo de Parecer sobre a Emenda nº 1, de Plenário, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2000

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 3, de 2000, e 14, de 2001)
(Incluída em Ordem do Dia, nos termos
dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional*

e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2001

*(Tramitando em conjunto com
as Propostas de Emenda à Constituição
nºs 3 e 12, de 2000)
(Incluída em Ordem do Dia, nos termos
dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências.*

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 72, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias.*

Pareceres sob nºs:

– 2.251, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta,

– 74, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão (sobre as Emendas nºs 3 a 8-Plen), favorável à nº 7-Plen, apresentando a Emenda nº 9-CCJ e pela rejeição das demais; e

– 80, de 2006, de Plenário, Relator: Senador Edison Lobão (sobre a Emenda nº 10-Plen), contrário.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, DE 2006

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143,
do Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que *regulamenta o art. 102, § 3º, da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento para exame*

da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

Parecer sob nº 75, de 2006 (em audiência, nos termos do Requerimento nº 93, de 2006), da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143, do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que *regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal, para disciplinar a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.*

7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143, do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que *regulamenta o § 5º do art. 109 da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento de deslocamento de competência para a Justiça Federal dos crimes contra os direitos humanos, perante o Superior Tribunal de Justiça.*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Vou encerrar esta sessão, iniciada às 14 horas desta segunda-feira, 6 de fevereiro de 2006.

O Senado da República cumpriu sua missão de fazer leis boas, justas e ser o órgão de controle, o contrapoder, para controlar o Poder Judiciário e o Poder Executivo.

Esta sessão foi toda coordenada pelo nosso extraordinário Secretário-Geral, Dr. Raimundo Carreiro Silva.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 16 DE JANEIRO, DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, creio ser da maior importância registrar matéria publicada pela revista **IstoÉ** neste final de semana: “Itaipu, US\$2 bilhões não-contabilizados. O ex-gerente revela como construiu e como funciona o caixa 2 da maior hidrelétrica do mundo”.

É um chamamento. É uma convocação. O fato é conhecido há muito, mas creio que o momento é adequado para que as autoridades, tanto do Executivo como do Legislativo, adotem as medidas necessárias para mudar o modelo de gerenciamento da binacional Itaipu.

Para resumir, leio o editorial subscrito pelo editor-chefe da revista **IstoÉ**, Mário Simas Filho:

RESQUÍCIOS DA DITADURA

A reportagem de capa desta edição de **IstoÉ** mostra com clareza ímpar o quanto a democracia precisa avançar na maior hidrelétrica do mundo. Os desmandos que ocorrem na binacional Itaipu – dona de um caixa 2 estimado em US\$ 2 bilhões – precisam ser contidos e esse é um desafio que cabe aos governos do Brasil e do Paraguai enfrentar. Concebida sob a tutela de regimes militares instalados nos dois países, a Itaipu não segue as leis brasileiras nem paraguaias. Vive sob um regime jurídico próprio, que, como mostra a reportagem, demonstra vulnerabilidade e propicia o bilionário esquema de desvio do dinheiro público. Não é aceitável que em plena democracia empresas estatais não possam ser fiscalizadas por organismos como a Receita Federal e o Tribunal de Contas. O arcabouço jurídico montado pelos militares para gerir a hidrelétrica precisa ser corrigido. Assim como devem ser investigados e responsabilizados, sob os rigores das leis brasileiras e paraguaias, aqueles que se valeram dos artifícios da ditadura para privatizar os recursos públicos. O papel que cabe a esta revista continuará a ser feito. Afinal, como ensina Norberto Bobbio (1909-2004), o filósofo político italiano, uma das tarefas da democracia moderna é promover a transparência nas áreas onde antes reinava o segredo. Ou seja, quanto mais as instituições tradicionalmente fechadas,

como tribunais, forças armadas e empresas públicas, se tornarem transparentes, mais a democracia avança e se consolida.

Nós queremos cumprimentar a revista **IstoÉ**, especialmente o jornalista Luiz Cláudio Cunha, pelo brilhantismo dessa matéria exclusiva da revista **IstoÉ**. Usando a expressão “Estado paralelo”, mostra que a binacional Itaipu está desobrigada de prestar contas a qualquer instituição pública. O Tribunal de Contas da União a ela não tem acesso; o Supremo Tribunal Federal também não pode ultrapassar o concreto da binacional Itaipu para chegar até a caixa-preta de mistérios ainda não revelados; o Congresso Nacional não possui nenhum poder de fiscalizá-la. Se nós desejarmos aqui fazer um pedido de informações a respeito de denúncias que eventualmente possam ser veiculadas pela imprensa do País, não saberemos a quem recorrer, não teremos a quem indagar. Ou seja, a binacional Itaipu possui blindagem completa e absoluta, ela está acima do bem e do mal, é intocável.

O apelo que fazemos da tribuna no dia de hoje é o mesmo apelo que faz o presidente do Tribunal de Contas da União: para que se reveja o acordo celebrado entre o Brasil e o Paraguai, no ano de 1973, pelos generais Médici, pelo Brasil, e Alfredo Stroessner, pelo Paraguai.

A blindagem é perfeita, diz a revista neste comentário:

Além de maravilha da engenharia, Itaipu é uma jóia da arquitetura jurídica. Brasileiros e paraguaios inventaram uma estatal única no mundo, isenta de tributos e imune a controles. No tratado firmado em 1973 entre os generais Stroessner e Médici, acertou-se que a binacional seria uma “pessoa emergente no campo do direito internacional público”, sobre a qual “não se aplicam as normas de direito interno, constitucionais ou administrativas”, conforme parecer de 1978 do consultor-geral da República, Luiz Rafael Mayer. Itaipu, que prevê faturar US\$ 2,6 bilhões em 2006, não padece dos encargos que afligem outras empresas, privadas ou públicas: taxas, impostos, empréstimos compulsórios, nada é cobrado da binacional, privilégio que se estende aos seus fornecedores. Nem a Receita Federal chega lá: uma tentativa de cobrar PIS-Pasep de Itaipu trombou na consultoria em 1990. Os

controles interno e externo, na visão do jurista Bandeira de Mello, são feitos pelo Conselho de Administração e pela Eletrobrás – e ninguém mais. Nem o Supremo mete o bedelho ali: “Não cabe ao STF avaliar se os tratados são bons ou ruins para o País”, esquivou-se o presidente Nelson Jobim há um ano. A idéia parece tão boa que o Brasil quer repetir a dose: negocia com a Ucrânia um monstro parecido em Alcântara, Maranhão, para fazer ali uma nova base espacial – e binacional, é claro.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é preciso rever esse acordo.

Os dirigentes de Itaipu têm salários de marajás. Os salários da binacional Itaipu extrapolam os limites da política salarial do nosso País. E Itaipu, com essa blindagem, como diz a revista, “criou uma moeda própria, a Unidade de Correção Monetária (UCM), uma nota fiscal exclusiva, chamada Nota de Débito, e um dólar contábil com cotação autônoma”.

Ora, Sr. Presidente, é incrível que, nos tempos modernos em que vivemos, no Estado de Direito Democrático, admita-se a vigência de arcabouço jurídico que, realmente, só tem sentido em um regime autoritário, em um regime ditatorial.

Os paraguaios também demonstram indignação, como diz o Senador paraguaio, Armando Espínola*, líder do oposicionista Partido Liberal Radical Autêntico*:

Estes recursos se distribuem pelo país sem nenhum controle. Temos todo o direito de suspeitar que se utilize o dinheiro para campanhas políticas ou corrupção. O Congresso mandou seis pedidos de informações sobre Itaipu ao Executivo e nunca recebeu uma resposta, lamenta [o Senador do Paraguai].

Evidentemente, não cabe nem mesmo ao Executivo daquele país responder a essas questões.

Enfim, somente um novo acordo, um entendimento do Governo brasileiro com o Governo paraguaio para estabelecer um novo modelo de gerenciamento para a binacional Itaipu, uma empresa que fatura US\$2,6 bilhões por ano sem nenhuma forma de fiscalização e controle.

Portanto, Sr. Presidente, o problema está posto pela competente revista **IstoÉ**, e nós esperamos providências tanto do Governo brasileiro quanto do Governo paraguaio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Alvaro Dias, gostaria apenas de assinalar que considero importante essa informação dada pela revista **IstoÉ**, mas notei que se trata de um procedimento que ocorre desde quando foi realizado o tratado entre os dois Governos, o do Brasil e o do Paraguai. Em verdade, essa dificuldade de informação sobre o que se passa com a Itaipu binacional já vem de inúmeros governos. Então, trata-se de uma questão a ser verificada não apenas no Governo presente, mas nos Governos que o precederam.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sem dúvida, o aparte de V. Ex^a apenas traduz aquilo que é a realidade. Não é um fato novo. É um fato anterior ao atual Governo, mas esse modelo foi preservado neste Governo.

Evidentemente, esse caixa 2 não existe desde a inauguração de Itaipu. É algo mais recente. O seu criador é o Sr. Laércio Pedroso, o ex-gerente financeiro. Ele mostra, nessa revista, como construiu esse sistema e como funciona o chamado caixa 2 na maior hidrelétrica do mundo. Portanto, parece-me que essa prática foi inaugurada na Década de 90.

Sem fazer referência àqueles que passaram pela empresa e àqueles que a dirigem nos dias de hoje, estamos apenas convocando os dois Governos, do Paraguai e do Brasil, à responsabilidade, para alterar o arcabouço jurídico que estabelece esse modelo, que só se justificaria no regime autoritário.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 02 DE FEVEREIRO, DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

SO SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com muito respeito, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, que cedeu a palavra à Líder do PT, Senadora Ana Júlia Carepa, e agora cedeu a palavra ao Senador Suplicy. Então, com o nosso respeito e a admiração do povo do Brasil, disponha da tribuna como Líder do PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Como Líder. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, a defesa dos direitos individuais deve encontrar espaço em todas as tribunas. As fronteiras geográficas não devem se constituir em limite. Não importa onde esteja a afronta

aos direitos humanos. A afronta deve ser combatida, os direitos humanos devem ser proclamados nas tribunas universais.

É por esta razão, Sr. Presidente, que trago ao conhecimento desta Casa o teor de correspondência que recebi no final de dezembro subscrita por seis Senadores e onze Deputados da República do Paraguai, integrantes do Partido *Unión Nacional de Ciudadanos Éticos*, a Unace.

O assunto que levou os Senadores e Deputados paraguaios a encaminharem a mencionada correspondência é concernente ao caso do perseguido e preso político cidadão paraguaio Lino César Oviedo Silva, o qual encontra-se recluso em um cárcere militar, sendo impedido, entre outras limitações que lhe são arbitrariamente impostas, de usufruir os direitos fundamentais previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos e no Protocolo de Pactos Cívicos e Políticos, aos quais o Paraguai, como signatário e membro da Organização dos Estados Americanos, está adstrito à sua fiel observância e devido cumprimento.

Nesse contexto, destacam os parlamentares paraguaios que Lino Oviedo está sendo tolhido no seu próprio direito de liberdade individual, de livre expressão, de igualdade perante o ordenamento jurídico, bem como vem sendo, sistematicamente, impedido de usufruir de um juízo justo e do devido processo legal.

O itinerário da prisão de Lino Oviedo é marcado por acontecimentos surreais, nos quais, invariavelmente, se evidencia uma trama urdida por setores do Executivo, com a conivência de determinadas instâncias do Poder Judiciário daquele país.

O conluio para impedir que Oviedo possa voltar a transitar pelas ruas e, por conseguinte, expressar suas idéias e ideais registra passagens que caracterizam o abandono e a inobservância plena de todo aparato legal existente naquele país.

Para citar apenas uma das aberrações jurídicas – permitam-me a expressão, pois somente esta traduz em alguma medida a série e seqüência de decisões que põem a pique todos os diplomas legais do país, infringindo, inclusive, pactos celebrados no âmbito de organizações multilaterais –, menciono a ação de inconstitucionalidade movida por Oviedo contra dispositivos do Código de Processo Penal Militar e de um decreto do Poder Executivo, cujo trâmite é sumário e deveria haver pronunciamento de sentença em, no máximo, 30 dias. Pasmem, Srs. Senadores: transcorreram sete anos para que uma decisão fosse anunciada.

É evidente que o Sr. Lino Oviedo está sendo submetido a uma flagrante violação de seus direitos de ampla defesa, por intermédio de medidas protelatórias de todos os matizes, as quais possuem um traço em comum: a falta ostensiva de amparo legal.

O meu intuito, Sr. Presidente, em trazer à tribuna do Senado esse caso e dar publicidade à correspondência assinada por integrantes do Senado paraguaio é denunciar que, num país limítrofe e irmão, integrante do Mercado Comum do Sul – Mercosul –, em pleno século XXI, um cidadão nacional é submetido à privação arbitrária e ilegal de liberdade.

Os princípios basilares do Estado Democrático de Direito estão sendo visivelmente solapados e não poderíamos ser indiferentes a esse denso relato da lavra de Senadores e Deputados da República do Paraguai.

Eu gostaria de fazer uma ressalva de suma importância: estou cômico, Sr. Presidente, do preceito constitucional de não-intervenção e não-ingerência em assuntos internos, princípios que norteiam o Brasil nas suas relações internacionais. Ademais, coexiste no mesmo rol de princípios inamovíveis, escrito pelo legislador Constituinte como paradigma da regência do Brasil nas suas relações externas, a prevalência dos direitos humanos, que nesse processo se encontra explicitamente afrontada. É por essa razão que faço referência à existência de um preso político no país-irmão, no Paraguai.

Solicito, Sr. Presidente, anexar ao meu pronunciamento a íntegra da correspondência encaminhada pelos Senadores e Deputados paraguaios. São seis Senadores – Ramón Dominguez, Herminio Chena, Enrique Quintana, Gustavo Mussi, José Bóbeda, Jorge Oviedo – e onze Deputados.

Com as mudanças sofridas no mundo, na segunda metade do século passado, tínhamos a impressão de que a justiça e a preservação dos direitos humanos fundamentais seriam valores e objetivos cuja busca seria inabalável e de que a evolução dos povos e das nações chegara a um ponto em que não se cogitaria mais retrocesso nos países que houvessem estabelecido alicerces democráticos.

Não imaginava, Senador Mão Santa, que necessitasse, nesse momento, de visitar um preso político – porque não é outra a condição de Lino Oviedo senão essa –, depois de tantas lutas na América Latina pela redemocratização de todos os países. Mas estamos diante desse fato e dessa realidade. No final do ano

passado, eu o visitei, num cárcere, como preso político. É dessa forma que a população paraguaia o vê.

Nosso Judiciário já analisou os fatos que circundaram a saída de Lino Oviedo do Paraguai quando o Supremo Tribunal Federal indeferiu o pedido de sua extradição. Os Ministros de nossa Corte Suprema concluíram, em julgado repleto de referências históricas e de lições de Direito Constitucional, que o General Lino Oviedo fora condenado por um “tribunal de exceção”, um órgão colegiado criado após determinado fato e especificamente para sobre ele decidir, composto por pessoas indicadas por quem buscava o afastamento de Oviedo do cenário político.

A condenação de Lino Oviedo assim conduzida, que o Supremo Tribunal brasileiro já disse viciada, perdura até os dias presentes.

Muito embora haja todo um conjunto de novos indícios e provas, inclusive testemunha de que houve verdadeira farsa quanto à morte de Argaña, permanece o cidadão Lino Oviedo encarcerado no Paraguai.

Contra esse estado de coisas foi apresentada denúncia perante a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, em Washington.

Foram também empregados os expedientes processuais previstos na legislação paraguaia em busca da revisão da condenação diante de novos e relevantes argumentos. Nada aconteceu; nenhum pronunciamento sobre os pedidos.

Pelos caminhos diplomáticos e institucionais que o Parlamento utiliza por vezes para apurar ilícitos em territórios estrangeiros há que se buscar também esclarecimentos sobre a preservação das garantias individuais que possam estar sendo privadas do homem público Lino Oviedo.

Faço esta invocação, Sr. Presidente, na presença de Lino César Oviedo, filho do político paraguaio, herdeiro de seus sonhos e esperanças. Aos dezoito anos, ao lado de seu pai, vive a expectativa da justiça.

É por ele, por sua família, pelos cidadãos do país-irmão, eleitores ou não de Oviedo, e principalmente pela democracia e pela justiça que faço este registro e a convocação para que prestemos a atenção devida aos fatos ocorridos no Paraguai.

Sr. Presidente, reitero o pedido para que insira nos Anais da Casa a correspondência que recebi dos Parlamentares paraguaios.

Muito obrigado.

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 040 ,DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regulamentares, conferidas pelo art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, **RESOLVE:**

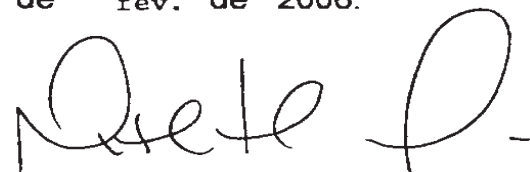
Art. 1º Prorrogar, por 90 (noventa) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de Planejamento e Orçamento - COPLAN, com o objetivo de assessorar a Diretoria do PRODASEN, nas atividades relacionadas ao processo de planejamento e orçamento do Órgão, instituída pela Portaria do Diretor-Geral nº 22, de 2004.

Art. 2º Designar para integrar a presente Comissão o servidor José Roberto Ceolin, matrícula 102638, em substituição a servidora Patrícia de Araújo Cunha, matrícula 103734, ambos ocupantes do cargo de Analista de Informática Legislativa do Quadro de Pessoal do PRODASEN.

Art. 3º Nomear o servidor MÁRIO ROBERTO DE AGUIAR, matrícula 105135, para substituir a Presidente em seus afastamentos e impedimentos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de fev. de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 041 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,


R E S O L V E:

I – Reconduzir, pelo prazo de 90 (noventa) dias, os trabalhos da Comissão Especial de que trata a Portaria nº 171, de 2005, incumbida de promover estudos, desenvolver e implementar ações junto à administração, com o intuito de promover a valorização da pessoa com deficiência no Âmbito do Senado Federal.

II – Designar a servidora Eunice Antunes Maciel, matrícula 144499, para integrar a presente Comissão.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com os seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2006.

Senado Federal 05 de fevereiro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 231 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 016.121/90-2.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 94/1991, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a servidora **MARIA DELITH BALABAN**, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que a mesma foi considerada portadora de doença especificada em Lei, por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal em 30/11/2005, sendo comprovado o diagnóstico em **21/10/2005**, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 03 de fevereiro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 232 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 000562/06-8 (anexo: 000843/06-7),

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "b", inciso II, alínea "a" e "b", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003, c/c a MP nº 167, de 20/02/2004, conceder pensão temporária a **RAÍSSA CLÁUDIA LOIOLA COUTINHO NOVAES** e **HELEN FABRÍCIA LOIOLA COUTINHO NOVAES**, na condição de filhas menores, a **ANA GABRIELA RODRIGUES NOVAES SOUZA**, na condição de menor sob guarda, no percentual de 16,66% (dezesesseis vírgula sessenta e seis por cento) para cada uma, e pensão vitalícia para **SHIRLEY MARGARETH LOIOLA COUTINHO**, na condição de ex-esposa pensionada, no percentual de 50% (cinquenta por cento), dos proventos que percebia o ex-servidor **EMMANUEL NOVAES**, matrícula 3363, a partir da data do óbito, 19/12/2005.

Senado Federal, em 06 de fevereiro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

*ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 233 , de 2006*

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 013166/96-4;

RESOLVE, fundamentado no inciso I, do art. 222, da Lei 8.112/90, cancelar a cota de 25% (vinte e cinco por cento) da pensão vitalícia concedida a MARIA JORGETA ABRAHÃO, por perda da qualidade de beneficiária na condição de ex-esposa pensionada, em razão do seu falecimento em 10/12/2005 e nos termos do art. 223, inciso I, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota para ROSIMAR ANTUNES MARINHO, na condição de cônjuge, alterando a cota da pensão vitalícia de 25% (vinte e cinco por cento) para 50% (cinquenta por cento) e manter a pensão temporária concedida a WENDELL ABRAHÃO AMORIM, na condição de filho inválido, no percentual de 50% (cinquenta por cento), dos proventos que percebia o ex-servidor JOSÉ LOPES DE AMORIM, matrícula 112322, a partir da data do óbito da pensionista.

Senado Federal, 06 de fevereiro de 2006

AGACIEL DA SILVA MAIA

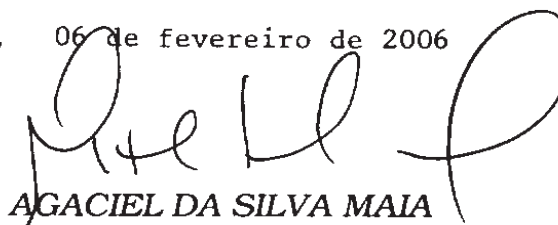
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 234 , de 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 020894/03-1 (anexo 000451/06-1),

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215, 217, inciso I, alínea "c", 218, parágrafo 2º e 219, parágrafo único, todos da Lei n.º 8.112/90, alterar as cotas da pensão temporária concedida a LUIZ GUSTAVO MONTEIRO DOS SANTOS e LENON MONTEIRO DOS SANTOS, na condição de filhos menores, do percentual de 50% (cinquenta por cento) que cada um recebia, para 25% (cinquenta por cento) para cada um, e conceder pensão vitalícia a ADELINA COSTA MONTEIRO DOS SANTOS, na condição de companheira, no percentual de 50% (cinquenta por cento), dos proventos que percebia o ex-servidor LUIZ CARLOS MONTEIRO DOS SANTOS, matrícula 42964-ERGON, a partir da data da habilitação tardia, 12/01/2006.

Senado Federal, 06 de fevereiro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

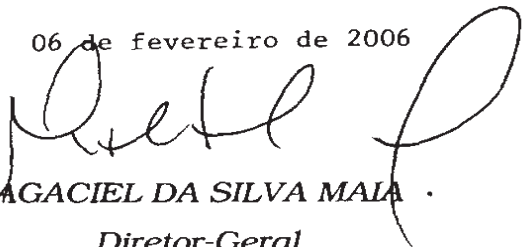
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 235 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 000892/06-8,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso II, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a MP nº 167, de 20/02/2004, conceder pensão temporária a TIAGO PEREIRA DE SANT'ANA, na condição de filho menor, no percentual de 100% (cem por cento), dos proventos que percebia o ex-servidor MILTON PEREIRA DE SANT'ANA, matrícula 4770-ERGON, a partir da data do óbito, 08/10/2004.

Senado Federal, 06 de fevereiro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

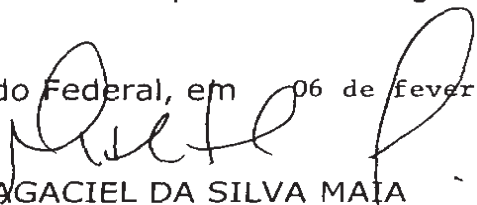
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 236 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 025.619/95-0.

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 01/1996, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a servidora **NEILA YARA MICHILES BONO**, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que a mesma foi considerada portadora de doença especificada em Lei, por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal em 16/01/2006, sendo comprovado o diagnóstico em **25/11/2005**, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 06 de fevereiro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 237 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **001924/06-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **IVANDO MARTINS DA SILVA**, matrícula n.º 167803, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Senadora Lúcia Vânia.

Senado Federal, em 06 de fevereiro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 238 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **001957/06-6**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **CARLOS EDUARDO ZARZUR**, matrícula n.º 163860, de Assessor Técnico para o de Assistente Parlamentar, AP-1, do Gabinete do Senador Valdir Raupp.

Senado Federal, em 06 de fevereiro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 239 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **001968/06-8**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GIOVANA FARACO DE LUCA GARCIA**, matrícula n.º 181034, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Liderança do Bloco da Minoria.

Senado Federal, em 06 de fevereiro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 240 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **001959/06-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DANYELLE FARIAS DE MOURA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valdir Raupp.

Senado Federal, em 06 de fevereiro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 241 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001969/06-4,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA CAROLINA QUINTILHAN CAMPOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Bloco da Minoria.

Senado Federal, em 06 de fevereiro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 242 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001958/06-2,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EMANUELLE FARIAS DE MOURA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valdir Raupp.

Senado Federal, em 06 de fevereiro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 243 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **ANTONIO CARLOS AMORIM DA COSTA**, matrícula nº 11591, e **ANTOINETTE OLIVEIRA BLACKMAN**, matrícula nº 53457, como gestores titular e substituta, respectivamente, do Processo nº 018106/05-6 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 06 de fevereiro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 244 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **CÁSSIO MURILO ROCHA**, matrícula nº 52209, e **GIOVANI PEREIRA DO AMARAL**, matrícula nº 50730, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 000893/06-4 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 06 de fevereiro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR GERAL
Nº 245, DE 2006

O DIRETOR GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e competências fixadas no art. 320 da Resolução nº 09/1997:

Considerando o disposto no art. 37, caput, da Constituição Federal, no inciso XII do parágrafo único do art. 2º c/c art. 24 e art. 49, todos da Lei nº 9.784/1999,

RESOLVE:

Art. 1º - Os processos administrativos relativos a requerimentos formulados por servidores ativos ou inativos do Senado Federal, em defesa de seus direitos e interesses, devem ser deferidos ou indeferidos no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 2º - Quando o servidor contar com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais de idade na data do ingresso do processo, este prazo será de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Único – Na hipótese do *caput* deverá o Setor de Protocolo competente fazer constar, em destaque, que o requerente conta com 65 (sessenta e cinco) ou mais anos de idade.

Art. 3º - Os órgãos de instrução e de conferência integrantes da estrutura administrativa terão o prazo máximo de 5 (cinco) dias para a permanência do processo em suas respectivas áreas de atuação.

Art. 4º - Na hipótese de se tratar de questão que demande maior pesquisa e análise, o servidor a quem competir o exame do processo deverá solicitar dilação de prazo ao diretor responsável, mediante justificativa fundamentada.

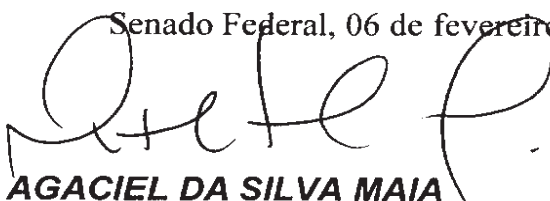
Parágrafo Único – Somente será admitido um pedido de dilação de prazo, que não poderá exceder de 5 (cinco) dias.

Art. 5º - Compete aos Diretores de cada órgão da estrutura administrativa do Senado Federal a rígida observância dos prazos fixados nos artigos 3º e 4º do presente Ato, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 06 de fevereiro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho**

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza ⁽³⁾

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres ⁽⁴⁾

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) ⁽¹⁾	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^o doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) ⁽⁵⁾		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) ⁽²⁾		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

- (1) O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.
(2) O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.
(3) Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.
(4) Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.
(5) O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

Atualizada em 27.10.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/ PARTIDO/AC)	1. (vago)
--	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. OLIVEIRA FILHO (PL/PR)
-----------------------------	---------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 3318-8232 Fax: (55) (61) 3318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 142 PÁGINAS